LUIZ ROGÉRIO MONTEIRO DE OLIVEIRA

**A CONFISSÃO EM JUÍZO:
CARACTERÍSTICAS, VÍCIOS E SUA VALORAÇÃO**

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Roberto Augusto de Carvalho Campos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2014

LUIZ ROGÉRIO MONTEIRO DE OLIVEIRA

**A CONFISSÃO EM JUÍZO:
CARACTERÍSTICAS, VÍCIOS E SUA VALORAÇÃO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Augusto de Carvalho Campos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2014

Vedada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, salvo com a autorização expressa do autor.

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Oliveira, Luiz Rogério Monteiro de
O 48c A confissão em juízo: características, vícios e sua
 valoração / Luiz Rogério Monteiro de Oliveira. -- São Paulo:
 USP / Faculdade de Direito, 2014.
 140 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Augusto de Carvalho
Campos
Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, USP,
Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito Penal,
Medicina Forense e Criminologia, 2014.

1. Direito penal. 2. Prova (Processo penal)
3 . Interrogatório (Prova). 4. Confissão. 5. Valores
I. Campos, Roberto Augusto de Carvalho. II. Título.

CDU 347.94(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: OLIVEIRA, Luiz Rogério Monteiro de

Título: A confissão em juízo: características, vícios e sua valoração

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Augusto de Carvalho Campos.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Adahyr e Luiz, aos meus irmãos Fátima, Luiz Fernando e Luiz Eduardo e à minha companheira Paula, com amor, admiração e gratidão pela compreensão, carinho, presença e apoio ao longo do período de elaboração deste escrito.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Roberto Augusto de Carvalho Campos, pela atenção e apoio durante o processo de definição, orientação e escrita.

Ao estatístico Prof. Dr. Euro de Barros Couto Junior, pelo auxílio na análise e apresentação dos dados obtidos neste trabalho.

Ao Des. e Min. Sidnei Agostinho Beneti, que, nos anos de convivência, muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento intelectual e jurídico.

Ao Des. Octavio Roberto Cruz Stucchi (*in memoriam*), por ter me incentivado e acreditado em meu potencial.

À Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização do curso de doutorado.

Temos os vossos eólitos, os vossos mesólitos e os vossos neólitos. Temos as vossas Babilônias e as vossas Pompéias, os vossos Césares e os vossos artefatos cromados (impregnados de ingredientes vitais). Temos os vossos machados sangrentos e as vossas Hiroshimas. Mergulhamos apesar do Inferno e marchamos... Atrofia, Entropia e *Proteus vulgaris*. Enterramos os mortos e as suas reputações. Enterramos-vos. Somos os séculos. Nascemos, enchemo-nos de ar, gritamos com a bofetada do médico, procuramos ser adultos, saboreamos um pouco de divindade, sentimos dor, temos filhos, lutamos um pouco, sucumbimos. Geração, regeneração, de novo e de novo, como num ritual, com vestes manchadas de sangue e mãos dilaceradas pelas unhas. Filhos de Merlin correndo atrás de um raio de luz, filhos também de Eva, para sempre construindo Paraísos e destruindo-os a pontapés numa fúria doida porque não são iguais ao primitivo.

Walter M. Miller Jr.
Um Cântico para Leibowitz

RESUMO

OLIVEIRA, Luiz Rogério Monteiro de. *A confissão em juízo: características, vícios e sua valoração.* 2014. 140 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A confissão é um importante meio de prova, na medida em que traz uma maior certeza ao julgador, afasta a possibilidade de uma condenação injusta e possibilita ao acusado benefícios como a atenuação da pena. Na parte teórica são estudados os sistemas de colheita da prova (acusatório, inquisitivo e misto), os sistemas de avaliação (prova legal, livre convicção e persuasão racional), os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, o direito ao silêncio e à não auto-incriminação. Em seguida, são estudadas as características do interrogatório e da confissão, os requisitos para que ela seja considerada válida e seus efeitos na aplicação da pena, bem como a disciplina destes institutos em outros países (Itália, Portugal, Espanha, EUA e Inglaterra). Na segunda parte são examinadas sentenças criminais, a fim de identificar quais os motivos que levam à confissão, em quais situações ela pode ser levada em conta e quais seus efeitos na aplicação das penas. É analisado ainda se a lei nº 11.719/2008, ao deslocar o interrogatório para após a colheita das provas em juízo, aumentou, diminuiu ou manteve o percentual de confissões judiciais. Ao final, é realizada uma análise crítica do procedimento brasileiro atual, propondo-se que o interrogatório volte a ser realizado no início da instrução e mantendo-se a possibilidade do réu ser ouvido novamente ao final. Propõe-se, ainda, a adoção de um sistema semelhante ao *patteggiamento* do direito italiano e ao *plea bargaining* anglo-americano, para os casos de réus primários e crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, cabendo ao Ministério Público propor a aplicação imediata de penas restritivas de direitos ou multa e ao juiz verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade.

Palavras-chave: Direito Penal. Prova. Interrogatório. Confissão. Valoração.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Luiz Rogério Monteiro de. *The confession in court: characteristics, vices and its valuation.* 2014. 140 p. Thesis (Ph.D.) - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2014.

Confession is an important piece of evidence, which brings greater certainty to the judge, rule out the possibility of a wrongful conviction and enables to the accused benefits such as mitigation of the penalty. In the theoretical part are studied the criminal procedures (adversarial, inquisitorial and mixed), evaluation systems (legal proof, free conviction and rational persuasion), the principles of due process of law, contradictory and full defense, the right to silence and non-self-incrimination. Then, are studied the characteristics of the interrogation and confession, the requirements for it to be considered valid and its effects on application of the penalty, as well as the discipline of these institutions in other countries (Italy, Portugal, Spain, USA and England). In the second part, some criminal sentences are examined, in order to identify the reasons that lead to confession, in which situations it can be considered and its effects on the application of penalties. It is also analyzed if the Brazilian law nº 11.719/2008, by moving the interrogation to after the taking of evidence in court, increased, decreased or maintained the percentage of judicial confessions. Finally, a critical analysis of the current Brazilian procedure is performed, proposing that the interrogation returns to the beginning of instruction and maintaining the possibility of the defendant be heard again at the end. It is also proposed the adoption of a similar system to the Italian *patteggiamento* and the Anglo-American plea bargaining system, for cases of first-time offenders and crimes without violence or serious threat, leaving to the prosecutors propose the immediate application of penalties and to the judge verify its regularity, legality and voluntariness.

Keywords: Criminal Law. Proof. Interrogation. Confession. Valuation.

RIASSUNTO

OLIVEIRA, Luiz Rogério Monteiro de. *La confessione in tribunale: caratteristiche, i suoi vizi e la loro valutazione.* 2014. 140 p. Tesi (Dottorato) - Facoltà di Diritto, Università di São Paulo, São Paulo, 2014.

La confessione è un importante elemento di prova, in quanto apporta maggiore certezza al giudice, escludere la possibilità di una condanna ingiusta e offre vantaggi per l'imputato come l'attenuazione della pena. Nella parte teorica si studiano i sistemi di raccolta della prova (accusatorio, inquisitorio e misto), sistemi di valutazione (prova legale, libero convincimento e persuasione razionale), i principi del giusto processo, del contraddittorio e ampia difesa, il diritto al silenzio e non auto-incriminazione. Sono quindi studiati le caratteristiche dell'interrogatorio e della confessione, i requisiti per essere considerati validi, i suoi effetti sulla applicazione della pena, nonché la disciplina di questi istituti di altri paesi (Italia, Portogallo, Spagna, Stati Uniti e Inghilterra). Nella seconda parte vengono esaminate sentenze penali, al fine di identificare quali sono i motivi che portano alla confessione, in quali situazioni può essere presa in considerazione e quali sono i suoi effetti sulla applicazione delle sanzioni. Viene poi analizzato se la legge brasiliana n° 11.719/2008, modificando l'interrogatorio per dopo l'assunzione delle prove in tribunale, aumentata, diminuita o mantenuta la percentuale di confessioni giudiziarie. Infine viene effettuata un'analisi critica della procedura brasiliana attuale, proponendo che l'interrogatorio si svolgerà di nuovo in prima indagine e mantenendo la possibilità che il accusato sia sentito di nuovo alla fine. Si propone inoltre l'adozione di un sistema simile a patteggiamento della legge italiana e il *plea bargaining* anglo-americana, per i casi di primi colpevoli e crimini senza violenza o di grave minaccia, lasciando al Pubblico Ministero proporre l'immediata applicazione di sanzioni limitazione dei diritti o una multa e a il giudice verificare la sua regolarità, legalità e volontarietà.

Parole chiave: Diritto penale. La prova. Interrogatorio. La confessione. Valutazione.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 Princípios do direito penal e processual penal	15
2.1.1 Evolução histórica	15
2.1.2 O devido processo legal	16
2.1.3 Contraditório e ampla defesa	17
2.2 A prova	19
2.2.1 Conceito	19
2.2.2 Sistemas procedimentais	20
2.2.3 Sistemas de avaliação da prova	22
2.3 O interrogatório	24
2.3.1 Conceito e características	24
2.3.2 Natureza jurídica	25
2.3.3 O direito ao silêncio	27
2.3.4 O sistema brasileiro atual	28
2.3.5 Aspectos do interrogatório na legislação de outros países	31
2.4 A confissão	35
2.4.1 Conceito e características	35
2.4.2 Natureza jurídica	36
2.4.3 Espécies	40
2.4.4 Motivos que levam à confissão	41
2.4.5 O sistema brasileiro atual	42
2.4.6 Delação e colaboração premiada	46
2.4.7 Aspectos da confissão na legislação de outros países	49
3 MÉTODO	52
3.1 Casuística e fontes dos dados	52
3.2 Dados coletados	53

4 RESULTADOS	54
4.1 Resultados gerais	54
4.2 Direito ao silêncio	56
4.3 Tipos de confissão observados	56
4.4 Motivos das confissões	57
4.5 Confissões em cada tipo de crime	58
4.6 Influência dos antecedentes criminais nas confissões	61
4.7 Aceitação e rejeição das confissões nas sentenças	61
4.8 Influência das confissões na aplicação das penas	62
4.9 Confissões antes e depois da lei nº 11.719/2008	62
5 DISCUSSÃO	64
5.1 Fatores que levaram às confissões	64
5.2 Critérios para aceitação e rejeição das confissões	67
5.3 Efeitos das confissões nas penas	70
5.4 Confissões antes e depois da lei nº 11.719/2008	71
5.5 Espontaneidade e voluntariedade das confissões	73
5.6 Momentos para se obter a confissão	75
5.7 Observações e sugestões de cunho procedimental	76
6 CONCLUSÕES	81
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICES	88

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade no estado de São Paulo vem crescendo de forma vertiginosa. No ano de 2000 foram distribuídas na Justiça Estadual de São Paulo 547.991 novas ações criminais. Já no ano de 2012 foram distribuídas 754.384 novas ações criminais, ou seja, um aumento de 37,6 % em doze anos¹. Por sua vez, segundo o censo do IBGE, a população do Estado de São Paulo aumentou de 36.969.476 habitantes no ano de 2000 para 41.262.199 em 2010, um aumento de 11,6% em dez anos².

Este aumento no número de crimes vem resultando em uma sobrecarga de trabalho para a Justiça Estadual. No mês de dezembro de 2000 havia no estado de São Paulo 740.971 ações criminais em andamento (ações que ainda não foram julgadas em primeira instância). Já no mês de dezembro de 2012 este número cresceu para 1.309.111 ações, ou seja, um aumento de 76,6%³.

A estrutura do Poder Judiciário não acompanha este aumento por causa da escassez de recursos materiais e humanos. Em consequência disso, cada juiz tem um número cada vez maior de processos para examinar.

A título de exemplo, na Vara Criminal da Justiça Estadual de São Paulo onde o autor desde trabalho exerce suas funções, são realizadas em média quatro audiências de instrução e julgamento por dia, nas quais são ouvidas as vítimas, testemunhas e interrogados os réus, sendo ao final proferidas as sentenças de mérito. O número médio de pessoas ouvidas todos os dias é de quinze a vinte e o número médio de sentenças de mérito mensais é de cinquenta a sessenta.

Neste panorama, observou-se que após a entrada em vigor da lei nº 11.719/2008, que deslocou o interrogatório para depois da colheita de todas as provas em juízo, na maior parte dos processos o Ministério Público e a defesa optam por insistir na oitiva de todas as testemunhas arroladas, por não saber se o acusado irá confessar ou não. Com isso, é

¹ Movimento Judiciário de Primeira Instância publicado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, disponível em <http://www.tjsp.jus.br/Institucional/Corregedoria/Estatisticas/Default.aspx>.

² Dados disponíveis em www.ibge.gov.br.

³ Movimento Judiciário de Primeira Instância publicado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, *op cit*.

necessária a designação de audiências em continuação, os réus presos têm que ser novamente requisitados e os processos demoram mais para serem julgados.

Não se discute que esta alteração veio para beneficiar o acusado, porém em muitos casos a pena a ser aplicada situa-se perto do mínimo legal e não leva à prisão, e sim à substituição por penas restritiva de direitos.

As provas colhidas em juízo devem ajudar a estabelecer a verdade real, senão absoluta, aquela que mais se aproxime da realidade dos fatos, trazendo ao julgador os elementos necessários para auxiliar na tomada de uma decisão correta.

Também não se deve descuidar que o poder público deve tomar todos os meios para garantir a razoável duração do processo, a qual se encontra no rol dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988⁴.

Assim, é razoável ponderar que se devem buscar meios de abreviar os processos mais simples e de menor gravidade, como já é feito no sistema dos juizados especiais criminais com a composição civil, a transação penal e com a aplicação do benefício da suspensão condicional do processo.

Existem poucas obras na doutrina brasileira a respeito da confissão, sendo que na maior parte dos casos a matéria é tratada em um único capítulo de obras. A matéria da confissão envolve ao menos três campos do Direito: Penal, Processual Penal e Medicina Legal (Psicologia Forense), os quais devem ser estudados em conjunto para se chegar a uma melhor compreensão das questões abordadas.

O Direito Penal se preocupa com os aspectos da espontaneidade, voluntariedade e dos efeitos da confissão na pena. Já o Direito Processual Penal se preocupa com os requisitos e características da confissão, bem como com os procedimentos e sua utilização como meio de prova. Por fim, a Medicina Legal e a Psicologia Forense estudam os aspectos psicológicos que levam o indivíduo a confessar, seja verdadeira ou falsamente.

Não foi encontrado na doutrina brasileira nenhum estudo que buscasse integrar estes aspectos da confissão, sobretudo após as alterações no Código de Processo Penal feitas em 2008, que deslocaram o interrogatório para o final da instrução criminal e demandam novas considerações sobre o tema.

⁴ Art. 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Existem estudos acadêmicos e legislativos voltados à busca de soluções para modernizar a prestação jurisdicional, buscando maior celeridade dos processos, efetividade nas decisões e respeito aos direitos e garantias individuais.

Entretanto, na grande maioria das vezes as abordagens estão ligadas a mudanças na legislação processual penal, feitas para assegurar os direitos do indivíduo e muitas vezes deixando de lado o crescente aumento da criminalidade e da violência.

Alguns exemplos apresentados e métodos a serem propostos neste estudo fazem parte de sistemas encontrados em outros países, onde as noções de procedimento judicial penal e de segurança pública por vezes assumem uma conotação diferente. Mais do que isso, muito do que se busca está relacionado ao amadurecimento cultural de cada sociedade em face dos meios públicos para assegurar a paz social.

O aspecto de originalidade também será alcançado na medida em que este estudo sobre a confissão encontra-se diretamente ligado à prática forense, o que não se encontrou em nenhum outro trabalho acadêmico ou doutrinário.

O presente estudo busca em primeiro lugar investigar o que leva o indivíduo a confessar, como por exemplo o interesse próprio, o interesse de terceiro, o arrependimento, os casos em que o réu alega uma excludente de ilicitude ou uma circunstância que desclassifique o crime.

Em seguida, será verificado em quais situações esta confissão pode ser levada em conta e quando ela deve ser afastada, observando-se que segundo o artigo 197 do Código de Processo Penal a confissão não pode ser usada como único fundamento para uma condenação, e sim deve harmonizar-se com as demais provas.

Caso aceite a confissão, total ou parcialmente, será examinado quais seus efeitos na aplicação da pena, entre eles quando ela pode ser reduzida ao mínimo legal ou atenuada.

Será analisado também se a lei nº 11.719/2008, ao deslocar o interrogatório para após a colheita das provas em juízo, aumentou, diminuiu ou manteve o percentual de confissões judiciais.

Diante do procedimento atual, será discutido se ainda existe a figura da confissão espontânea, prevista no artigo 65 do Código Penal. Se o réu não tem outra alternativa, diante de provas irrefutáveis, senão a de admitir a autoria da infração, sua confissão passaria a ser considerada voluntária, mas não espontânea.

Por último, buscar-se-á responder se o momento para interrogatório deve ser mantido no final da instrução ou se seria possível retornar ao início, como forma de abreviar a instrução penal e evitar a demora nos julgamentos.

Com isso, busca-se aprofundar o estudo dos temas ligados à confissão, bem como aperfeiçoar a legislação acerca da matéria, com uma maior delimitação de seus requisitos e momentos em que pode ser oferecida, sempre com a preocupação de se apreciar os fundamentos constitucionais e legais nos quais se baseia a defesa da sociedade e sua harmonização com os direitos e garantias individuais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Princípios do direito penal e processual penal

2.1.1 Evolução histórica

Nas sociedades mais primitivas, os conflitos eram solucionados por meio da chamada *vingança privada* ou *autotutela*. A solução dos conflitos acabava invariavelmente na medição de força das partes interessadas, vencendo aquele que fosse mais forte.

Este sistema, obviamente, não fortalecia a paz social, e sim dava margem a todo tipo de injustiças. Os indivíduos então resolveram delegar a solução dos conflitos a terceiros que fossem imparciais ou figuras de respeito na comunidade. Esta função inicialmente era exercida pelos chefes da tribo e sacerdotes, sendo que com a formação de cidades e nações passou a ser exercida pelo Estado.

Surgiram então dois instrumentos necessários ao desempenho desta função: a legislação e a jurisdição. Com a legislação são estabelecidas as normas para reger as mais variadas relações, sem destinação a nenhuma pessoa ou situação concreta, estabelecendo o que é lícito e ilícito, atribuindo direitos, deveres e sanções de forma genérica. Já com a jurisdição o Estado busca solucionar de forma prática os conflitos que ocorrem na sociedade, declarando qual a norma aplicável ao caso concreto e ordenando medidas para tornar efetiva esta aplicação⁵.

O Direito Penal surge da necessidade de lidar com determinados tipos de conflito de natureza essencialmente pública. Trata-se daqueles atos que atingem os bens jurídicos considerados mais importantes como a vida, incolumidade física, liberdade, patrimônio, costumes, família, segurança, saúde pública, o Estado, a Administração Pública, etc.

Deve-se observar que, ao ser constatada a possível prática de uma infração de natureza penal, o Estado precisa dar ao indivíduo a ampla oportunidade de se defender, a fim de evitar a punição de um inocente, o que seria um mal ainda maior do que o delito a ele atribuído.

⁵ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2002. p 38-40.

Dessa maneira, o Direito Penal lida com alguns dos valores mais essenciais ao ser humano: primeiramente a garantia da paz social e os interesses da coletividade e, não menos importante, os direitos e garantias fundamentais de cada indivíduo.

2.1.2 O devido processo legal

Enquanto no Direito Privado a maioria das relações se inicia e termina sem necessidade de intervenção estatal, no Direito Penal vige o princípio *nulla poena sine iudicio*, isto é, toda penalidade exige a instauração de um procedimento no qual se estabelece e se decide a controvérsia entre o acusador e o acusado.

Desde os primórdios do Direito Romano as idéias de procedimento e de defesa estão diretamente ligadas à paz social: assim como a sociedade tem o direito de punir aquele que violou suas normas, o indivíduo tem o direito de não ser punido a não ser que seja comprovada sua culpa acima de qualquer dúvida.

Nas palavras de Malatesta, “a pena que atingisse um inocente perturbaria a tranqüilidade social, mais que teria abalado o delito particular que se pretendesse punir, porquanto todos se sentiriam na possibilidade de serem, por sua vez, vítimas de um erro judicial”⁶.

Nos regimes autoritários, como por exemplo as monarquias absolutistas, a figura do governante se confunde com a do Estado, assumindo ele poderes quase absolutos. Em razão disso, surgiu a necessidade de impor limites ao poder do Estado e de estabelecer os direitos e garantias fundamentais da pessoa humana.

A Magna Carta foi um documento imposto ao rei João Sem Terra pelos barões na Inglaterra em 1215, sendo historicamente considerado um marco das garantias individuais do cidadão contra o abuso de poder por parte do Estado. Segundo este documento, João foi obrigado a renunciar a certos direitos, respeitar determinados procedimentos legais e reconhecer que até mesmo a vontade do rei estaria sujeita à lei.

Prevvia a Magna Carta em seu artigo 39 que

⁶ MALATESTA, Nicola Framarino dei. *A lógica das provas em matéria criminal*. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. 1. ed. Campinas: Russel Editores, 2009. p. 18.

Nenhum homem livre será apreendido ou aprisionado, ou despojado de seus direitos ou bens, ou declarado fora da lei ou exilado, ou privado de sua posição de qualquer outra forma, nem vamos proceder com força contra ele, ou enviar outros para fazê-lo, salvo pelo julgamento legal de seus pares ou pela lei da terra.⁷

Em 1354, durante o reinado de Eduardo III, a expressão *the law of the land* foi substituída por *due process of Law*, no *Statute of Westminster of the Liberties of London*⁸. Esta foi a origem do termo “devido processo legal”, que foi inscrito nos artigos V e XIV daquela que é considerada a primeira constituição escrita de um país, a dos Estados Unidos da América de 1787.

Desde então a expressão “devido processo legal” vem sendo reproduzida na maioria das constituições dos países ocidentais, sendo que no Brasil foi adotada somente na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LIV: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

2.1.3. Contraditório e ampla defesa

O devido processo legal somente é efetivado quando são observados dois outros princípios igualmente importantes. Não se pode falar em processo justo, imparcialidade na aplicação da lei e em igualdade processual sem que estejam garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Ao contrário da expressão “devido processo legal”, estas duas garantias foram adotadas de maneira expressa em todas as constituições republicanas do Brasil: 1891 (artigo 72, §§ 15 e 16), 1934 (artigo 113, itens 24 e 26), 1937 (artigo 22, item 11), 1946 (artigo 121, § 25), 1967 (artigo 150, §§ 15 e 16) e 1969 (artigo 153, §§ 15 e 16), e por fim no artigo 5º, inciso LV da Constituição de 1988: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

⁷ Tradução do original em latim para o inglês: “No free man shall be seized or imprisoned, or stripped of his rights or possessions, or outlawed or exiled, or deprived of his standing in any other way, nor will we proceed with force against him, or send others to do so, except by the lawful judgement of his equals or by the law of the land”. Disponível em: <http://www.bl.uk/treasures/magnacarta/translation/mc_trans.html>. Acesso em: 20 fev. 2013.

Se tais garantias são asseguradas em todos os processos administrativos e judiciais, ainda maior importância elas assumem dentro do processo penal, que afeta de maneira profunda a vida e a liberdade das pessoas.

O direito ao contraditório no processo penal significa que cada parte do processo deve ter conhecimento de todos os atos praticados pela parte contrária e pelo juiz, ficando assegurado seu direito de se manifestar sobre tudo que for dito e produzido.

Quanto à ampla defesa, também dentro do processo penal, ela se materializa nos seguintes pontos:

- a) a obrigatoriedade de ser representado por um advogado (artigo 5º, incisos LXIII e LXXIV da CF; artigos 261 e 263 do Código de Processo Penal);
- b) o princípio da presunção de inocência (artigo 5º, inciso LVII da CF), cabendo o ônus da prova à acusação;
- c) seja assegurado ao réu o direito de produzir provas em seu favor;
- d) a inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos (artigo 5º, inciso LVI da CF e 157 do CPP);
- e) o direito à informação, já consagrado no exercício do contraditório;
- f) o direito ao silêncio (artigo 5º, inciso LXIII da CF), que não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa;
- g) a proibição de juízo ou tribunal de exceção (artigo 5º, inciso XXXVII da CF);
- h) todos os demais instrumentos legais que se fizerem necessários ao exercício da defesa na sua forma mais ampla.

Trata-se, na realidade, de princípios que se mesclam e que fazem parte do devido processo legal: não se pode falar em contraditório sem que a parte tenha o direito de se defender produzindo provas em seu favor e não se pode falar em ampla defesa sem que a parte tenha os direitos à informação e a contrariar o que foi produzido.

⁸ NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, *passim*.

2.2 A prova

2.2.1. Conceito

Não é possível localizar um conceito único ou recorrente de prova na doutrina. Segundo Aranha⁹:

Prova origina-se do latim *probatio*, podendo ser traduzida como experimentação, verificação, exame, confirmação, reconhecimento, confronto, etc., dando origem ao verbo *probare* (*probo, as, are*). É usada em sentidos diversos. Num sentido comum ou vulgar (verificação, reconhecimento etc.) significa tudo aquilo que pode levar ao conhecimento de um fato, de uma qualidade, da existência ou exatidão de uma coisa. Como significado jurídico representa os meios usados pelas partes e reconhecidos pelo juiz como sendo a verdade dos fatos alegados. Contudo, em quaisquer dos seus significados, representa sempre o meio usado pelo homem para, através da percepção, demonstrar uma verdade.

A prova constitui, portanto, “o instrumento por meio do qual se forma a convicção do juiz a respeito da ocorrência ou inoccorrência dos fatos controvertidos no processo”¹⁰.

O direito à prova, como visto, está relacionado tanto à acusação como à defesa. No passado não havia meios de se gravar os acontecimentos do mundo. A tecnologia moderna popularizou o uso de câmeras de vídeo, contudo são poucas as ocasiões em que os crimes são praticados na frente delas, tornando-se necessário reconstituir os fatos da exata forma como eles ocorreram.

Para que a justiça possa ser efetivada, o julgador deve colher o maior número de provas possível, relacionadas ao objeto daquela causa, da forma mais justa e eqüidistante possível, buscando estabelecer a verdade.

A doutrina conceitua duas espécies de verdade: a formal e a real (também chamada material ou objetiva)¹¹. A verdade formal é aquela que surge no processo de acordo com os argumentos e as provas trazidas pelas partes e pode ou não corresponder à realidade. Por

⁹ ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. *Da prova no Processo Penal*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 5.

¹⁰ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2002. p 149.

¹¹ MALATESTA, Nicola Framarino dei. *A lógica das provas em matéria criminal*. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. 1. ed. Campinas: Russel Editores, 2009. p. 98-103; NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 64-67.

exemplo, no processo civil, quando a parte não contestar a ação, o juiz pode presumir como verdadeiros os fatos narrados na petição inicial, independentemente deles terem ocorrido no mundo real.

Já o processo penal, por lidar com direitos e garantias fundamentais, não admite a verdade formal, mas apenas a material ou real. Esta deve ser a que mais se aproxima da realidade, devendo o julgador procurar e promover as melhores provas que se possa ter em concreto para minimizar a ocorrência de condenações injustas.

A lei admite a produção de diversas espécies de prova para a apuração da verdade no processo penal. Os principais tipos de provas previstos no Código de Processo Penal são: a prova pericial, as declarações do ofendido, a prova testemunhal, o reconhecimento de pessoas ou coisas, a acareação, a prova documental, a prova indiciária, a busca e apreensão, o interrogatório e a confissão.

Este rol não é taxativo: a lei processual civil, aplicável subsidiariamente ao processo penal (artigo 3º do CPP) permite o uso de quaisquer outros meios, desde que moralmente legítimos¹².

Não se pretende discorrer aqui sobre cada tipo de prova. Para o objetivo deste trabalho, serão apresentados os sistemas procedimentais e os sistemas de avaliação da prova, passando em seguida ao interrogatório e à confissão.

2.2.2. Sistemas procedimentais

Existem três sistemas que representam a atividade processual penal e que regem a colheita das provas: acusatório, inquisitivo e misto¹³. Cada um deles busca um modo específico para apuração da verdade, sendo que os elementos de cada um podem ser mais ou menos predominantes, de acordo com cada país e época.

¹² Art. 332 do Código de Processo Civil: “Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa”.

¹³ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2002. p. 58; NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 147-153; ROSSETTO, Enio Luiz. *A confissão no Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 127-138.

O sistema acusatório surgiu nas sociedades antigas, sendo adotado por muito tempo na Grécia e no Direito Romano. Neste sistema, existe uma separação entre os órgãos da acusação, defesa e julgamento. As partes possuem igualdade entre si e uma grande disponibilidade sobre o processo, devendo investigar e reunir os meios de prova necessários para o que pretendem comprovar. O processo possui as garantias da imparcialidade do juiz, do contraditório e da publicidade, sendo predominantemente oral.

Este sistema ainda é encontrado atualmente no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, sendo que somente neste último existe a figura do Ministério Público. Ambos consideram a confissão um fenômeno raro e contrário à natureza. Caso o acusado confesse, passa-se imediatamente à aplicação da pena; caso ele negue a imputação, o processo tem seguimento. Outra característica do sistema destes dois países é que o julgador possui escassa iniciativa para investigar ou decidir o que não for pedido pelas partes¹⁴.

O sistema inquisitivo surgiu nas instituições eclesíásticas, em especial na Igreja Romana durante a Idade Média, diante da necessidade de repressão da heresia e da apuração de condutas irregulares por parte do clero e dos fiéis.

Neste sistema, as funções de acusar e julgar encontram-se acumuladas em uma única pessoa. Em razão disso, o julgador possui uma influência preponderante na colheita da prova e na direção do processo. A confissão é desejável e reconhecida como a melhor das provas, sendo um elemento determinante para levar à condenação. O contraditório praticamente não existe e a defesa possui um papel bastante reduzido, senão decorativo. O processo é predominantemente escrito, não-contraditório e secreto.

Este sistema teve algumas vantagens, pois em razão da instrução ser secreta, permitia aos mais humildes o acesso à justiça contra os poderosos. Entretanto, em razão dos abusos cometidos, da busca desenfreada pela confissão (inclusive mediante tortura) e da parcialidade do julgador, acabou sendo deixado de lado.

O sistema misto surgiu após a Revolução Francesa, trazendo algumas características dos dois sistemas anteriores. A investigação preliminar, secreta e não-contraditória, passou a ser feita pela polícia judiciária. A partir do comparecimento do acusado perante o magistrado para interrogatório, inicia-se a segunda fase, cujo procedimento é público e contraditório. Existe ampla possibilidade de intervenção do defensor, assegurando-se o

¹⁴ VILARES, Fernanda Regina. *A prova penal no direito inglês*; ROVEGNO, André. *O sistema de provas no processo penal estadunidense*. (FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de;

direito deste inquirir as testemunhas e produzir contraprovas. A confissão não é considerada a “rainha das provas”, mas também não é algo tão distante como no sistema acusatório, cujo interrogatório sequer é obrigatório.

Trata-se do sistema mais difundido na atualidade, sendo adotado pela lei brasileira. Existe uma fase preliminar investigativa durante o inquérito policial, no qual não existe o contraditório, a prova é colhida pela autoridade que preside a investigação, os atos são escritos e em regra não são públicos¹⁵. Quanto a ação penal é instaurada, começa a segunda fase, onde vigora a igualdade entre as partes, o contraditório, a publicidade e a imparcialidade do juiz.

2.2.3. Sistemas de avaliação da prova

Depois que as provas são produzidas, é necessário que o julgador as analise, dando a cada uma delas o valor necessário para formar sua decisão. Os três sistemas de avaliação da prova descritos na doutrina são o da prova legal, da livre convicção e da persuasão racional¹⁶.

No sistema da prova legal, cada um dos elementos de prova possui valor previamente determinado e inalterável, sendo que o juiz aplica estes valores mecanicamente, sem levar em conta sua própria convicção.

MORAES, Mauricio Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 358-436).

¹⁵ O sigilo é a regra no procedimento investigatório, tanto para garantir a realização de diligências que podem ser frustradas caso o investigado tenha conhecimento delas, como para impedir que o investigado seja submetido a um pré-julgamento social, moral e até mesmo físico. Não obstante, a jurisprudência tem admitido o livre acesso do defensor aos elementos de prova que já estejam concluídos e documentados. Veja-se a respeito a Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal: “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”.

¹⁶ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2002. p 67-68; NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 72-79; ROSSETTO, Enio Luiz. *A confissão no Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 117-126.

Este método surgiu historicamente para substituir as ordálias, os duelos legais e as provas de água e de fogo, bem como para reduzir o arbítrio dos julgadores. Entretanto, possuía também desvantagens, como aponta Vicente de Azevedo¹⁷:

A lei estabelecia o valor das provas; firmava a hierarquia das provas: pleníssimas, plenas, semiplenas. O juiz era obrigado a aceitar o dito das testemunhas, sem examinar o valor moral, a credibilidade delas. Duas testemunhas uníssonas levavam o cidadão à força. Ao passo que o testemunho único, era tido por nenhum, por nulo: *unus testis, nullus testis*; ou *testis unus, testis nullus*. Com sua genial intuição, Napoleão observou: Não compreendo como o testemunho de um homem de bem, de um homem honrado, não poderá condenar um velhaco; ao passo que a palavra de dois velhacos pode fazer condenar um homem honrado.

O sistema da prova legal é encontrado historicamente tanto no processo acusatório como no inquisitivo, porém foi no segundo que teve maior desenvolvimento, como por exemplo no valor pleno dado à confissão. No procedimento inquisitorial, a confissão tinha uma importância tão grande que era buscada a todo custo, justificando inclusive o uso da tortura. Diante destas desvantagens, este sistema acabou sendo abandonado.

O segundo sistema de apreciação das provas é o da livre convicção ou convicção íntima do juiz. Este método era adotado na Grécia e em Roma e foi retomado após a Revolução Francesa, como reação ao da prova legal.

Neste sistema, o julgador possui liberdade absoluta para valorar as provas, podendo aceitá-las ou recusá-las de acordo com sua consciência. O juiz julga *secundum conscientiam* e por isso não precisa fundamentar sua decisão.

Uma vez que não há regras e as decisões não precisam ser motivadas, este sistema acaba dando um poder enorme ao julgador. Além disso, o acusado muitas vezes fica sem saber os motivos pelos quais foi condenado e não tem como fundamentar eventual recurso.

O sistema da livre convicção é adotado atualmente para o Tribunal do Júri em grande número de países. No ordenamento brasileiro, o Júri é competente para julgar os crimes dolosos contra a vida. Os jurados não são juízes togados e não precisam fundamentar suas decisões, ficando assegurados a incomunicabilidade e o sigilo das votações. Apesar da desnecessidade de fundamentação, as decisões do Júri podem ser

¹⁷ AZEVEDO, Vicente de Paula Vicente de. *Curso de Direito Penal*, 2º vol. p. 15. São Paulo: Saraiva, 1958. (apud NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 77).

objeto de apelação, por uma única vez, quando forem manifestamente contrárias à prova dos autos (artigo 593, inciso III, letra “d”, c.c. seu § 3º, do CPP).

O último sistema a ser estudado é o da persuasão racional. Trata-se de uma combinação dos dois sistemas anteriores. Existem algumas regras pré-estabelecidas com relação às provas e o julgador possui liberdade para apreciá-las, porém o seu convencimento deve ser sempre motivado.

Outra característica deste método é que as provas necessariamente precisam estar nos autos. Não há como se admitir que o julgador decida com base no que não foi sujeito ao crivo do contraditório, como bem lembra o brocardo *quod non est in actis non est in mundo* (“o que não está nos autos não está no mundo”). A exceção a esta regra são os fatos públicos e notórios, aqueles que independem de prova.

A motivação das decisões judiciais é uma garantia das partes e da própria sociedade, que pode assim aferir a imparcialidade do juiz e a legalidade das decisões. Trata-se, sem dúvida, do melhor critério dos três.

De tão importante, este sistema encontra-se no artigo 93, inciso IX da Constituição Federal e é adotado nos Códigos de Processo Civil (artigo 131) e de Processo Penal (artigo 381, inciso III).

2.3 O interrogatório

2.3.1 Conceito e características

Segundo Simões Vidal¹⁸, interrogatório é “o ato processual, presidido e realizado diretamente pelo juiz, no processo criminal, no qual se realiza a colheita das declarações do réu, sobre a sua pessoa e sobre os fatos imputados na acusação”.

A primeira característica do interrogatório é que se trata de um ato processual, presidido e realizado por um juiz de direito. Durante o inquérito policial, o suspeito presta meras declarações perante a autoridade policial, não podendo a rigor tal ato ser considerado como interrogatório. No direito brasileiro, o artigo 6º, inciso V, do Código de Processo Penal deixa claro que o indiciado é ouvido, e não interrogado. Não obstante, o mesmo

¹⁸ VIDAL, Hélvio Simões. *Curso avançado de Processo Penal*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011. p. 180.

dispositivo diz que se aplicam, no que couber, as regras do interrogatório judicial e, na quase totalidade dos inquéritos policiais, observa-se que a oitiva do suspeito é denominada “interrogatório”.

Outra característica é que se trata de um ato pessoal. O interrogatório somente pode ser prestado pelo réu, não sendo admitido interrogatório por meio de procurador, defensor ou curador. Pode ocorrer, por exemplo, de se encontrar nos autos alguma declaração do réu admitindo a prática do delito, fornecendo alguma justificativa ou mesmo indicando alguma prova que deseja produzir. Tais declarações podem eventualmente ser usadas como elemento de convicção, mas nunca equiparadas ao interrogatório.

Por fim, a finalidade do interrogatório é colher informações sobre a pessoa do réu e sobre os fatos imputados a ele. O interrogatório não pode ser visto apenas como um meio de obter a confissão, e sim como manifestação do devido processo legal e do direito de defesa.

2.3.2 Natureza jurídica

Um dos objetos mais intensos de debate na doutrina brasileira é a natureza jurídica do interrogatório, se meio de prova ou meio de defesa. Alguns autores usam ainda a expressão fonte de prova.

Para Gomes Filho¹⁹, meio de prova “são os instrumentos ou atividades por intermédio dos quais os dados probatórios (elementos de prova) são introduzidos e fixados no processo”, enquanto fonte de prova são “as pessoas ou coisas das quais pode-se conseguir a prova”. Como se pode ver, trata-se de conceitos ligados entre si que acabam sendo utilizados como sinônimos.

É importante estudar a natureza jurídica do interrogatório, pois isto poderá afetar a maneira como ele será realizado e posteriormente interpretado.

Considerado o interrogatório como meio de prova, o juiz pode fazer perguntas ao acusado livremente, respeitando as normas legais aplicáveis à colheita de qualquer prova em geral. Sua interpretação poderá ser feita tanto em favor do réu como em seu desfavor.

¹⁹ GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro)*. (apud FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Mauricio

Caso o interrogatório seja considerado como meio de defesa, como quando o acusado recusa-se a responder às perguntas, o juiz não pode obrigá-lo a falar, tampouco impor-lhe qualquer tipo de prejuízo em razão de seu silêncio.

No Código de Processo Penal brasileiro o interrogatório encontra-se dentro do capítulo das provas, porém a redação original é de 1941 e muitos de seus dispositivos foram sendo modificados com o tempo. Por exemplo, a redação original do artigo 186 do CPP dizia que o silêncio do réu poderia ser interpretado em prejuízo da própria defesa. Atualmente o direito ao silêncio foi reconhecido na Constituição Federal e acabou sendo reproduzido na lei processual penal.

Nucci²⁰ faz uma análise detalhada dos diversos posicionamentos a respeito:

Há quatro posições: a) é meio de prova, fundamentalmente (Camargo Aranha); b) é meio de defesa (Galdino Siqueira, Pimenta Bueno, Manzini, Clariá Olmedo, João Mendes Júnior, Ada Pellegrini Grinover, Tourinho Filho, Adriano Marrey, Alberto Silva Franco, Rui Stoco, Bento de Faria, Antonio Magalhães Gomes Filho, Jorge Alberto Romeiro. Alguns desses deixam entrever a possibilidade de considerá-lo, em segundo plano, como *fonte* de prova); c) é meio de prova e de defesa (Vicente de Azevedo, Frederico Marques, Hédio Tornaghi, Paulo Heber de Moréia e João Batista Lopes, Fernando de Almeida Pedroso, Mirabete, Greco Filho, Marco Antonio Marques da Silva, Carnelutti, Florian, David Teixeira de Azevedo, Borges da Rosa, Paulo Lúcio Nogueira, Ary Azevedo Franco, Guglielmo Sabatini, Carlos Henrique Borlido Haddad, Marcos Alexandre Coelho Zilli); d) é meio de defesa, primordialmente; em segundo plano, é meio de prova (Hernando Londoño Jiménez, Ottorino Vannini). Esta última é a posição que adotamos. Note-se que o interrogatório é, fundamentalmente, um meio de defesa, pois a Constituição assegura ao réu o direito ao silêncio. Logo, a primeira alternativa que se avizinha ao acusado é calar-se, daí não advindo consequência alguma. Defende-se apenas. Entretanto, caso opte por falar, abrindo mão do direito ao silêncio, seja lá o que disser, constitui *meio de prova* inequívoco, pois o magistrado poderá levar em consideração suas declarações para condená-lo ou absolvê-lo.

A questão a respeito da natureza jurídica do interrogatório está longe de ser pacífica. A posição que o autor deste trabalho entende mais aceitável é considerar o interrogatório meio de prova e de defesa, podendo assumir características tanto de um como do outro.

Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 360).

²⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal comentado*. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 401.

Quando o acusado fica em silêncio ou simplesmente nega a prática do delito, trata-se essencialmente de meio de defesa. Se ele apresenta elementos que possam levar à elucidação dos fatos, ou então nega de forma coerente a prática do delito e os demais elementos dos autos não permitem apontar com certeza a responsabilidade, trata-se de meio de prova e de defesa. Por fim, se ele confessa a prática do delito, trata-se essencialmente de meio de prova, podendo suas declarações ser usadas tanto para condená-lo como em seu benefício, para reconhecer atenuantes, causas de redução de pena, etc.

2.3.3 O direito ao silêncio

O direito ao silêncio faz parte de dois princípios mais abrangentes, que são o de não se auto-incriminar e não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo.

Existem várias expressões que contêm estes princípios: *nemo tenetur se detegere* (“ninguém é obrigado a se mostrar”), *nemo tenetur se ipsum accusare* (“ninguém é obrigado a se auto-acusar”), *nemo contra se edere tenetur* (“ninguém é obrigado a fornecer prova contra si mesmo”), etc. Apesar da língua usada nestas expressões ser o latim, não foram encontrados estudos apontando que tais princípios tenham sido adotados na antiguidade ou no direito romano clássico.

A origem histórica mais aceita é que estes direitos começaram a ser invocados no Reino Unido, entre os séculos XVI e XVII, como oposição ao sistema inquisitivo e aos tribunais eclesiásticos, que buscavam a confissão de todas as formas, recorrendo até mesmo à tortura. Tais princípios também foram uma reação contra os métodos de interrogatório realizados pelos agentes do Estado durante o Reinado de Charles I²¹.

O fundamento da não auto-incriminação se encontra na natureza, no instinto de preservação do ser humano e de se defender de acusações que possam atingir sua vida ou liberdade. Com base nestes ideais, o direito inglês adotou o chamado *privilege against self-incrimination* (“privilégio da não auto-incriminação”).

²¹ NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 161-175; ROSSETTO, Enio Luiz. *A confissão no Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 152-159.

A V Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América, aprovada em 1791, reconheceu o princípio de que “nenhuma pessoa será obrigada em um processo criminal a testemunhar contra si própria”²².

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1948, embora faça referências à não-utilização da tortura (artigo V) e à presunção de inocência (artigo XI, 1), deixou de mencionar, expressamente, o princípio *nemo tenetur se detegere*.

Mais recentemente, o Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos (1966, ratificado pelo Brasil em 1992) e a Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (1969, ratificada pelo Brasil em 1992) dispõem que toda pessoa tem o direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada (artigo 14, 3, g, e artigo 8º, 2, g, respectivamente).

2.3.4 O sistema brasileiro atual

O Código de Processo Penal brasileiro foi redigido em 1941. Algumas de suas disposições tiveram que ser modificadas com o tempo, a fim de refletir as mudanças trazidas pelas constituições posteriores, pelos tratados ratificados pelo Brasil e demais dispositivos infraconstitucionais.

Originalmente, o interrogatório era o primeiro ato da instrução criminal. Após o recebimento da denúncia, o acusado era citado e requisitado (se preso) ou intimado (se solto) para comparecer à audiência. O interrogatório era considerado ato privativo do juiz. O réu não era obrigado a responder às perguntas formuladas, porém o seu silêncio podia ser interpretado em prejuízo da própria defesa (artigo 186, em sua redação original). A defesa poderia participar da audiência, mas era expressamente vedada a intervenção ou realização de perguntas (artigo 187, *idem*).

A Constituição Federal de 1988 ampliou o rol de direitos e garantias fundamentais, com vistas a garantir ao acusado o exercício mais amplo do seu direito de defesa. Entre estes direitos e garantias estão o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, a obrigatoriedade de ser representado por um advogado, a presunção de inocência, a

²² Tradução do original “No person (...) shall be compelled in any criminal case to be a witness against himself (...)” Disponível em: <http://www.law.cornell.edu/wex/fifth_amendment>. Acesso em: 09 set. 2014.

inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos, o direito à informação e a proibição de juízo ou tribunal de exceção.

O direito ao silêncio foi expressamente contemplado no artigo 5º, inciso LXIII da Constituição: “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”.

O procedimento do interrogatório na lei brasileira atual possui duas partes. Na primeira parte, o réu é qualificado, sendo indagado sobre seu nome, residência, profissão, vida pregressa, etc. (artigo 187, § 1º do CPP). Na segunda parte, o acusado é cientificado da acusação e a seguir ouvido a respeito dos fatos imputados (artigo 186, *caput*, e 187, § 2º do CPP).

Existem então quatro possibilidades para o réu responder sobre a acusação: silenciar, confessar, negar e mentir.

Se preferir ficar em silêncio, o mesmo não importará em confissão e não poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa (artigo 186, parágrafo único do CPP).

Se confessar a autoria, será perguntado sobre os motivos e circunstâncias do fato e se outras pessoas concorreram para a infração (artigo 187, inciso I e 190 do CPP).

Se negar a imputação, no todo ou em parte, será indagado sobre os fatos que possam ajudar em sua defesa, sobre as vítimas e testemunhas, podendo prestar esclarecimentos e indicar provas (artigo 187, § 2º, incisos II a VIII e 189 do CPP).

Por último, ao negar a imputação, o réu poderá até mesmo mentir. Embora a mentira seja moralmente reprovável, certo é que o acusado não é testemunha, não presta compromisso de dizer a verdade em juízo e portanto não pode ser punido caso falte com a verdade. Aranha²³ aponta:

Vale dizer, mentir não é direito de ninguém, apenas ao réu interrogado não há incriminação possível. Não há qualquer sanção, de natureza material ou processual, ao réu mentiroso, já que a afirmação falsa atinge apenas a testemunha, o perito ou tradutor.

Ressalte-se, todavia, que a mentira do réu é punível em um único caso: quando ele assume falsamente um crime inexistente ou praticado por outra pessoa, comete o delito de auto-acusação falsa, previsto no artigo 341 do Código Penal.

²³ ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. *Da prova no Processo Penal*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 105.

O procedimento dos crimes comuns e do interrogatório judicial sofreu modificações substanciais por meio das leis nº 10.792/2003 e 11.719/2008. As mais importantes foram:

a) após o recebimento da denúncia pelo juiz, o acusado é citado pessoalmente para responder a acusação por escrito, sendo que caso não ofereça resposta nem constitua defensor, o juiz nomeará um defensor para oferecê-la (artigo 396-A do CPP);

b) todas as provas são colhidas em uma única audiência de instrução, debates e julgamento (artigo 400 do CPP);

c) o interrogatório passou a ser o último ato da instrução, possibilitando ao réu ter contato prévio com todas as provas produzidas antes de apresentar sua versão dos fatos ou mesmo decidir calar-se;

d) a obrigatoriedade de presença de defensor, constituído ou nomeado, durante o interrogatório, bem como o direito de entrevista prévia e reservada com ele (artigo 185 do CPP);

e) o silêncio do acusado não importará em confissão e não pode ser interpretado em prejuízo da defesa (artigo 186 do CPP), em consonância com a previsão constitucional;

f) a participação das partes no interrogatório, que podem pedir esclarecimentos ao acusado por meio do juiz (artigo 188 do CPP).

Observa-se que estas mudanças, em particular a terceira, acabaram alterando o trâmite processual e o próprio desenrolar do processo. Anteriormente, o acusado era interrogado em primeiro lugar. Com isso, já se sabia no início do processo se o acusado havia confessado ou não, e isso possibilitava ao Ministério Público, titular da ação penal, decidir por simplificar a colheita de provas, abreviando a instrução.

O que se buscou com a alteração legislativa foi possibilitar ao acusado ter acesso a todo o conjunto de provas colhidas em juízo, inclusive os depoimentos das testemunhas, possibilitando assim uma defesa mais ampla e efetiva.

Ocorre que, em muitos casos, uma instrução processual que poderia ser feita em uma única audiência acaba se desdobrando em duas ou mais audiências, por não se saber se o réu está predisposto a confessar ou não. A designação de audiências em continuação aumenta o tempo que os processos levam para serem julgados e também os custos com a requisição e escolta de réus presos e intimação de testemunhas ausentes.

2.3.5 Aspectos do interrogatório na legislação de outros países

No sistema italiano²⁴ cabe ao Ministério Público a direção da investigação, a qual é realizada com o auxílio da polícia judiciária. Nessa função, o Ministério Público pode ouvir diretamente o investigado durante as investigações preliminares (*indagini preliminari*).

Formada a convicção da acusação, o Ministério Público promove a ação penal, iniciando-se a fase processual. Esta é composta de duas audiências, a audiência preliminar (*udienza preliminare*) e a audiência de instrução, na qual são também realizados os debates (*dibattimento*) e julgamento.

Na audiência preliminar o Ministério Público expõe os resultados das investigações preliminares. O juiz então oferece ao acusado a possibilidade de ser submetido ao interrogatório, assegurando-lhe o direito de não responder às perguntas e de declarar tudo que seja útil à sua defesa. Após a oitiva do acusado, o juiz então decide se o caso será ou não levado a julgamento.

No sistema português²⁵ também cabe ao Ministério Público a condução da investigação, a qual é realizada com o auxílio dos órgãos de polícia criminal. O investigado é também chamado de arguido. O inquérito deve ser encerrado em no máximo seis meses, caso o arguido esteja preso, ou em oito meses, nos demais casos.

Após a conclusão do inquérito existe uma fase de instrução, não obrigatória em alguns procedimentos especiais, na qual o juiz pode decidir a respeito do arquivamento do inquérito ou da submissão da causa a julgamento.

Sendo o arguido preso e não devendo ser julgado imediatamente, deve ser ouvido pelo juiz de instrução no prazo máximo de 48 horas. O interrogatório é feito exclusivamente pelo juiz, na presença do Ministério Público e do defensor. É assegurado ao arguido o direito ao silêncio e de ter um defensor de sua escolha.

²⁴ ARANTES FILHO, Marcio Geraldo Britto. *A disciplina da prova no código de processo penal italiano*. (FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Mauricio Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 222-268).

²⁵ CECARELLI, Camila Franchito. *A disciplina da prova no código de processo penal português*. (FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Mauricio Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 269-313).

A última fase da persecução criminal inicia-se com o saneamento do processo pelo juiz e com a designação de uma audiência una de julgamento, na qual as provas são produzidas na seguinte ordem: a) declarações do arguido; b) apresentação dos meios de prova indicados pelo Ministério Público, pelo assistente e pelo lesado; c) apresentação dos meios de prova indicados pelo arguido e pelo responsável civil.

Como se vê, a lei portuguesa prevê que o arguido pode ser submetido a mais de um interrogatório. Durante o interrogatório o Ministério Público e o defensor não podem intervir. Contudo, podem arguir nulidades e pedir ao juiz que formule ao interrogando as perguntas que entenderem relevantes para esclarecimentos, decidindo o juiz a respeito da admissibilidade ou não delas.

No sistema espanhol²⁶ a acusação é feita pelo *Ministerio Fiscal*, sendo também admitidos o acusador popular e o acusador particular. O julgamento é exercido por magistrados, sendo que a sentença é ditada por um órgão jurisdicional distinto daquele que instruiu a causa.

Para os crimes mais graves, o procedimento é dividido em duas fases, o *juicio sumarial* e o *juicio oral*. Na primeira predominam os elementos inquisitivos, ao passo que na segunda preponderam os acusatórios.

O *juicio sumarial* consiste em uma série de atos preliminares de investigação, presididos pelo *juez de instrucción* e com a inspeção direta do órgão ministerial. O juiz instrutor deve assegurar ao investigado o direito de não ser obrigado a declarar (o artigo 17, 3 da Constituição Espanhola prevê que “*la persona detenida no puede ser obligada a declarar*”). Outros direitos são o de designar um advogado e solicitar sua presença nas diligências policiais e judiciais.

O artigo 385 da LECrim estabelece que o juiz instrutor fará com que os processados prestem tantas declarações considere convenientes para averiguação dos fatos. O juiz não pode fazer as perguntas de forma capciosa ou sugestiva, tampouco pode empregar gênero algum de coação ou ameaça²⁷.

Praticadas as diligências necessárias, o juiz instrutor conclui o *sumario* e envia os autos para a Audiência Provincial, que analisará a necessidade do *juicio oral*.

²⁶ YOKAICHIYA, Cristina Emy. *A utilização de novas tecnologias no processo penal espanhol*. (FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Mauricio Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 314-357).

²⁷ ROSSETTO, Enio Luiz. *A confissão no Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 168-169.

A acusação é formalizada no início do *juicio oral*. Após as manifestações da acusação e da defesa, passa-se ao interrogatório. O interrogatório não é nominado entre as provas a serem realizadas no *juicio oral*, nem possui procedimento próprio previsto, sendo considerado como prova atípica.

O interrogatório no *juicio oral* é realizado de acordo com regras costumeiras, iniciando-se com perguntas diretas do Ministerio Fiscal, demais acusadores, em seguida pela defesa e, caso necessário, pelo Tribunal.

No sistema inglês²⁸ a persecução penal é iniciada por meio de uma investigação policial. Existem duas cortes de primeira instância: a Corte de Magistrados (*Magistrates Court*), composta predominantemente de julgadores leigos, e a Corte da Coroa (*Crown Court*), composta de juízes profissionais. A primeira julga os crimes menos graves, como infrações de trânsito e pequenos furtos. A segunda julga os crimes mais graves como homicídio, estupro e roubo.

Todos os casos são submetidos primeiro à Corte de Magistrados, que realiza a oitiva de testemunhas e decide se o julgamento será feito por ela mesma ou submetido à Corte da Coroa. A acusação é desempenhada pelo equivalente inglês ao Promotor de Justiça brasileiro, porém não existe Ministério Público na Inglaterra. A tarefa de acusar na Corte de Magistrados cabe à polícia, à própria parte ou ao auxiliar dos magistrados (*Master*), enquanto na Corte da Coroa cabe ao *Master of the Crown Office*.

No sistema norte-americano²⁹ existem as Cortes Federais, que julgam os crimes mais graves e relativos à segurança nacional, e as Cortes Estaduais, que julgam os demais crimes. Existem as figuras do Ministério Público federal, estadual e dos condados. O chefe do Ministério Público federal é nomeado pelo presidente da República, enquanto os chefes do Ministério Público estadual e dos condados são detentores de cargos eletivos, com mandato de quatro anos.

Nestes dois países que adotam o sistema da *common law* não existe a obrigatoriedade do interrogatório. O acusado decide quando e se quer ser ouvido, em razão do *privilege against self-incrimination*. Não existe, portanto, momento próprio para a

²⁸ VILARES, Fernanda Regina. *A prova penal no direito inglês* (FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Mauricio Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 358-394).

²⁹ ROVEGNO, André. *O sistema de provas no processo penal estadunidense*. (FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Mauricio Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 395-436).

realização do interrogatório, sendo comum que ele seja realizado na fase preliminar. Contudo, uma vez que o acusado decide ser ouvido, passa a ser considerado como testemunha, e em razão disso sujeita-se às penas do crime de perjúrio ou falso testemunho³⁰.

Em 1966, a Suprema Corte norte-americana julgou o caso *Miranda vs. Arizona*, no qual decidiu que as declarações de um acusado somente podem ser levadas em conta pelo juiz caso a polícia informe o detido a respeito dos seus direitos de consultar um advogado antes e durante o interrogatório e de não se auto-incriminar.

Entretanto, o direito ao silêncio tem sido restringido quando a segurança pública estiver em risco. No caso *New York vs. Quarles* de 1984, a Suprema Corte decidiu que razões de segurança pública podem justificar que um suspeito seja questionado sem ter seus direitos totalmente assegurados. Por exemplo, se a polícia tiver que perguntar ao suspeito onde ele colocou uma bomba, não é necessário declarar a *Miranda ruling*, por se de tratar de uma situação de emergência³¹.

Na Inglaterra, o *Police and Criminal Evidence Act* de 1984 regulamentou a custódia dos indivíduos detidos, a fim de evitar a pressão psicológica. O suspeito deve ser informado de seus direitos e, caso haja uma confissão, a acusação deve comprovar que esta não foi realizada em circunstâncias que ponham sua confiabilidade em dúvida³².

Também na Inglaterra o direito ao silêncio foi atenuado pelo *Criminal Justice and Public Order Act* de 1994, editado para combater o terrorismo. Segundo este ato, caso o suspeito permaneça calado durante a fase policial, os jurados poderão desconsiderar seu depoimento na fase judicial.

Estes casos mencionados tratam do conflito entre a ordem e a segurança públicas e os direitos e garantias fundamentais do indivíduo. Em locais onde a criminalidade e o terrorismo crescem de forma anormal, os direitos individuais do cidadão acabam sendo reduzidos.

³⁰ ROSSETTO, Enio Luiz. *A confissão no Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 165-166.

³¹ LILLY, Graham C, *An Introduction to the Law of Evidence*, p. 443-445 (*apud* NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 171).

³² UGLOW, Steve. *Issues in evidence in english criminal law. Studi senese, Siena, vol. 112, n. 1, 2000. p. 172.* (*apud* FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Mauricio Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 388).

2.4 A confissão

2.4.1 Conceito e características

A palavra confissão é de origem latina, tendo sua origem no substantivo *confessio* e no verbo *confiteri*, o qual é formado pelos vocábulos *cum* e *fateor*. Seu significado original é o de “declaração, reconhecimento, atestação, testemunho”³³.

No Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2001), a palavra confissão tem como um de seus significados o “reconhecimento, por uma pessoa, da culpa ou da acusação que lhe é imputada”.

Na doutrina jurídica, Vidal define a confissão como o “reconhecimento feito pelo réu da sua responsabilidade relativamente ao fato imputado”³⁴.

A confissão é um dos mais importantes elementos de convicção do juízo. Na antiguidade era chamada de rainha das provas, como retratava a expressão *confessio est regina probationum*. Lembre-se que no processo inquisitorial a confissão era tão importante que a tortura era admitida para obtê-la. Em muitos casos, a tortura aplicada era pior do que a pena, levando o indivíduo inocente a confessar.

As regras de experiência mostram que a confissão não é a regra, e sim a exceção. Não é comum os indivíduos assumirem seus erros, predominando na maioria das vezes o instinto de preservação. Quando o fazem, muitas vezes buscam alguma justificativa para tentarem se explicar, diminuindo assim o peso da culpa ou da punição.

A busca pela verdade dos fatos é uma matéria tormentosa, tanto para aquele que está sendo acusado, quanto para aquele que julga, como para toda a sociedade.

Com relação ao acusado, a confissão pode ocorrer para aliviar o sentimento de culpa ou remorso, ou então como única alternativa lógica diante de um conjunto probatório desfavorável. Todavia, também pode surgir em razão de uma doença mental, ou para cessar uma tortura física ou psicológica, ou ainda por um motivo egoístico como o pagamento para assumir o crime praticado por outrem.

³³ SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 10. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2000. p. 277-278.

³⁴ VIDAL, Hélvio Simões. *Curso avançado de Processo Penal*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011. p. 182.

Vista pelo lado do julgador, a confissão é um fator muito importante para a tomada de uma decisão que irá afetar a vida de outro ser humano. O juiz não deve julgar apenas pela aparência ou pelas palavras, mas deve munir-se de uma sensibilidade acima do homem médio, a fim de tentar reproduzir em sua mente os fatos tais como ocorreram. A possibilidade de errar e mandar um inocente para a cadeia é praticamente eliminada com a confissão, que traz ao julgador uma maior certeza do acerto de sua decisão.

Por fim, para a sociedade a confissão é um indicativo de que a justiça será aplicada naquele caso em particular, o que possui efeito de intimidação sobre a generalidade das pessoas, atemorizando possíveis criminosos para que eles não cometam delitos. Também existe o fortalecimento da consciência jurídica social, o qual é obtido por meio de uma punição justa ao delinqüente, contribuindo assim para a afirmação da validade das normas.

2.4.2 Natureza jurídica

A natureza jurídica da confissão é praticamente consensual na doutrina brasileira.

Quando realizada na fase extrajudicial ela é considerada um meio de prova indireto, isto é, mero indício, posto que não submetida ao contraditório. A rigor, se o interrogatório for definido como um ato processual, realizado por um juiz, não há que se falar em interrogatório extrajudicial e portanto pouco ou nenhum valor podem ter as declarações do acusado na fase policial. Some-se a isto o fato de que muitas das “confissões” extrajudiciais são negadas em juízo, e por este motivo não podem ser usadas como elemento judicial desfavorável.

Vislumbram-se alguns poucos casos em que estas declarações prestadas na fase policial podem ser consideradas como indício. Por exemplo, quando um suspeito ou indiciado comparece na Delegacia, acompanhado de advogado constituído, e admite a culpa, assinando ambos o respectivo termo. Neste caso, é razoável supor que o defensor orientou adequadamente seu cliente e que as informações ali prestadas possuem alguma validade.

Existem julgados que admitem a confissão realizada na fase policial, reconhecendo-a inclusive como circunstância atenuante, caso tenha sido utilizada para formação do convencimento do julgador (Superior Tribunal de Justiça, HC 186.375 e 217.687).

Quando é realizada judicialmente, a confissão é considerada um meio de prova direto. Assim como o interrogatório, a confissão encontra-se disposta no Código de Processo Penal dentro do capítulo das provas. Greco Filho³⁵ considera a confissão uma prova *sui generis*, dizendo:

Na verdade a confissão não é meio de prova. É a própria prova, consistente no reconhecimento da autoria por parte do acusado. Meio de prova é o interrogatório, em que ela pode ocorrer, ou a audiência em que se lavra um termo em virtude de seu comparecimento espontâneo. Todavia, tem sido tradicionalmente tratada nos códigos como meio de prova.

Não se pode esquecer que a confissão já foi considerada como meio de prova absoluto. Como rainha das provas, ela tinha tanta importância que, durante a Idade média, a própria Igreja Católica Romana autorizava o uso de tortura para obtê-la. Ocorre que a maioria das admissões de culpa obtidas dessa maneira não eram verdadeiras, já que se confessava muitas vezes apenas para fazer cessar a própria tortura.

Nos dias de hoje, lamentavelmente, não são poucos os casos de confissões obtidas mediante tortura durante a investigação policial. Lembrem-se dois casos que fizeram parte da história recente brasileira:

a) O caso dos Irmãos Naves. Em 1937, na cidade de Araguari, interior de Minas Gerais, um comerciante de cereais chamado Benedito Pereira Caetano tinha como sócios seus dois primos, os irmãos Sebastião José Naves e Joaquim Rosa Naves. A economia mundial passava por um longo período de crise iniciado com o *crash* da bolsa norte-americana em 1929 e o Brasil vivia sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas.

Benedito desapareceu entre os dias 29 e 30 de novembro deste ano, sendo que os irmãos Naves, sabedores de que ele havia vendido sua última safra pelo valor de 90 contos de réis, decidiram comunicar o fato à polícia. Iniciou-se uma investigação e o delegado civil responsável pelo caso acabou sendo substituído pelo tenente militar Francisco Vieira dos Santos, que mandou prender Sebastião e Joaquim a fim de interrogá-los.

Durante meses, Sebastião e Joaquim foram submetidos a torturas intensas para que confessassem onde e como eles teriam matado Benedito e escondido o dinheiro. Neste período, as esposas, mãe e filhos dos acusados também foram presos, torturados e

³⁵ GRECO FILHO, Vicente. *Manual de processo penal*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 203 (*apud* ROSSETTO, Enio Luiz. *A confissão no Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 65).

interrogados. Por fim, Sebastião e Joaquim acabaram assinando uma confissão formal assumindo a autoria da morte de Benedito.

Sebastião e Joaquim foram submetidos em 1938 a julgamento pelo Tribunal do Júri e foram absolvidos por seis votos a um. No mesmo ano realizou-se um novo julgamento pelo júri no qual eles foram novamente absolvidos por seis votos a um. Entretanto, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, diante da ausência de soberania do júri na Constituição de 1937, decidiu alterar o resultado do veredicto, condenando os dois irmãos por seis votos a um a 25 anos e meio de prisão (que posteriormente passou por revisão penal e assim as penas foram reduzidas para 16 anos).

Após 8 anos e 3 meses de prisão, os irmãos Naves foram colocados em liberdade condicional. Em 22 de maio de 1948, o tenente Francisco Vieira dos Santos morreu em Belo Horizonte, de derrame cerebral. Três meses depois, em 28 de agosto de 1948, Joaquim Naves morreu no asilo em que vivia para se tratar de uma doença que contraíra por causa das torturas.

Em 24 de julho de 1952, Benedito reapareceu vivo na casa de seus pais, na cidade de Nova Ponte, sendo reconhecido por um primo dos irmãos Naves. Sebastião foi com alguns policiais para Nova Ponte, onde Benedito jurava não ter sabido de nada que ocorrera em todos aqueles anos.

Poucos dias depois, toda a família de Benedito, menos o próprio, morreu em um acidente com o avião que os levava para Araguari para prestarem os devidos esclarecimentos. Assim, em meados de 1953, os irmãos Naves foram finalmente inocentados³⁶.

b) O caso do Bar Bodega. No dia 10 de agosto de 1996, durante um roubo no Bar Bodega, na cidade de São Paulo, duas pessoas de classe média alta foram mortas pelos assaltantes. O crime despertou a atenção da opinião pública e, quinze dias após, a Polícia Civil do Estado de São Paulo apresentou à imprensa cinco suspeitos.

O promotor de justiça encarregado do caso chegou à conclusão que os suspeitos detidos pela polícia eram inocentes, não ofereceu a denúncia e pediu a libertação de todos, solicitando a continuidade das investigações pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o que causou um clima de indignação por parte da cúpula da Polícia Civil, da imprensa e da opinião pública.

³⁶ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Irmãos_Naves>. Acesso em: 09 set. 2014.

Ao serem soltos, os primeiros suspeitos relataram à imprensa que sofreram diversos métodos de tortura para admitirem a participação no crime.

Em 11 de novembro, o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa prendeu dois dos verdadeiros responsáveis pelo crime, os quais foram reconhecidos por testemunhas. Os demais foram identificados e presos nas semanas seguintes³⁷.

Estes dois exemplos tratam de confissões falsas, obtidas de maneira ilegal durante a investigação policial. Observa-se a importância de buscar outros elementos no processo, sendo que todas as provas, inclusive a confissão obtida em juízo, devem ser consideradas relativas.

Nestes termos, entende-se acertada a previsão legal do artigo 197 do Código de Processo Penal: “O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância”.

Muitas vezes, a polícia que cuida das investigações não possui recursos para realizar provas importantes, como o levantamento do local do crime, perícias, busca de gravações, etc., e por outras vezes age sob a influência da opinião pública e da pressão para encontrar os culpados de crimes.

Ao contrário do que ocorre nos países mais ricos e desenvolvidos, a polícia e a justiça brasileira acabam tendo que contar na maioria dos casos com a prova testemunhal, o que também deve ser levado em conta para que se possa buscar a verdade real.

Nas palavras de Altavilla³⁸:

Podemos, portanto, quanto ao valor probatório da confissão, concluir com D’Agueseau: “A regra, que se aplica em relação a todos os crimes públicos é que a confissão do culpado, isolada, não basta para colocar a justiça em situação de condenar. A confissão do acusado é, certamente, um grande começo de prova, mas é preciso, necessariamente, que, para completar a nossa convicção, se lhe juntem provas que não dependam só do seu reconhecimento, sem o que ele não pode ser considerado como suficientemente convencido do crime, nem, por consequência, justamente condenado”.

³⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Bodega>. Acesso em: 09 set. 2014.

³⁸ ALTAVILLA, Enrico. *Psicologia Judiciária, volume II: Personagens do Processo Penal*. Trad. Fernando de Miranda. 2. ed. portuguesa (4. ed. italiana). Coimbra: Almedina, 2003. p. 46.

2.4.3 Espécies

A confissão pode ser estudada nas seguintes espécies: quanto ao local onde é realizada, quanto ao meio ou forma e quanto ao seu conteúdo.

Quanto ao local onde é produzida, a confissão pode ser extrajudicial ou judicial. Judicial é aquela produzida diante da autoridade judiciária competente para julgar o caso. Extrajudicial é aquela produzida em qualquer outro meio fora do processo, como por exemplo no auto de prisão em flagrante, no inquérito policial, perante Comissão Parlamentar de Inquérito, por interceptação telefônica, ou mesmo por carta ou documento.

Valem aqui as observações anteriores, de que a confissão extrajudicial não é prova, e sim mero indício, devendo ser renovada em juízo para que possa ter sua validade aceita pelo julgador.

Quanto ao meio ou forma, a confissão pode ser expressa ou tácita. Expressa é a confissão clara, manifestada por palavras que não gerem dúvidas. Tácita é aquela confissão deduzida de um fato ou pela lei. Não se admite a confissão tácita no processo penal, pois nele vigora o princípio da verdade real.

Quanto ao conteúdo, a confissão pode ser simples, complexa ou qualificada. Simples é aquela em que o indivíduo admite os fatos que lhe são imputados, sem fazer nenhuma alteração na acusação. Complexa é aquela em que são vários os fatos confessados. Qualificada é a confissão em que o confitente reconhece os fatos, mas alega em sua defesa uma circunstância que atenua a pena ou o isente da mesma.

Malatesta³⁹ afirma que a confissão qualificada pode ser dividida em duas: a) qualificada em sentido próprio, quando se admite a autoria mas alega-se ter cometido um crime mais leve (por exemplo, em uma acusação de tráfico de drogas busca-se uma desclassificação para porte para uso próprio; ou então em uma acusação de roubo para furto); b) qualificada em sentido impróprio, quando se admite a autoria mas alega-se uma justificativa que absolva ou isente de pena (legítima defesa, estado de necessidade, coação irresistível, etc.).

³⁹ MALATESTA, Nicola Framarino dei. *A lógica das provas em matéria criminal*. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. 1. ed. Campinas: Russel Editores, 2009. p. 425-434.

2.4.4 Motivos que levam à confissão

Nucci⁴⁰, baseado nas pesquisas de Altavilla e Gorphe, aponta vinte e uma razões que podem levar alguém a confessar, seja verdadeira ou falsamente: 1ª) remorso; 2ª) arrependimento; 3ª) alívio interior; 4ª) necessidade de se explicar; 5ª) interesse; 6ª) lógica; 7ª) orgulho ou vaidade; 8ª) esperança ou medo; 9ª) expiação ou masoquismo; 10ª) altruísmo; 11ª) forte poder de sugestão de terceiros; 12ª) erro; 13ª) loucura ou outro desequilíbrio mental; 14ª) coação psicológica; 15ª) tortura psicológica; 16ª) coação física; 17ª) tortura física; 18ª) insensibilidade; 19ª) instinto de proteção ou afeto a terceiros; 20ª) ódio a terceiros; 21ª) questões religiosas.

Sendo a confissão um ato complexo, várias destas razões podem ser observadas ao mesmo tempo.

Entre as circunstâncias apontadas, existem várias que podem levar um indivíduo a se confessar culpado de uma infração que não praticou. Tourinho Filho⁴¹ aponta: 1ª) desejo de encontrar a morte, nos países que admitem a pena capital; 2ª) enfermidade mental; 3ª) razões de lucro; 4ª) espírito de sacrifício em favor do verdadeiro autor do crime; 5ª) fanatismo; 6ª) intenção de dar ao verdadeiro culpado o tempo de fugir; 7ª) para ocultar um delito mais grave; 8ª) desejo de se livrar de interrogatórios atormentadores; 9ª) desejo de encontrar abrigo e alimento por conta do Estado, etc.

Altavilla também menciona as seguintes situações que podem levar a uma confissão falsa: doença mental, masoquismo (para sofrer ou para morrer), auto-sugestão ou hetero-sugestão, coação, estado emotivo devido a um errado juízo de responsabilidade, para defender outras pessoas, motivos egoístas (para ser transferido a outra prisão, para ter alimento e cama), lucro, para avançar na hierarquia do crime, para fins de defesa (alegar uma causa que exclui o crime ou configura um crime menos grave), etc.⁴²

⁴⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 95-114.

⁴¹ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal, volume 3*. 34. ed. rev. e de acordo com a Lei n. 12.403/2011. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 321.

⁴² ALTAVILLA, Enrico. *Psicologia Judiciária, volume II: Personagens do Processo Penal*. Trad. Fernando de Miranda. 2. ed. portuguesa (4. ed. italiana). Coimbra: Almedina, 2003. p. 43-123.

2.4.5 O sistema brasileiro atual

No sistema penal brasileiro, a confissão possui as características da relatividade, retratabilidade e divisibilidade.

Relatividade significa que não se pode atribuir valor absoluto à confissão, devendo o julgador confrontá-la com as demais provas do processo (artigo 197 do CPP).

Retratabilidade (artigo 200 do CPP) é a capacidade do indivíduo retratar-se ou desdizer sua confissão, e pode ser total ou parcial.

Divisibilidade (prevista também no artigo 200 do CPP) significa que a confissão pode ser aceita em um ponto e rejeitada em outro, como por exemplo quando o acusado confessa a subtração, mas nega o emprego de violência ou grave ameaça. Ambas as situações devem ser analisadas no conjunto das provas⁴³.

A mera confissão não basta para afastar a necessidade de busca de outros elementos de prova. Para que a confissão possa ser considerada válida, a doutrina aponta alguns requisitos, que se dividem em extrínsecos e intrínsecos⁴⁴.

Os requisitos extrínsecos ou formais da confissão são que ela deve ser expressa, reduzida a termo, feita perante juiz competente, livre, voluntária, pessoal e produzida por pessoa capaz.

Já os requisitos intrínsecos da confissão são a verossimilhança, a certeza, a clareza, persistência e coincidência.

Também para que se possa valorar adequadamente a confissão, é necessário saber os motivos que levam o indivíduo a confessar. Por este motivo, o artigo 190 do CPP prevê que, mesmo realizada a confissão, o julgador deve indagar do acusado os motivos e as circunstâncias em que se deu o fato.

Existe uma diferença significativa entre espontaneidade e voluntariedade. Quando o Código Penal dispõe sobre o arrependimento posterior, exige que o dano seja reparado “por ato voluntário do agente” (artigo 16 do CP).

Existe, por outro lado, a circunstância atenuante do agente ter procurado “por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as

⁴³ Art. 200 do Código de Processo Penal: “A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto”.

⁴⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 153-161; ROSSETTO, Enio Luiz. *A confissão no Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 107-116.

consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano” (artigo 65, inciso III, letra “b” do CP).

No Código Penal de 1940, em sua redação original, a confissão somente era reconhecida como atenuante se o agente confessasse “espontaneamente perante a autoridade a autoria do crime ignorada ou imputada a outrem” (artigo 48, inciso IV, letra “d”).

Com a reforma da parte geral em 1984, passou a ser considerada como circunstância atenuante ter o agente “confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime” (artigo 65, inciso III, letra “d”).

Na redação atual, não se exige mais que a autoria do crime seja ignorada ou atribuída a outrem, porém continua sendo exigido que a confissão seja feita de forma espontânea.

Nucci⁴⁵, ao abordar a questão, discorre que:

O conceito de voluntariedade está naturalmente conectado ao de liberdade. Não se justifica falar em algo voluntário que não seja livremente produzido. Entretanto, não necessita a confissão ser espontânea, vale dizer, sincera e demonstrativa do arrependimento do confitente. Ainda que por conselho do advogado, por exemplo, o réu confesse o crime que cometeu, mesmo que não deseje fazê-lo - porque quer ocultá-lo ou porque dele não se arrepende -, sua admissão de culpa é voluntária, ou seja, livre de qualquer coação que a macule. Deve ser aceita como válida.

Em matéria penal, voluntário quer significar derivado de vontade própria, sem coação, mesmo que motivado por interesse egoístico (por exemplo, receber redução na pena ou fazer acordo com a Promotoria, quando isso for possível) ou sugestionado por terceiros (a pedido de um parente ou do advogado, mesmo que, no íntimo, não deseje fazê-lo). Por outro lado, espontâneo significa derivado da vontade própria, mas com sinceridade de propósito, que emana do íntimo; algo que brota do desejo do próprio acusado, evidenciando arrependimento (resipiscência).

Confessar voluntária, mas não espontaneamente, seria equivalente a confessar por ato voluntário e livre, mas não francamente desejado. E mais, no âmbito da confissão, entendido o *animus confitendi* como o desejo do confitente em atingir o efeito probatório

⁴⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 158-159.

resultante da confissão, tendo consciência desse efeito, podemos dizer que não se exige o ânimo de confessar para que a admissão de culpa tenha validade. Quando o interrogante provoca a confissão de algum modo ilícito ou ilegítimo está afetando diretamente a voluntariedade do confitente.

Para valer como prova, pois, a confissão há de ser voluntária, mas não necessariamente espontânea. Note-se, no entanto, que para valer como atenuante da pena (artigo 65, III, d, do Código Penal) ela deve ser espontânea, não bastando que seja somente voluntária.

Os efeitos principais da confissão considerada válida são a sua utilização como meio de prova e o estabelecimento da autoria do delito. Além destes efeitos, quando a confissão for espontânea poderá ser considerada como circunstância atenuante da pena a ser imposta.

Depois de reiteradas decisões judiciais a respeito, o STJ fixou em sua Súmula nº 231 o entendimento de que “A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal”.

A questão que se coloca é se, após a alteração na legislação processual penal realizada no ano de 2008, que situou o interrogatório no final da instrução, a confissão feita em juízo no final da instrução criminal pode ser considerada espontânea ou não. A rigor, seria ela voluntária, mas não espontânea, já que o agente teve prévio conhecimento de todas as provas colhidas em juízo antes de decidir confessar.

Antes da lei nº 11.719/2008, a doutrina e a jurisprudência se encontravam divididas.

Veja-se, a respeito Mirabete⁴⁶: “não basta a confissão para a configuração da atenuante; é necessário que o agente, arrependido, procure a autoridade para a confissão, já que a lei não fala em ato voluntário, mas em confissão espontânea”.

Capez⁴⁷, autor oriundo do Ministério Público, também entende que “aquele que confessa a autoria quando já desenvolvidas todas as diligências e existindo fortes indícios, ao final confirmados, não faz jus à atenuante”.

A mesma posição é encontrada na jurisprudência⁴⁸.

⁴⁶ MIRABETE, Júlio Fabrini; FABRINI, Renato N. *Manual de Direito Penal, volume 1 : parte geral*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008. p. 317.

⁴⁷ CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal : parte geral : volume 1*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 405.

⁴⁸ TACRSP: “Consoante iterativa jurisprudência dos nossos Tribunais, consagrou-se o entendimento de que tão-somente a confissão da prática do crime, sem exame do motivo que a originou, não leva a atenuação da pena. Outrossim, a lei penal exige que a confissão seja espontânea, feita sem a intervenção de fatores

A matéria, porém, suscita divergências. O arrependimento e a sinceridade de propósitos, citados por alguns autores como requisitos da espontaneidade, não estão expressamente previstos na lei para que a confissão leve à atenuação da pena. Existem, ainda, os casos daqueles presos em flagrante, sobre os quais já paira uma prova indiciária desfavorável, e mesmo assim a confissão judicial é considerada como atenuante.

Para Franco e Stoco⁴⁹, “o propósito do legislador foi de estimular o autor da infração penal a reconhecer sua conduta como um ato pessoal, dando-lhe, em contrapartida, como um prêmio, a atenuação da pena”.

Assim, a jurisprudência acaba sendo preponderante no sentido de considerar a confissão como atenuante, mesmo nos casos de prisão em flagrante ou quando as provas forem desfavoráveis ao acusado^{50 51}.

Com relação à confissão qualificada, tanto em sentido próprio (em que o agente reconhece a autoria mas alega ter cometido um crime menos grave) como impróprio (aquela em que o agente alega ter agido sob uma excludente de ilicitude), o entendimento majoritário tem sido que não se aplica a atenuante.

Isto porque, nestes casos, o acusado não está propriamente confessando nem colaborando para o esclarecimento dos fatos, e sim exercendo seu direito de autodefesa. Se

externos.” (RJDTACRIM 12/134-5); TACRSP: “Não há falar em confissão espontânea se o réu não tem outra alternativa, em face da exuberante prova, senão a de admitir a autoria da infração. Sua confissão, então, é voluntária, mas não espontânea, e, portanto, não há cuidar da atenuante do art. 65, III, d, do CP.” (RT 654/306); No mesmo sentido, TARS: JTAERGS 73/48; TACRSP: JTACRIM 95/241 e 242 (*apud* MIRABETE, Júlio Fabrini. *Código Penal Interpretado*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 374).

⁴⁹ FRANCO, Alberto Silva (Coord.); STOCO, Rui (Coord.). *Código Penal e sua interpretação: doutrina e jurisprudência*. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 377.

⁵⁰ TRF da 4ª Região: “O fato de a confissão espontânea em nada influenciar para o desfecho condenatório não obsta a incidência da atenuante prevista no art. 65, III, d, do CP, pois o que a lei busca é um estímulo ao autor da infração para que reconheça sua conduta como um ato pessoal, visando a busca da verdade real e limitando-se o risco de erro judiciário, devendo ser reconhecida mesmo em casos de prisão em flagrante e não sendo condicionada ao arrependimento, mas tão-somente à espontaneidade.” (RT 747/1787); STF: “Sob a égide da disciplina anterior à reforma da parte geral do Código, ocorrida mediante a edição da Lei nº 7.209/84, a prisão em flagrante era de molde a excluir a configuração da circunstância atenuante revelada pela confissão espontânea, que estava jungida às hipóteses em que a autoria do crime era ignorada ou imputada a outrem - alínea do art. 48. Com o abandono da irreal forma inicialmente adotada, pouco importa que o acusado tenha sido preso em flagrante. A simples postura de reconhecimento da prática do delito e, portanto, da responsabilidade, atrai a observância, por sinal obrigatória, da regra insculpida na alínea d do inciso III do art. 65 do Código Penal - 'confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime'. Tanto vulnera a lei aquele que exclui do campo de aplicação hipótese contemplada como o que inclui requisito nela contido.” (HC 69.479-RJ-DJU de 18-12-92, p. 24.376-7) (*apud* MIRABETE, Júlio Fabrini. *Código Penal Interpretado*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 375).

⁵¹ “Reconhece-se a atenuante ainda que a confissão ocorra num momento em que o conjunto probatório já seja suficiente para demonstrar a responsabilidade penal do confitente.” (STJ, 5ª T., HC nº 22.422/MS, Min. Laurita Vaz, DJ 04.08.2003, p.337) (*apud* FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal: parte geral*. 17. ed. rev. por Fernando Fragoso. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 437).

a confissão do réu não é plena, completa, não há como se conceder o benefício da atenuação da pena.

Nesse sentido, Mirabete⁵²: “Para o reconhecimento da atenuante, é necessário que a confissão seja completa, não ocorrendo quando o acusado, admitindo a prática do fato, alega, por exemplo, uma descriminante ou dirimente”. E, ainda, Silva⁵³: “Assim, se o agente assume a autoria para, após alegar legítima defesa (confissão qualificada), não será merecedor da atenuante, que visa a beneficiar aquele que age com lealdade processual”.

Parece aconselhável que estas questões sejam melhor disciplinadas na lei, seja para tornar mais claro o momento em que a confissão pode ser oferecida, seja com relação aos seus efeitos.

2.4.6 Delação e colaboração premiada

A delação ou chamamento de co-réu consiste na “afirmativa feita por um acusado, ao ser interrogado em juízo ou ouvido na polícia, e pela qual, além de confessar a autoria de um fato criminoso, igualmente atribui a um terceiro a participação como seu comparsa”⁵⁴.

O elemento essencial da delação é a confissão do delator. Caso ele negue a autoria do delito, imputando-o a terceiro, não se trata de delação, mas de exercício do direito de defesa ou então testemunho.

Quando feita na fase policial, a delação consiste em mero indício, podendo eventualmente servir de base para oferecimento da denúncia. Quando oferecida em Juízo, Aranha⁵⁵ considera a delação uma “prova anômala, totalmente irregular, pois viola o princípio do contraditório, uma das bases do processo criminal”.

Na realidade, no novo sistema vigente após a edição da lei nº 11.719/2008, foi possibilitado ao Ministério Público e à defesa pedir esclarecimentos no interrogatório

⁵² MIRABETE, Júlio Fabrini; FABRINI, Renato N. *Manual de Direito Penal, volume 1: parte geral*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008. p. 317.

⁵³ SILVA, César Dario Mariano da. *Manual de Direito Penal, volume 1: parte geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 224.

⁵⁴ ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. *Da prova no Processo Penal*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 132.

⁵⁵ ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo, *op. cit.*, p. 133.

judicial, após as perguntas do juiz. Com isso, o princípio do contraditório passou a ser respeitado em comparação ao sistema anterior, que previa o interrogatório como ato privativo do juiz.

A questão mais importante que se coloca é saber o valor que se pode dar às palavras do acusado que imputa a participação no crime a um co-réu ou a terceiro. Devem-se observar, entre outros elementos, a personalidade do imputado, os motivos que o levaram a acusar outro indivíduo e a consonância das palavras dele com as provas existentes no processo.

Com relação à delação ou colaboração premiada, trata-se de um benefício concedido pela lei àqueles que confessam sua participação delituesa e fornecem informações úteis para identificar os demais co-autores e partícipes, localizar e libertar eventuais vítimas e recuperar os produtos das infrações penais.

Este instrumento surgiu nos Estados Unidos para combater a Máfia e outras organizações criminosas, sendo também utilizado na Itália a partir das décadas de 80 e 90 do século passado, durante a chamada “Operação Mãos Limpas”.

A legislação brasileira vem progressivamente adotando a delação ou colaboração premiada em diversos dispositivos legais.

O artigo 8º, parágrafo único, da Lei nº 8.072/90 (crimes hediondos) estabeleceu que “O participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois terços”.

A Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, previu em seu artigo 1º, § 5º que “A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime”.

O artigo 13 da Lei nº 9.807/99, conhecida como “Lei de proteção às vítimas e testemunhas”, estabelece que “Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a conseqüente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado: I - a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa; II - a localização da vítima com a sua integridade

física preservada; III - a recuperação total ou parcial do produto do crime. Parágrafo único. A concessão do perdão judicial levará em conta a personalidade do beneficiado e a natureza, circunstâncias, gravidade e repercussão social do fato criminoso”. O artigo 14 da mesma lei prevê a redução da pena de um a dois terços em caso de condenação.

Por sua vez, a Lei nº 11.343/2006, que trata do combate às drogas, prevê em seu artigo 41 que “O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços”.

Mais recentemente, a Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal, estabeleceu em seus artigos 4º a 7º a chamada colaboração premiada, que se assemelha ao *plea bargaining* norte americano.

Os benefícios previstos ao colaborador são o perdão judicial, a redução da pena privativa de liberdade em até 2/3 e a substituição por restritivas de direitos. Caso o colaborador não seja o líder da organização criminosa e seja o primeiro a prestar efetiva colaboração, o Ministério Público poderá até mesmo deixar de oferecer denúncia (artigo 4º, § 4º).

No procedimento previsto neste último diploma legal, o juiz não participa das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, porém deve verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo recusar a homologação de proposta que não atender aos requisitos legais ou adequá-la ao caso concreto (artigo 4º, §§ 6º a 8º).

Por fim, no artigo 4º, § 16, § 16 existe a previsão expressa de que “Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador”.

Observe-se que a colaboração premiada pressupõe a existência de uma organização criminosa. Para os demais crimes, deve ser considerada a “Lei de proteção às vítimas e testemunhas”.

2.4.7 Aspectos da confissão na legislação de outros países

No sistema italiano⁵⁶ a legislação processual penal criou os institutos do *patteggiamento*, do *giudizio abbreviato* e do *giudizio direttissimo*.

O *patteggiamento* consiste em um acordo entre o acusado e o Ministério Público, com vistas a dispensar o procedimento ordinário e a aplicação de uma pena a requerimento das partes. Trata-se de um instituto muito próximo ao *plea bargaining* do direito anglo-saxônico, que será estudado adiante.

Já o *giudizio abbreviato* consiste em um abreviamento do processo, mediante o qual as partes concordam em dispensar a audiência de instrução, porém a pena é fixada pelo juiz, sendo reduzida em até um terço.

A doutrina considera tanto uma como outra uma forma de admissão da culpa, porém a Corte Constitucional decidiu que no *patteggiamento* e no juízo abreviado não existe violação aos princípios constitucionais de presunção da inocência e direito de defesa.

Por fim, no *giudizio direttissimo* o Ministério Público pode apresentar ao juiz a confissão do acusado durante a fase de investigações, porém esta não possui eficácia plena, a não ser que feita sem qualquer coação e confirmada em juízo.

No sistema português o arguido pode ser interrogado em duas oportunidades: na audiência de instrução e na audiência de julgamento. Na audiência de julgamento, o arguido pode confessar e renunciar à produção de provas. Segundo Fernandes⁵⁷:

Após advertido de seu direito ao silêncio, o arguido pode, se quiser, prestar declarações e, em caso de confissão na audiência de julgamento, será indagado faz a confissão de livre e espontânea vontade e sem qualquer coação, bem como se pretende fazer uma confissão integral e sem reservas. Em alguns casos (crimes puníveis com pena de prisão até 5 anos), a confissão integral e sem reservas implica renúncia à produção de prova relativa aos fatos imputados e conseqüente consideração destes como provados.

⁵⁶ ROSSETTO, Enio Luiz. *A confissão no Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 51-54.

⁵⁷ FERNANDES, Antonio Scarance. *Provas e sucedâneos da prova no processo penal*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, ed. RT, maio/jun. 2007, p. 204. (*apud* FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Mauricio Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 295).

O juiz não é obrigado a acolher integralmente a confissão; caso exista dúvida sobre a imputabilidade plena do argüido, ou sobre a veracidade dos fatos confessados, ou ainda se houver coarguidos e não se verificar a confissão integral, sem reservas e coerente de todos eles, poderá decidir pela continuidade da produção de provas (artigo 344, 3 do Código de Processo Penal português).

Caso aceite a confissão, as partes passam imediatamente às alegações orais e, se o arguido não tiver de ser absolvido por outros motivos, a pena aplicada será reduzida pela metade (artigo 344, 2, do Código de Processo Penal português).

No sistema espanhol o interrogatório no *juicio oral* é realizado logo após a apresentação da acusação e da defesa. O juiz pergunta ao acusado se ele confessa a imputação penal e a responsabilidade civil pelos danos fixados pelos prejudicados.

Quando o acusado concorda somente com a imputação penal, o *juicio oral* pode continuar para apurar somente as questões relativas à responsabilidade civil.

Caso o acusado confesse as imputações e concorde com a pena solicitada pela acusação, o juiz pergunta ao defensor sobre a necessidade de continuação do *juicio oral* e, não havendo necessidade, passa a ditar a sentença. Não há previsão de redução da pena neste caso.

Nos sistemas inglês e norte-americano é comum a admissão da culpa durante a investigação ou antes do início do processo, pelos sistemas do *plea bargaining*, *guilty plea* (também chamado *plea of guilty*) e *nolo contendere plea*.

No *plea bargaining*, a acusação e a defesa negociam a versão dos fatos, a qualificação jurídica e a pena imposta. Existem diversos tipos de *plea bargaining*, entre eles o *implicit plea bargaining*, *charge reduction bargaining*, *sentence recommendations bargaining* e *judicial plea bargaining*⁵⁸.

No *guilty plea*, o acusado reconhece a sua culpa e como contrapartida recebe uma redução na pena imposta.

No *nolo contendere plea*, o acusado não se afirma culpado, porém desiste de levar o caso a julgamento, aceitando uma composição com a acusação e a imposição de uma pena menos severa.

⁵⁸ ROVEGNO, André. *O sistema de provas no processo penal estadunidense*. (FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Mauricio Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 395-436).

Em todos estes casos, a acusação e a defesa discutem livremente os termos da composição. O papel do juiz é assegurar que o acusado compreendeu seus direitos, entre eles o de insistir em sua inocência, e homologar o acordo realizado.

A principal vantagem destes sistemas é a rapidez. Encerra-se o processo antes mesmo de ele começar, garantindo a aplicação da lei penal. Com menos processos em tramitação, a velocidade dos julgamentos mais importantes aumenta e o risco de prescrição dos crimes diminui. Outra vantagem é a imposição de penas mais leves, evitando-se assim o encarceramento e mantendo o indivíduo no convívio social.

A principal crítica a estes sistemas é a pressão psicológica que existe sobre o acusado, o qual pode ser obrigado a aceitar o acordo oferecido pela acusação com medo de uma pena maior no caso de ser submetido a julgamento. Outra crítica é o excessivo poder dado ao Ministério Público, que nos Estados Unidos é exercido por indivíduos que têm como regra mandato eletivo.

3 MÉTODO

3.1 Casuística e fontes dos dados

O conjunto inicial da pesquisa consistiu em 1283 sentenças criminais, proferidas pelo autor deste trabalho no período de 27/11/2000 (ano de ingresso do autor na magistratura) a 19/12/2012 (data final escolhida para coleta dos dados), já excluídos os processos relativos ao Tribunal do Júri e de competência do Juizado Especial Criminal, que seguem procedimentos diferentes ao estudado.

Feita uma análise preliminar destas sentenças, verificou-se que havia alguns processos contendo mais de um crime e outros que continham crimes raramente levados a julgamento (p. ex. abandono material, duplicata simulada, incêndio, rufianismo), o que dificultaria o tratamento e análise de dados.

Optou-se pelos seguintes critérios de seleção: a) um único tipo de crime em cada processo, podendo entretanto haver vários réus no mesmo processo; b) número mínimo de quarenta sentenças por tipo de crime, possibilitando a análise dos interrogatórios antes e depois da lei nº 11.719/2008.

Aplicando estes dois critérios, foram afastadas 392 sentenças (214 relativas a processos com mais de um crime e 178 com menos de quarenta sentenças por tipo de crime). Restaram 891 sentenças, relativas a seis tipos de crime: estelionato, furto, porte ilegal de arma, receptação, roubo e tráfico de drogas, número que corresponde a aproximadamente 70% do universo inicial pesquisado.

Foi necessário retirar em seguida 139 sentenças absolutórias, entre elas 6 impróprias (aquelas em que os réus foram considerados inimputáveis e submetidos a uma medida de segurança). Destaca-se que não foi encontrada confissão judicial em nenhuma destas sentenças absolutórias.

Por fim, foram excluídas 57 sentenças nas quais os réus não compareceram em juízo para serem interrogados (a lei processual brasileira permite o julgamento à revelia, desde que o réu tenha sido citado pessoalmente ou constituído defensor). Dessa forma, o total de sentenças analisadas durante a elaboração deste trabalho foi de 695.

3.2 Dados coletados

Quanto aos tipos de confissão, foi analisada a ocorrência da confissão judicial nos seguintes casos: a) simples (admite-se completamente a autoria e o crime), b) qualificada em sentido próprio (admite-se a autoria, mas alega-se ter cometido um crime mais leve, p. ex. de tráfico de drogas para porte para uso próprio; de roubo para furto), c) qualificada em sentido impróprio (admite-se a autoria mas alega-se uma justificativa que absolva ou isente de pena, como legítima defesa, estado de necessidade, coação irresistível, etc.), d) não houve confissão.

Quanto aos motivos da confissão judicial, foi realizada a seguinte análise: a) interesse próprio (p. ex. fixação da pena no mínimo ou atenuante); b) interesse de terceiro (p. ex. para tentar absolver co-réu), c) réu preso no local do crime ou na posse do objeto produto de crime (confissão em razão da lógica), d) se há menção de arrependimento, e) outros motivos para a confissão, a serem acrescentados.

Prosseguindo, foi analisada a ocorrência da confissão judicial entre réus primários, com maus antecedentes e reincidentes.

Em seguida, registrou-se a incidência da confissão judicial em cada tipo de crime analisado (estelionato, furto, porte ilegal de arma, receptação, roubo e tráfico de drogas)

Verificou-se a influência da confissão judicial na aplicação das penas, por meio dos seguintes resultados: a) afastamento da confissão qualificada; b) aceitação da confissão com imposição da pena mínima e c) aceitação da confissão com atenuação da pena.

Por último, foi feita uma análise da incidência das confissões judiciais antes e depois da lei nº 11.719/2008, buscando verificar se o número de confissões cresceu, diminuiu ou manteve-se aproximadamente o mesmo.

Os dados obtidos e dispostos no formato de tabela encontram-se disponíveis no apêndice deste trabalho.

4 RESULTADOS

4.1 Resultados gerais

Foram analisadas ao todo 695 sentenças. 556 delas referiam-se a um único réu, 105 delas a dois réus, 26 três réus, 7 quatro réus e 1 com cinco réus.

Observa-se que 80% dos processos tinham apenas um réu em julgamento. Entre estes casos, incluem-se crimes praticados na companhia de menores de idade, os quais são processados perante o Juízo da Infância e Juventude, bem como aqueles cuja co-autoria resultou desconhecida.

De acordo com o critério de seleção, todas as sentenças referiam-se a um único tipo de crime. 257 delas referiam-se a roubo (37%), 179 a furto (26%), 114 a tráfico de drogas (16%), 65 a receptação (9%), 41 a porte ilegal de arma (6%) e 39 a estelionato (6%).

Os dados obtidos demonstram que os crimes contra o patrimônio são predominantes nas varas criminais comuns da Justiça Estadual. Somando-se as sentenças por roubo, furto, receptação e estelionato, o percentual chegou a aproximadamente 78% dos processos estudados, sendo o roubo e o furto responsáveis por 63%.

Houve algumas sentenças que se referiam a mais de um crime, embora do mesmo tipo. Por exemplo, quando o agente subtraiu os bens de várias pessoas em uma mesma ação delitiva (concurso formal) ou mediante ações sucessivas (concurso material ou crime continuado). Na quase totalidade delas, a confissão ou a negativa referiam-se a todos os crimes, e portanto foi considerada apenas uma vez.

Justifica-se tal escolha, pois o objeto do estudo foi verificar se cada réu confessou ou não, e caso se colocasse uma confissão para cada vítima, o número de confissões iria divergir significativamente do número de réus que foram ouvidos.

Houve, entretanto, quatro casos em que as confissões tiveram que ser consideradas separadamente das negativas. Em 3 processos (um por furto, um por roubo e um por porte ilegal de arma), nos quais o réu era acusado de mais de um delito, verificou-se que ele confessou um dos crimes e negou a prática do outro. Em outro caso de roubo, o réu começou o interrogatório negando inteiramente a prática do delito e no final acabou por confessar. Em razão disso, nestas quatro sentenças foram lançados dois interrogatórios, um contendo uma negativa e outro com a confissão.

Considerando os processos com vários réus e estes quatro processos nos quais houve duas manifestações de um mesmo réu, chegou-se a um total de 886 interrogatórios.

4.2 Direito ao silêncio

Em seus interrogatórios judiciais, apenas 11 acusados manifestaram seu direito ao silêncio, não respondendo a nenhuma das perguntas formuladas, o que corresponde a cerca de 1,2% do total de interrogados.

Computando-se também os 139 processos que resultaram em absolvição, foi observado que mais 18 réus ficaram em silêncio, o que resultou ao todo em 29 manifestações num universo de 1025 interrogatórios analisados. O número encontrado corresponde a cerca de 2,8% dos interrogatórios.

4.3 Tipos de confissão observados

Em 886 interrogatórios, foram observadas 209 confissões simples, nas quais o acusado admitiu integralmente os termos da acusação. O número corresponde a 23,6% dos acusados.

O número de confissões qualificadas foi de 100 em sentido próprio (aquela na qual o réu alegou ter cometido um crime menos grave) e 15 confissões em sentido impróprio (aquela no qual o réu alegou uma causa excludente de ilicitude), resultando em 11,3% do total de acusados para a primeira e 1,7% para a segunda.

4.4 Motivos das confissões

Tentou-se identificar nos interrogatórios quais foram os motivos que levaram os indivíduos a confessar. Houve um total de 643 motivos observados para as confissões.

Quando não havia nenhum tipo de menção expressa, lançou-se a expressão “interesse próprio” (324 casos). Esta expressão abrange três fatores principais: a necessidade de se explicar, o interesse em obter uma pena menor e a lógica ao se ver confrontado com as provas de culpa.

Quando a confissão buscava beneficiar ou isentar de culpa um co-réu, usou-se “interesse de terceiro” (24 casos).

O arrependimento também foi expressamente mencionado (10 casos).

Por fim, dois casos especiais que mereceram a atenção foram aqueles em que os réus haviam sido presos com os objetos ou produtos do crime (253 casos) ou no local do crime (32 casos). Porém, estas duas circunstâncias nem sempre levaram a uma confissão simples ou completa.

O número de confissões qualificadas no primeiro caso (réus presos com o produto do crime) foi de 105 num total de 254 e no segundo caso (réus presos no local do crime) foi de 10 num total de 32.

4.5 Confissões em cada tipo de crime

O crime de estelionato apresentou 9 confissões em 44 interrogatórios (20,5%), sendo 8 delas simples e 1 qualificada em sentido impróprio (estado de necessidade).

Os motivos destas confissões foram o interesse próprio (9 casos), arrependimento (3 casos), interesse de terceiro (1 caso) e preso no local do crime (1 caso).

Trata-se de crime patrimonial, com penas relativamente baixas (de um a cinco anos). Sem contar o interesse próprio, o fator predominante nas confissões de estelionato foi o arrependimento.

O crime de furto apresentou 85 confissões em 238 interrogatórios (35,7%), sendo 75 delas simples e 10 qualificadas em sentido impróprio (9 por estado de necessidade e 1 por coação moral irresistível).

Os motivos destas confissões foram o interesse próprio (85 casos), preso com o objeto ou produto do crime (55 casos), interesse de terceiro (10 casos), preso no local do crime (9 casos) e arrependimento (1 caso).

Trata-se de crime patrimonial, com penas que podem variar de um a quatro anos (furto simples) ou de dois a oito anos (furto qualificado). Sem contar o interesse próprio, o fator predominante nas confissões de furto foi o fato do réu ser preso em poder do produto do crime.

O crime de porte ilegal de arma apresentou 23 confissões em 47 interrogatórios (48,9%), sendo 22 delas simples e 1 qualificada em sentido impróprio (alegação de que a arma não funcionava).

Os motivos destas confissões foram o interesse próprio (23 casos), preso com o objeto ou produto do crime (23 casos) e interesse de terceiro (1 caso).

Trata-se de crime contra a incolumidade pública, com penas que podem variar de um a dois anos (porte de arma simples) ou de três a seis anos (porte de arma qualificado). Sem contar o interesse próprio, o fator predominante nas confissões de porte ilegal de arma foi o fato do réu ser preso em poder do produto do crime.

Foi este também o tipo de crime que alcançou o maior percentual de confissões em juízo, quase 50%. A explicação é que neste tipo de crime, o agente normalmente é preso em flagrante na posse da arma de fogo e, ao ser interrogado, muitos acabam por admitir que estavam armados.

Outro fator presente nas confissões neste tipo de crime foi a alegação de que a arma era para defesa pessoal (10 dos 23 que confessaram disseram isso). Optou-se aqui por não se considerar tal justificativa como uma confissão imprópria qualificada pela legítima defesa, uma vez que todos estes acusados não declinaram que estavam sofrendo injusta agressão no momento em que foram presos, e sim fizeram a alegação de forma genérica. A princípio, todo aquele que traz uma arma consigo parece fazê-lo com a intenção de se defender.

O crime de receptação apresentou apenas 2 confissões em 75 interrogatórios (2,7%), sendo ambas simples.

Os motivos destas confissões foram o interesse próprio (2 casos) e preso com o objeto ou produto do crime (2 casos).

Trata-se de crime contra o patrimônio com penas que podem variar de um a quatro anos (receptação simples) ou de três a oito anos (receptação qualificada). Sem contar o interesse próprio, o fator predominante nas confissões de receptação foi o fato do réu ser preso em poder do produto do crime.

Apesar de se tratar de crime cometido sem violência e das penas relativamente baixas, o número de confissões no crime de receptação foi extremamente baixo. Uma primeira explicação para isso é que este delito normalmente está ligado aos crimes de roubo e furto, e os réus encontrados com produtos roubados ou furtados negam esta possibilidade para não serem acusados dos crimes mais graves. Outro fator é que os receptadores dificilmente irão declinar de quem receberam os produtos roubados ou furtados, com medo de represálias por parte dos autores destes crimes.

O crime de roubo apresentou 141 confissões em 362 interrogatórios (39%), sendo 94 delas simples, 44 qualificadas em sentido próprio (26 pedindo a desclassificação para furto, 9 para porte ilegal de arma, 8 para receptação e 1 para vias de fato) e 3 qualificadas em sentido impróprio (todas por coação moral irresistível).

Os motivos destas confissões foram o interesse próprio (141 casos), preso com o objeto ou produto do crime (109 casos), preso no local do crime (22 casos), interesse de terceiro (10 casos) e arrependimento (6 casos).

Trata-se de crime patrimonial, com penas que podem variar de quatro a quinze anos. Sem contar o interesse próprio, o fator predominante nas confissões de roubo foi o fato do réu ser preso em poder do produto do crime.

O percentual de confissões no roubo foi cerca de 5% maior do que no furto (39% x 35% no total de confissões, ou 31% x 26% considerando apenas as confissões simples).

O crime de tráfico de drogas apresentou 64 confissões em 120 interrogatórios (53,3%), sendo 8 delas simples e 56 qualificadas em sentido próprio (todas pedindo a desclassificação para o crime de porte para uso próprio).

Os motivos destas confissões foram o interesse próprio (64 casos), preso com o objeto ou produto do crime (64 casos) e interesse de terceiro (2 casos).

Trata-se de crime contra a saúde pública, com penas que podem variar de cinco a quinze anos. Sem contar o interesse próprio, o fator predominante nas confissões foi o fato do réu ser preso em poder do produto do crime.

Ocorre que em 56 de 64 confissões (87,5%) os agentes não confessaram o tráfico de drogas, e sim alegaram que portavam apenas entorpecentes para seu próprio consumo. Na maior parte delas, os acusados disseram que estavam com quantidades de drogas bem menores do que aquelas apontadas pelos policiais. Por estes motivos, a quase totalidade destas confissões qualificadas acabou sendo afastada nas sentenças.

Somente em 4 casos o crime de tráfico de drogas foi desclassificado para porte de drogas para uso próprio, sendo que 3 dos acusados haviam apresentado uma confissão qualificada e o último havia negado a prática de qualquer delito.

Com relação às confissões simples, o número foi de 8 em 120 interrogatórios, o que corresponde a 6,6% dos casos. Em 4 destas confissões, as drogas foram encontradas durante a revista que as acusadas faziam a seus companheiros presos dentro de estabelecimento prisional e em 1 delas a droga estava no estômago da acusada, em tráfico praticado entre dois estados da federação. A confissão nestes casos se deu pela lógica, pois era praticamente impossível a elas negarem a posse dos entorpecentes ou a destinação dos mesmos.

O número de confissões neste tipo de crime foi consideravelmente baixo, seja pela possibilidade de penas elevadas, seja pela conotação negativa que o meio social dá ao traficante de drogas.

4.6 Influência dos antecedentes criminais nas confissões

Inicialmente, observa-se que o número de acusados primários no total de interrogatórios correspondeu a 543 (61,6%), enquanto os réus reincidentes ou com maus antecedentes corresponderam a 339 (38,4%). 4 acusados foram absolvidos e não constou das sentenças menção a seus antecedentes criminais.

Entre as 209 confissões simples, nas quais o acusado admitiu integralmente os termos da acusação, 126 foram proferidas por réus primários (60,3%) e 83 por réus reincidentes ou com maus antecedentes (39,7%).

Nas 100 confissões qualificadas em sentido próprio, nas quais o réu alegou ter cometido um crime menos grave, 70 foram proferidas por réus primários (70%) e 30 por réus reincidentes ou com maus antecedentes (30%),

Nas 15 confissões qualificadas em sentido impróprio, nas quais o réu alegou uma causa excludente de ilicitude, 11 foram proferidas por réus primários (73,3%) e 4 por réus reincidentes ou com maus antecedentes (26,7%).

Poder-se-ia esperar que os réus com vivência criminal (reincidentes e com maus antecedentes) confessassem mais do que os primários, visto que a confissão pode ser levada em conta como atenuante durante a fixação da pena. Contudo, tal influência não foi observada. O percentual de réus reincidentes ou com maus antecedentes que confessaram na modalidade simples foi praticamente igual ao percentual existente no número total pesquisado, em torno de 40%.

Já com relação às confissões qualificadas, os réus primários acabaram oferecendo-as em um percentual maior do que aqueles com vivência criminal. A necessidade de se justificar ou de apresentar uma causa excludente de ilicitude acabou sendo maior naqueles que não tinham antecedentes.

4.7 Aceitação e rejeição das confissões nas sentenças

Com relação ao tipo (simples ou qualificada), todas as 209 confissões simples foram aceitas sem qualquer restrição nas sentenças estudadas. Não foram identificados vícios no processo ou motivos que levassem a crer que elas foram oferecidas de maneira falsa ou inexata.

Entre as 100 confissões qualificadas em sentido próprio, nas quais o réu alegou ter cometido um crime menos grave, 97 foram afastadas. Nas 3 restantes, todas relativas ao tráfico de drogas, a justificativa apresentada pelos réus foi acolhida e o crime foi desclassificado para o porte de drogas para uso próprio.

Quanto às 15 confissões qualificadas em sentido impróprio, nas quais o réu alegou uma causa excludente de ilicitude, todas foram afastadas.

Com relação aos motivos, entre as 24 confissões que buscavam beneficiar ou isentar de culpa um co-réu (interesse de terceiro), 23 delas foram afastadas e apenas 1 foi aceita, absolvendo-se neste caso os co-réus.

4.8 Influência das confissões na aplicação das penas

Entre as 209 confissões simples, verificou-se que para 108 acusados a pena foi mantida no mínimo legal e 101 tiveram suas penas atenuadas.

Quanto às 115 confissões qualificadas, 3 tiveram o crime desclassificado com a fixação da pena no mínimo legal, 100 não tiveram qualquer influência na aplicação da pena, 6 tiveram a pena mínima e 6 a pena atenuada, por entender-se que a confissão, ainda que parcial, foi levada em conta como elemento de decisão do juízo.

Entre os réus que tiveram suas penas fixadas no mínimo legal (117 ao todo), 114 eram primários e 3 reincidentes ou com maus antecedentes. Já entre aqueles que tiveram suas penas fixadas acima do mínimo legal e atenuadas pela confissão (107 ao todo), 23 eram primários e 84 reincidentes ou com maus antecedentes.

4.9 Confissões antes e depois da lei nº 11.719/2008

O último ponto analisado consistiu em mensurar se após a lei nº 11.719/2008, que deslocou o interrogatório para depois da colheita das provas em juízo, o percentual de confissões judiciais aumentou, diminuiu ou se manteve o mesmo.

Esta lei foi publicada em 23.06.2008, entrando em vigor sessenta dias após a data de sua publicação, ou seja, no dia 23.08.2008.

Foram computados 346 interrogatórios antes da vigência da lei e 542 interrogatórios após a vigência da lei. O número de confissões foi dividido pelo número de interrogatórios em cada tipo de crime, chegando-se aos seguintes resultados:

Tabela 1: Confissões simples e qualificadas antes e depois da Lei nº 11.719/2008

Tipo de Crime	Confissões simples antes da lei 11.719/08	Confissões simples depois da lei 11.719/08	Variação	Confissões qualificadas antes da lei 11.719/08	Confissões qualificadas depois da lei 11.719/08	Variação
Estelionato	18,5%	17,6%	-0,9%	0,0%	5,9%	5,9%
Furto	21,9%	39,1%	17,2%	3,8%	4,5%	0,7%
Porte de Arma	44,4%	50,0%	5,6%	3,7%	0,0%	-3,7%
Receptação	0,0%	5,1%	5,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Roubo	15,4%	31,4%	15,9%	14,6%	12,1%	-2,5%
Tráfico de Drogas	7,7%	6,4%	-1,3%	46,2%	46,8%	0,7%
Total	17,7%	27,3%	9,7%	10,2%	14,8%	4,6%

Com relação às confissões simples, foram contadas 61 antes da vigência da lei (17,6% do total de interrogatórios) e 148 após a vigência da lei (27,3% do total de interrogatórios).

Com relação às confissões qualificadas, foram contadas 35 antes da vigência da lei (10,1% do total de interrogatórios) e 80 após a vigência da lei (14,8% do total de interrogatórios).

Somando-se os tipos de confissão para cada crime, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 2: Total de confissões antes e depois da Lei nº 11.719/2008

Tipo de Crime	Total de confissões antes da lei 11.719/08	Total de confissões depois da lei 11.719/08	Variação
Estelionato	18,5%	23,5%	5,0%
Furto	25,7%	43,6%	17,9%
Porte de Arma	48,1%	50,0%	1,9%
Receptação	0,0%	5,1%	5,1%
Roubo	30,1%	43,5%	13,4%
Tráfico de Drogas	53,8%	53,2%	-0,7%
Total	27,9%	42,1%	14,2%

5 DISCUSSÃO

5.1 Fatores que levaram às confissões

O primeiro objetivo deste trabalho consistiu em investigar os motivos que levaram os réus a confessarem em juízo. Tal pergunta, por óbvio, não é simples de ser respondida. Não foi possível indagar diretamente aos acusados porque estavam confessando, e mesmo que tal pergunta fosse feita, as respostas poderiam não ser completamente sinceras, em razão da própria situação em que eles se encontravam, perante o julgador que iria decidir se eles seriam condenados ou não. A inclusão deste tipo de pergunta, além de não ser possível em razão do tempo decorrido desde o início da coleta de dados, poderia influenciar nas respostas.

O primeiro fator constatado, presente em todas as confissões, foi o interesse próprio. Trata-se aqui na verdade de uma conjugação de fatores que não puderam ser determinados com exatidão, sendo os principais a necessidade que os acusados têm de se explicar perante o juiz, o interesse em obter uma pena menor e a lógica ao se verem confrontados com as provas de culpa.

Contando-se os processos em que houve absolvição, apenas 29 de 1027 acusados, cerca de 2,8% do total, preferiram ficar em silêncio, não fornecendo nenhuma declaração em juízo. No conjunto observado, cerca de 97,2% das pessoas, ao serem acusadas de um crime, tiveram a necessidade de dar alguma explicação, seja para negarem, seja para tentarem diminuir o peso da imputação.

Nucci⁵⁹ aponta dois estudos realizados na Inglaterra, o primeiro feito por Peter Thornton, dando conta de que somente 2,5 a 4% dos suspeitos utilizam o direito ao silêncio, e o segundo feito pela *Royal Commission*, entidade criada para analisar a eficácia do sistema judicial britânico, o qual constatou que o direito ao silêncio foi utilizado por 6 a 10% dos suspeitos fora de Londres e de 14 a 16% dos suspeitos em Londres.

O resultado obtido aqui se assemelha mais ao do primeiro estudo. De se observar que existem diferenças sociais entre o Brasil e a Inglaterra e que não foi possível verificar se os interrogatórios estudados na Inglaterra referem-se à fase policial ou em juízo.

Por razões evidentes (previsão constitucional e legal), nenhuma destas manifestações de silêncio foi levada em consideração para prejudicar qualquer dos acusados. Contudo, não se pode deixar de consignar que os resultados obtidos demonstram que o silêncio não é uma atitude natural daquele que se vê acusado de um crime.

O interesse em obter uma pena menor também se fez presente. Se a confissão é uma circunstância que sempre atenua a pena, é natural que o réu, ao se consultar com seu defensor, seja informado desta possibilidade e leve isso em conta na hora de decidir confessar ou não.

O percentual de confissões realizadas por réus primários e reincidentes foi praticamente o mesmo existente no número total pesquisado. 61,6% do total de interrogados eram primários e 38,4% tinham algum antecedente criminal. Aproximadamente 60% dos que confessaram na modalidade simples eram réus primários e 40% tinham antecedentes criminais, sendo que na modalidade qualificada cerca de 70% eram réus primários e 30% com antecedentes criminais.

Pode-se observar que os réus primários manifestam maior interesse em confessar, seja pela falta de vivência no meio criminal, seja pela perspectiva de obterem algum benefício como penas menores ou próximas ao mínimo legal.

A confissão pela lógica consiste na avaliação feita pelo acusado de que é difícil ou mesmo impossível negar alguns fatos. Se ele realmente praticou o crime, existe uma forte probabilidade de que os elementos colhidos na fase policial sejam confirmados em juízo. Assim, aqueles réus presos em flagrante ou logo após o delito tendem a confessar mais do que aqueles que não o foram.

De 324 casos em que houve algum tipo de confissão por interesse próprio, em 253 os acusados haviam sido presos com o objeto ou produto do crime e em 32 foram detidos ainda no local do crime. Estas duas situações somadas corresponderam a 87,9% das confissões e 32,1% do total de interrogatórios.

É importante ressaltar que nem todas estas confissões foram simples, isto é, nas quais os réus admitiram integralmente a prática dos delitos. Em muitos casos, mesmo ao serem presos com os objetos ou produtos do crime, muitos deles alegam ter praticado um crime menos grave ou ainda alguma excludente de ilicitude.

⁵⁹ NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 168-169.

A maior incidência de confissões qualificadas se deu nos dois crimes mais graves, quais sejam, no roubo e no tráfico de drogas.

No crime de roubo, houve 141 confissões em 362 interrogatórios. Cerca de 39% dos réus acusados deste crime acabaram confessando, sendo que 2/3 deles (94) o fizeram na modalidade simples e 1/3 delas (47) na forma qualificada, alegando terem cometido um crime menos grave (furto, porte ilegal de arma, receptação e vias de fato) ou terem sido coagidos a praticarem o roubo.

No tráfico de drogas, as confissões qualificadas ocorreram em uma escala significativamente maior. Houve 64 confissões em 120 interrogatórios (cerca de 53%), sendo que somente 8 dos acusados confessaram efetivamente a prática do tráfico. Os outros 56 acusados não admitiram o delito mais grave, e sim disseram que portavam entorpecentes para consumo próprio. Entre eles, a grande maioria alegou que estava com uma quantidade reduzida de drogas, menor do que aquela apontada pelos policiais na Delegacia e em juízo.

Nestes casos, entendeu-se que a confissão não pode ser aceita como prova de inocência, sequer como atenuante, pois o que os réus pretendiam era modificar a capitulação legal da acusação.

Outro motivo observado para as confissões foi o interesse de terceiro, consistente em tentar favorecer um co-réu, beneficiando-o ou isentando-o de culpa. Foram 24 casos, correspondentes a 7,4% das confissões. Este tipo de declaração deve ser visto com bastante cautela e analisado em confronto com as demais provas, posto que o réu não é obrigado a dizer a verdade em juízo e pode mentir para tentar beneficiar um comparsa.

Em apenas um caso constatou-se a veracidade das alegações de um réu que isentou os demais da participação no delito. Este caso tratava do furto de um veículo, no qual os três réus foram detidos poucas horas após o delito, no interior do mesmo. Não houve testemunhas presenciais dos fatos e aquele que conduzia o veículo confessou ter subtraído o mesmo, isentando os demais. Os outros dois réus exerceram em juízo o direito ao silêncio. Diante das provas colhidas, a solução dada ao caso foi condenar o primeiro e absolver os demais.

O último motivo observado nas confissões estudadas foi o arrependimento. Este ocorreu em apenas 10 casos, o que correspondeu a cerca 1,6% do total de confissões e 1,1% do total de interrogatórios.

Cabe observar que o arrependimento somente foi consignado nos interrogatórios quando partia da iniciativa do acusado dizer que estava arrependido. Caso fosse perguntado a cada réu se ele estava arrependido, o número de respostas positivas certamente seria maior, por dois principais motivos.

Primeiro, é difícil de separar se o arrependimento diz respeito a ter cometido o delito ou se é por ter sido descoberto ou preso. Segundo, trata-se do tipo de pergunta que praticamente induz a resposta, pois caso o acusado diga que não está arrependido de ter praticado o crime, irá formar no julgador uma má impressão de que se trata de uma pessoa perigosa e que irá praticar novos delitos.

5.2 Critérios para aceitação e rejeição das confissões

Diante do sistema da persuasão racional e sendo a confissão um meio de prova relativo, cabe aqui discorrer sobre os principais critérios utilizados nas sentenças para aceitar ou afastar tais confissões, simples e qualificadas.

Antes de passar à análise das sentenças condenatórias, foram analisadas 139 sentenças absolutórias relativas aos seis crimes estudados (estelionato, furto, porte de arma, receptação, roubo e tráfico de drogas), sendo que não foi verificada nelas nenhuma confissão judicial que tenha sido rejeitada por falsidade.

Um fator que poderia levar a uma confissão falsa seria o acusado sofrer de alguma enfermidade mental. Dentre os crimes estudados, foram proferidas 6 sentenças absolutórias impróprias, nas quais os agentes foram considerados inimputáveis e submetidos a uma medida de segurança. Também nestes casos não houve qualquer confissão judicial que tenha sido afastada.

Tais fatos parecem indicar que a confissão falsa em juízo (aquela em que o agente assume falsamente a autoria do crime) é um fato bastante raro e de difícil constatação. Seria necessário que o falso confitente se retratasse (antes da sentença, o que é praticamente impossível no novo procedimento, em que todos os depoimentos são colhidos em uma única audiência) ou ainda que surgisse nos autos uma prova cabal de sua inocência.

O principal critério usado para aceitação (das confissões simples) e rejeição (das confissões qualificadas) foi a prova testemunhal, consistente na oitiva judicial das vítimas e testemunhas.

Em crimes patrimoniais como furto, roubo e estelionato, existe consenso na jurisprudência de que a palavra do ofendido (vítima) tem o condão do privilégio na confrontação das provas, pois este não teria nenhum interesse em apontar e acusar injustamente uma pessoa desconhecida⁶⁰.

Em outros crimes, como receptação, porte ilegal de arma e tráfico de drogas, foi a palavra dos policiais, colhida em juízo sob o crivo do contraditório, que acabou sendo levada em conta para confirmar as confissões ou afastar as negativas de autoria por parte dos acusados.

A defesa por vezes critica que as palavras de policiais sejam consideradas mais importantes do que as do acusado, dizendo que eles não seriam isentos e que são necessárias testemunhas civis. Ocorre que, na maior parte dos casos, as pessoas comuns não presenciam as abordagens policiais e, quando o fazem, saem rapidamente do local ou pedem para não serem conduzidas até a Delegacia, com receio de represálias.

Outro ponto relevante é que o policial é uma testemunha como qualquer outra, prestando compromisso de dizer a verdade em juízo e estando sujeito às penas do crime de falso testemunho. Assim como se deve presumir que o réu é inocente até que seja provada sua culpa, não se pode presumir que a testemunha seja mentirosa ou indigna de credibilidade apenas em razão de trabalhar como policial⁶¹.

⁶⁰ “A palavra da vítima que se encontrava só quando foi assaltada somente pode ser desprezada se há provas ou indícios nos autos de que ela não falou a verdade quando deu notícia do crime à Autoridade Policial competente ou quando apontou determinada pessoa como sendo autora da subtração, sendo certo que a ausência de tais indícios, procurados no confronto das declarações prestadas pelo ofendido com as demais provas produzidas, determina que se acolha seu depoimento em detrimento às negativas do réu, pois este tem motivos para mentir em Juízo ou na fase do Inquérito Policial, uma vez que a mentira é a única arma que possui um roubo para impedir que uma condenação lhe seja imposta, quando foi ele a pessoa que cometeu o crime pelo qual está sendo acusado.” (TACRIM/SP - Apelação nº 1.096.593/2, Julgado em 03/06/1.998, 6ª Câmara, Relator: Almeida Braga, RJTACRIM 41/243); “PROVA CRIMINAL - Depoimento da vítima - Admissibilidade - Crime de roubo - Preciosidade na identificação do autor do delito - Prevalência, ademais, sobre a palavra do acusado - Recurso não provido. No campo probatório, a palavra da vítima de assalto é sumamente valiosa, pois, incidindo sobre proceder de desconhecidos, seu único interesse é apontar os verdadeiros culpados e narrar-lhes a atuação e não acusar inocentes.” (TJSP- Apelação Criminal n. 186.367-3 - Santo André - 2ª Câmara Criminal - Relator: Breno Guimarães - 04.09.95 - V. U.).

⁶¹ “Não basta que sejam funcionários da polícia para que se rejeite os seus depoimentos como fonte de prova. Aliás, seria um contra-senso o Estado credenciar pessoas para a função repressiva e negar-lhes crédito quando dão conta de suas diligências.” (RT 417/94).

De qualquer forma, sempre que possível devem ser colhidos e analisados outros elementos de prova.

Em algumas situações, a prova pericial foi um importante auxiliar, como a prova grafotécnica em alguns dos crimes de estelionato e furto, o laudo pericial do local dos fatos para comprovar qualificadoras do furto, o laudo pericial da arma nos crimes de porte ilegal de arma e roubo e o laudo de exame químico-toxicológico nos crimes de tráfico de drogas, entre outros.

O laudo grafotécnico, por exemplo, mostrou-se importante para demonstrar a autoria delitiva. Foi ele realizado em 14 casos, 12 de estelionato e 2 de furto mediante fraude ou abuso de confiança, sendo que confirmou três confissões simples e afastou onze negativas de autoria, ao comprovar terem emanado do punho dos acusados os dizeres gráficos apostos nas peças em exame.

Nos casos de tráfico de drogas, os autos de exibição e apreensão, acompanhados de fotografias, juntamente com os laudos periciais, demonstraram a natureza entorpecente e a quantidade das substâncias apreendidas. A quantidade e variedade das drogas encontradas, o encontro de grande quantidade em dinheiro em poder dos acusados sem explicação razoável, a falta de demonstração de trabalho, entre outros fatores, serviram para afastar alegações de porte de entorpecente para uso próprio.

Nos casos de roubo, o encontro de uma arma, seja branca ou de fogo, em poder do réu e o laudo pericial correspondente, serviram de suporte para rejeitar os pedidos de desclassificação para furto.

Assim, utilizando-se todos estes critérios, observou-se que todas as confissões simples foram aceitas como prova sem qualquer restrição nas sentenças estudadas, bem como a quase totalidade das confissões qualificadas foram afastadas.

Houve apenas três casos, relativos ao tráfico de drogas, em que a confissão qualificada apresentada pelos réus foi acolhida e os crimes foram desclassificados para o porte de drogas para uso próprio. Trataram-se de réus detidos com pequenas quantidades de drogas e que não foram abordados praticando atitudes de traficância.

5.3 Efeitos das confissões nas penas

No direito brasileiro as penas devem ser calculadas pelo critério denominado trifásico⁶². Na primeira fase, a pena-base deve ser fixada apreciando-se as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal. Em seguida, são levadas em conta as circunstâncias agravantes (artigos 61 a 64) e atenuantes (artigos 65 e 66). Por fim, são aplicadas as causas de aumento e diminuição de pena, que podem estar previstas tanto na parte geral como na parte especial do Código Penal ou na legislação especial.

Como regra geral nas sentenças estudadas, as penas-base foram fixadas no mínimo legal, sendo que em alguns casos as penas foram fixadas acima do mínimo, com fundamento em uma ou mais das circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP (culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivação, circunstâncias e conseqüências do crime, etc.).

As condenações criminais não transitadas em julgado não foram levadas em conta, em razão do princípio da presunção de inocência. Já as condenações transitadas em julgado foram consideradas como maus antecedentes na primeira fase (caso as penas tivessem sido extintas há mais de cinco anos, nos termos do artigo 64, inciso I do CP) ou para caracterizar a agravante da reincidência na segunda fase (artigo 61, inciso I do CP).

Todas as 209 confissões simples foram levadas em conta como atenuantes. Nestes casos, para 108 acusados a pena foi mantida no mínimo legal e 101 tiveram suas penas atenuadas.

Com relação às 115 confissões qualificadas, 100 foram integralmente afastadas e por este motivo não tiveram nenhuma influência na aplicação das penas. Das restantes, 3 delas foram aceitas integralmente, desclassificando-se o crime com a fixação da pena no mínimo legal, 6 tiveram a pena mínima e 6 a pena atenuada, em razão de se entender que a confissão, embora parcial, foi levada em conta como elemento de decisão do juízo.

Assim, de um total de 886 interrogatórios, houve 224 confissões (25,3%) que foram levadas em conta como atenuantes.

Observou-se que, entre os réus que tiveram suas penas fixadas no mínimo legal (117 ao todo), 114 eram primários e 3 reincidentes ou com maus antecedentes. Por sua vez,

⁶² Art. 68 do Código Penal - “A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do artigo 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento”.

entre aqueles que tiveram suas penas fixadas acima do mínimo legal e atenuadas pela confissão (107 ao todo), 23 eram primários e 84 reincidentes ou com maus antecedentes.

Os dados obtidos apontam que a confissão consiste em uma boa estratégia de defesa para manter as penas perto do mínimo legal, principalmente para os réus reincidentes e com maus antecedentes.

Entre os 137 réus primários que confessaram, 114 tiveram a pena fixada no mínimo legal e 23 tiveram suas penas fixadas acima do mínimo legal e reduzidas pela confissão. Entre os 87 réus com condenações anteriores que confessaram, 84 deles tiveram suas penas fixadas acima do mínimo legal e reduzidas pela confissão.

Apesar da possibilidade de redução das penas, o percentual de confissões entre os réus reincidentes ou com maus antecedentes não foi superior ao percentual deles no total pesquisado (ambos ficaram em torno de 40%, como já observado no item 4.6). A existência de antecedentes não foi capaz de surtir diferença significativa no número de confissões.

As penas inferiores a quatro anos normalmente foram substituídas por restritivas de direitos, com exceção daquelas em que houve emprego de violência ou grave ameaça (p. ex. roubo tentado), dos casos de reincidência em crime doloso⁶³ ou outra vedação legal (p. ex. tráfico de drogas⁶⁴).

5.4 Confissões antes e depois da lei nº 11.719/2008

Outro objetivo deste trabalho consistiu em verificar se a lei nº 11.719/2008, ao deslocar o interrogatório para após a colheita das provas em juízo, aumentou, diminuiu ou manteve o percentual de confissões judiciais.

Os resultados obtidos foram apresentados com detalhes no item 4.9, nas tabelas 1 e 2.

⁶³ Art. 44 do Código Penal - “As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; II - o réu não for reincidente em crime doloso;”(…)

⁶⁴ Art. 44 da Lei nº 11.343/06 - “Os crimes previstos nos artigos 33, *caput* e parágrafo primeiro, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos”.

Pode-se perceber na análise dos dados que os crimes de estelionato e tráfico de drogas apresentaram uma variação muito pequena (da ordem de 1%) no percentual de confissões realizadas em juízo antes e depois da lei nº 11.719/2008, tanto simples como qualificadas. O crime de estelionato teve um aumento de 5,9% nas confissões qualificadas, porém como foram proferidas apenas 17 sentenças após a lei, a ocorrência de uma única confissão qualificada causou a variação observada. Tais resultados indicam que a variação quanto a estes crimes não pode ser considerada significativa.

Os crimes de porte ilegal de arma e de receptação tiveram respectivamente um aumento de 5,6% e 5,1% nas confissões simples depois da lei, o que já pode ser considerado significativo. Quanto às confissões qualificadas, houve um único caso para o porte ilegal de arma antes da lei e nenhum para a receptação.

Foi nos crimes de furto e roubo que foram constatados os maiores aumentos, ambos com relação às confissões simples. Estes dois crimes corresponderam a aproximadamente 62,7% dos processos estudados (436 de 665) e 67,7% dos interrogatórios (600 de 886). Nos crimes de furto as confissões simples aumentaram em 17,2% após a vigência da lei e nos crimes de roubo o aumento foi de 15,9%. As confissões qualificadas para estes dois crimes mantiveram-se praticamente estáveis, observando-se uma variação respectivamente de 0,7% e -2,5%.

Fazendo-se a soma entre os tipos de crime estudados, houve um aumento de 9,6% nas confissões simples e de 4,6% de confissões qualificadas com o interrogatório ao final da instrução.

Este resultado era de certa forma esperado, pois na nova disciplina legal o acusado assiste a toda a instrução (exceto quando as vítimas ou testemunhas pedirem para depor na ausência dele) e possui contato com seu defensor antes do interrogatório. Diante de um quadro probatório desfavorável ou aconselhados pela defesa, muitos réus acabam admitindo ao final a prática delitiva.

Entretanto, não se pode esquecer que este benefício trazido aos réus causou um aumento na duração e nos custos dos processos. A ausência da vítima ou de uma testemunha muitas vezes impossibilitam o encerramento da instrução, pois tanto o Ministério Público e a defesa acabam insistindo na oitiva das mesmas por não saberem se o acusado irá confessar ou não.

5.5 Espontaneidade e voluntariedade das confissões

No item 2.4.5, foram vistas algumas distinções que a doutrina faz entre espontaneidade e voluntariedade. A voluntariedade consiste na liberdade de agir, enquanto a espontaneidade está mais ligada à sinceridade de propósito.

Segundo Nucci⁶⁵:

A confissão para valer como prova, há de ser voluntária, mas não necessariamente espontânea. Entretanto, para servir de atenuante, deve ser ainda espontânea, vale dizer, sinceramente desejada, de acordo com o íntimo do agente. Esta é a posição doutrinária dominante. Não é possível que o réu se beneficie de uma circunstância legal para amenizar sua pena se houver agido sem qualquer espontaneidade, apenas para locupletar-se de algum benefício legal.

Ao deslocar o interrogatório para o final da instrução, a lei processual penal deixou inalterado o Código Penal, que ainda exige que a confissão seja espontânea para valer como circunstância atenuante no momento da fixação da pena.

Se o interrogatório agora somente é realizado ao final da instrução, tendo por exemplo o réu sido preso com o objeto ou produto do crime e reconhecido pela vítima e pelas testemunhas, não havendo outra alternativa a ele senão confessar, pode-se entender que sua confissão deixou de ser espontânea, podendo apenas ser considerada voluntária.

O papel que o réu tinha, de reconhecer sua responsabilidade logo após ter ciência dos termos da acusação e de colaborar com o bom andamento do processo, não existe mais. Somente poder-se-ia falar em espontaneidade caso o réu, antes de colheita de provas em juízo, se manifestasse no sentido de que pretende confessar.

Em julgados anteriores à lei nº 11.719/2008, o Superior Tribunal de Justiça vinha entendendo que a atenuante da confissão possui caráter objetivo, pouco importando o arrependimento do réu ou a existência de interesse pessoal dele ao admitir a culpa. Aquela corte também entende que, se a confissão extrajudicial servir como fundamento para a

⁶⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal: parte geral : parte especial*. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 482.

sentença condenatória, mesmo que retratada em juízo, a atenuante da confissão espontânea deve ser aplicada⁶⁶.

Posteriormente à lei nº 11.719/2008, verifica-se que os mesmos argumentos continuam sendo usados pelo STJ. Basta que a confissão, mesmo que extrajudicial, seja mencionada pelo juiz para que deva ser reconhecido o benefício da atenuante⁶⁷.

Algumas matérias, contudo, não são pacíficas. O Supremo Tribunal Federal, corte constitucional a quem cabe a última palavra em matéria penal, tem se manifestado no sentido de que a atenuante da confissão espontânea é inaplicável às hipóteses em que o agente é preso em flagrante⁶⁸, e também de que a retratação da confissão havida na Delegacia impede a aplicação da referida atenuante⁶⁹.

A questão da espontaneidade, na realidade, não tem sido analisada com profundidade, havendo também decisões do STF pela concessão do benefício ao acusado

⁶⁶ “A confissão espontânea hoje é de caráter meramente objetivo, não fazendo a lei referência a motivos ou circunstâncias que a determinaram.” (HC 22.927/MS, rel. Min. Paulo Gallotti); “Aplica-se a atenuante da confissão espontânea (art. 65, inciso III, alínea “d” do Código Penal) quando a confissão extrajudicial efetivamente serviu para alicerçar a sentença condenatória, ainda que tenha havido retratação em juízo.” (HC 47.950/MS, rel. Min. Quaglia Barbosa).

⁶⁷ “A atenuante do art. 65, III, alínea *d*, do Código Penal, tem caráter objetivo, configurando-se, tão somente, pelo reconhecimento espontâneo do acusado, perante a autoridade, da autoria do delito, não se sujeitando a critérios subjetivos ou fáticos.” (HC 173.417/SP, rel. Min. Laurita Vaz, j. em 06.03.2012); “A confissão realizada em sede policial quanto ao delito de roubo é suficiente para fazer incidir a atenuante do art. 65, III, *d*, do Código Penal, quando expressamente utilizada para a formação do convencimento do julgador, pouco importando se a admissão da prática do ilícito foi espontânea ou não, integral ou parcial.” (HC 217.687/SP, rel. Min. Jorge Mussi, j. em 25.09.2012).

⁶⁸ “1. A atenuante prevista no art. 65, III, “d”, do Código Penal (ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime), configuradora da confissão, não se verifica quando se refere a fato diverso, não comprovado durante a instrução criminal, porquanto, ao invés de colaborar com o Judiciário na elucidação dos fatos, dificulta o deslinde do caso. Precedentes: HC 108148/MS, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJ de 1/7/2011; HC 94295/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJ de 31/10/2008. 2. In casu, o paciente admitiu a subtração dos bens, mas não a violência e a grave ameaça, que restaram comprovadas nos autos, sendo certo que tal estratégia, ao invés de colaborar com os interesses da Justiça na busca da verdade processual, visou apenas a confundir o Juízo diante da prisão em flagrante do paciente. 3. A atenuante da confissão espontânea é inaplicável às hipóteses em que o agente é preso em flagrante, como no caso sub judice. Precedentes: HC 101861/MS, rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, DJ de 9/5/2011; HC 108148/MS, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJ de 1/7/2011.” (HC 102.002/RS, rel. Min. Luiz Fux, j. em 22.11.2011).

⁶⁹ “A retratação em juízo da anterior confissão policial obsta a invocação e a aplicação obrigatória da circunstância atenuante referida no art. 65, inc. III, alínea ‘d’, do Código Penal. Não é de se aplicar a atenuante da confissão espontânea para efeito de redução da pena se o réu, denunciado por tráfico de droga, confessa que a portava apenas para uso próprio.” (HC 118.375/PR, rel. Min. Carmem Lucia, j. em 08.04.2014).

que admita a prática do delito perante a autoridade policial e desde que tal fato seja mencionado pelo julgador⁷⁰.

A atenuante da confissão espontânea foi criada para beneficiar aquele que confessa de forma sincera. Uma confissão extrajudicial retratada em juízo não pode ser vista como sincera. O mesmo pode-se dizer da confissão realizada no final da instrução. O réu que confessa para o fim exclusivo de ver reduzida a sua pena em nada colaborou para a elucidação dos fatos.

O acusado já possui o direito constitucional ao silêncio e não está obrigado a fazer nenhuma prova em seu desfavor. Após realizada uma longa instrução criminal e uma vez demonstradas pela acusação a autoria e a materialidade delitiva, não se afigura justo nem razoável conceder o benefício da atenuante ao acusado que resolveu confessar somente para ver reduzida sua pena.

Ressalte-se que a constatação do verdadeiro propósito do acusado é difícil de ser realizada, tanto mais quando ele confessa ao final da instrução. Saber o motivo pelo qual o réu confessou é tarefa das mais difíceis, como se verificou neste trabalho.

Propõem-se duas soluções para tal impasse: a) retirar a expressão “espontaneamente” do artigo 65, inciso III, letra “d” do Código Penal, ficando este com a redação “confessado, perante a autoridade, a autoria do crime”; b) possibilitar que o réu seja ouvido no início da instrução criminal, a fim de indagar se ele pretende confessar ou não.

5.6 Momentos para se obter a confissão

O Direito Penal, como parte das regras que regem a vida em sociedade, deve sempre estar em busca de evolução, com vistas a garantir a paz social sem descuidar dos direitos e garantias fundamentais de cada indivíduo.

70 “1. A criação de injustificados embaraços para sonegar do acusado a sanção premial da atenuante é, de certa forma, assumir perante ele reação de deslealdade (esse vívido conteúdo do princípio que, na cabeça do art. 37 da Constituição, toma o explícito nome de moralidade). Isso, é claro, naquelas situações em que as declarações prestadas perante a autoridade policial ou perante o magistrado de primeiro grau embasam a condenação (em conjunto com as provas produzidas sob o contraditório). 2. No caso, tanto a sentença quanto o acórdão confirmatório da condenação se apoiaram nas declarações do paciente para assentar a sua responsabilidade criminal. Sem que se promovesse a devida redução da pena pela atenuante da confissão. 3. Ordem concedida.” (HC 109.928/BA, rel. Min. Ayres Britto, j. em 04.10.2011).

Não se descuida que a alteração trazida pela lei nº 11.719/2008, ao mudar o interrogatório para o final da instrução, prestigiou o direito à ampla defesa, permitindo ao acusado ter acesso às provas colhidas em juízo e permitindo a ele que escolha os fatos sobre os quais pretende se calar e aqueles que possam dar suporte à sua versão.

Por outro lado, não se afigura razoável, diante do aumento incessante nos processos criminais distribuídos (37% em doze anos na Justiça Estadual de São Paulo, face a um aumento de 11,6% na população, conforme descrito no item 1.1), ter que se realizar toda a instrução criminal para ao final ver o acusado confessar.

Diante desta situação, em que a necessidade de garantir o exercício do direito à ampla defesa acaba por entrar em aparente conflito com o interesse público por julgamentos mais rápidos e com menores custos, devem ser buscados meios de abreviar a instrução criminal.

Não há dúvidas que o sistema brasileiro é singular quanto ao momento para o interrogatório, sobretudo em comparação com os cinco sistemas analisados de países sabidamente desenvolvidos (Itália, Portugal, Espanha, EUA e Inglaterra), que prevêem a oitiva do réu no início do processo.

Não se justifica manter o interrogatório ao final da instrução apenas para justificar o mais amplo exercício do direito de defesa ao acusado. Tal providência, além de muitas vezes levar a um prolongamento da instrução criminal, dificulta que a confissão seja levada em conta como atenuante.

A sugestão que aqui se faz é retornar o interrogatório para o início da instrução, buscando-se elementos que possam incentivar a confissão dos verdadeiros culpados. A confissão feita no início da instrução continuaria sendo considerada como atenuante.

Para superar as críticas de retrocesso, poder-se-ia manter o dispositivo atual, no sentido que o réu poderia ser ouvido novamente ao final da instrução, desde que a pedido dele ou da defesa, e que eventual confissão ali exercida não teria efeito de atenuante, podendo ser levada em conta como circunstância judicial.

5.7 Observações e sugestões de cunho procedimental

A lei nº 9.099/95, que criou o sistema dos juizados especiais cíveis e criminais, trouxe três inovações com vistas à solução dos crimes de menor potencial ofensivo ou de

menor gravidade: a composição civil, a transação penal e a suspensão condicional do processo.

A composição civil (artigos 72 a 75 da lei nº 9.099/95) consiste em um acordo celebrado entre a vítima e o autor do fato (ainda não chamado de réu, pois não há processo formado), mediante o qual ele se sujeita a determinadas medidas ou à reparação dos danos. Em contrapartida, a homologação do acordo acarreta a renúncia ao direito de queixa ou de representação por parte da vítima.

A transação penal (artigo 76 da lei nº 9.099/95) consiste em uma proposta feita pelo Ministério Público ao autor do fato, consistente na aplicação de uma pena restritiva de direitos ou multa. Aceita a proposta, a mesma é submetida ao juiz para homologação e não implica em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de 05 (cinco) anos.

Tanto a composição civil como a transação penal são aplicáveis aos crimes de menor potencial ofensivo, assim considerados aqueles que a pena máxima não seja superior a dois anos, cumulada ou não com multa (artigo 61 da lei nº 9.099/95).

A suspensão condicional do processo, aplicável a todos os crimes cuja pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, consiste na suspensão do processo por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime. Neste período, o acusado deverá cumprir algumas condições, entre elas a reparação do dano e comparecer periodicamente em juízo para informar e justificar suas atividades. Findo o prazo sem revogação, o juiz declarará extinta a punibilidade.

Estes três institutos vêm sendo aplicados de forma ampla nas varas criminais, não apenas ajudando a diminuir o número de processo em andamento, como deixando para análise judicial apenas os casos mais graves.

A lei brasileira vem admitindo determinadas formas de confissão realizadas até mesmo antes do oferecimento da denúncia, como a delação e colaboração premiada, prevendo benefícios àqueles que colaborarem com a justiça criminal como a redução das penas, a substituição por penas alternativas e o perdão judicial.

Foi mostrado que nos cinco países estudados (Itália, Portugal, Espanha, EUA e Inglaterra) existem sistemas que buscam encurtar a instrução criminal, ouvindo-se o acusado logo no início da instrução e possibilitando desde logo a aplicação de uma pena a requerimento comum das partes. Entre os sistemas estudados estão o *patteggiamento*

italiano, o *juicio truncado* espanhol e o *plea bargaining*, *guilty plea* e *nolo contendere plea* do *common law*.

Observa-se que o *nolo contendere plea* é similar à suspensão condicional do processo, uma vez que o réu não reconhece sua culpa, porém aceita a imposição de algumas medidas durante determinado tempo e, caso as cumpra integralmente, sua punibilidade é julgada extinta.

As principais críticas a estes sistemas são o excessivo poder que se dá ao Ministério Público de decidir a respeito das penas, a possibilidade de corrupção e a pressão psicológica sobre o acusado, que poderia se sentir obrigado a aceitar o acordo com medo de uma pena maior em caso de ser submetido a julgamento.

Os resultados obtidos neste trabalho demonstraram que em 886 interrogatórios houve 209 confissões simples e 15 confissões qualificadas que foram aceitas e levadas em conta como atenuantes, num percentual de 25,3% do total de interrogatórios. Destas, 114 referiam-se a réus primários e tiveram suas penas fixadas no mínimo legal, o que corresponde a 50,8% do total de confissões aceitas.

Todas as penas inferiores a quatro anos foram substituídas por restritivas de direitos, com exceção daquelas em que houve emprego de violência ou grave ameaça (p. ex. roubo tentado), dos casos de reincidência em crime doloso ou outra vedação legal (p. ex. tráfico de drogas).

Pode-se concluir, portanto, que um grande número de acusados poderia ter sua pena fixada no mínimo legal, com imposição de penas restritivas de direitos como prestação de serviços à comunidade e multa logo no início do processo, sem qualquer violação à ampla defesa, pois eles teriam a opção de recusar a proposta e aguardarem uma decisão ao final do processo.

Tourinho Filho⁷¹, ao abordar a questão, propõe que:

A nós nos parece, tão poucos e tão raros os casos de autoacusação falsa, deva o Juiz (*de jure constituendo*) não apenas dar por encerrado o interrogatório como, inclusive, após consultar a Defesa, dar por findo o processo, à semelhança do *plea guilty* ou do *juicio penal truncado*. E, nesse caso, ante a sinceridade do acusado, abrandar-lhe a pena.

⁷¹ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Código de Processo Penal comentado, volumes 1 e 2*. 14. ed. rev. e de acordo com a Lei n. 12.403/2011. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 652-653.

É possível que *de jure constituendo*, ao lado de tantas medidas notáveis já por nós adotadas, como a transação, o procedimento sumariíssimo, a absolvição sumária prevista no art. 397 e o *sursis* antecipado, seja incluída a figura do *allanamiento* ou *juicio penal truncado*, símile do *plea guilty*, tão bem defendido por Alcalá-Zamora (*Em allanamiento en el proceso penal*, com especial atenção para as p. 170 e s.). Poder-se-á dizer que o *plea guilty* objetiva a simplificação do processo, tirando do Judiciário uma excessiva carga. E a justiça negociada nas infrações de menor potencial ofensivo, bem como a suspensão condicional do processo, por acaso, foram instituídas apenas por uma liberdade do legislador ou, também, para evitar o aumento insuportável da população carcerária e sobrecarga do Judiciário, sotoposto a uma avalanche de processos? Ninguém, em sã consciência, negará essa verdade um tanto quanto axiomática. Ademais, não se pode fazer uma acerba crítica ao *plea guilty*. Trata-se de instituto do primeiro mundo... Por outro lado, em setembro de 87, objetivando a simplificação da justiça penal, “suggère expréssement la procédure de *guilty plea*, dans la perspective de l’accélération de la justice” (Mireille Delmas-Marty, *Procédures pénales d’Europe*, p. 565). Já houve quem recomendasse o *plea bargaining* “as the single most effective for of judicial intervention to save court time and Money...”. Mas não estamos falando do *plea bargaining* e sim do *plea guilty*...

Pensamos que poderíamos ter um *plea guilty* “tupiniquim”. Reconhecida a culpa no interrogatório, o Juiz, antes de qualquer providência, aguardaria, num prazo de dez a quinze dias, que a Defesa se manifestasse sobre a confissão. Na hipótese de não concordância com o encerramento do processo, este prosseguiria; do contrário, seria encerrado. Haveria simplicidade e rapidez. Haveria eficiência? A crônica judiciária registra, com acentuada mesquinhez, casos em que o réu confessa a prática de um crime que não cometeu. Nos meus trinta e poucos anos de atuação no Ministério Público e uns vinte e poucos de advocacia, nunca soube de nenhum caso. A não ser aquelas famosas confissões colhidas na Polícia. O que é diferente. Ninguém confessaria a prática de um crime se não o cometeu. Os exemplos da doutrina, ao que nos parece, não saem dos livros. Ademais, se o Juiz tivesse qualquer dúvida a respeito da sinceridade do confitente, daria andamento ao processo.

Com base nestes resultados e nos sistemas já existentes, propõe-se a adoção de um sistema semelhante ao *patteggiamento* do direito italiano e do *plea bargaining* anglo-saxônico, apenas para os réus primários ou cujas condenações tenham sido julgadas

extintas há mais de cinco anos e para os crimes menos graves e praticados sem violência ou grave ameaça, como furto, receptação e estelionato, entre outros.

Neste sistema proposto, admitida pelo réu a prática da infração penal nos termos da denúncia oferecida, devidamente assistido por seu defensor, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de penas restritivas de direitos ou multa.

Uma vez que a admissão de culpa possui efeitos penais e até mesmo civis, relativos à reparação dos danos, é necessário que o ato seja feito perante o juiz, em uma audiência especialmente designada com tal finalidade.

Ao juiz não caberia apenas homologar o acordo, e sim verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo ele recusá-lo ou propor modificações, de maneira semelhante ao já previsto no artigo 4º, §§ 6º a 8º da Lei nº 12.850/2013 (organização criminosa).

Na audiência, o juiz deve informar o acusado sobre seus direitos ao silêncio, à não auto-incriminação, a ser submetido a julgamento, à produção de provas e outros que se fizerem necessários.

Também nesta ocasião deve ser verificada a ausência de qualquer tipo de constrangimento sobre o acusado e a voluntariedade do ato. Apenas caso a decisão do réu seja livre, voluntária e consciente é que o juiz aceitará sua admissão de culpa e homologará o acordo.

6 CONCLUSÕES

As confissões observadas nas sentenças estudadas tiveram um forte componente de interesse próprio, dentro do qual foram identificados três fatores: a necessidade de se explicar, o interesse em obter uma pena menor e a lógica ao se ver confrontado com as provas de culpa.

O sistema brasileiro atual é singular quanto ao momento do interrogatório, sobretudo em comparação com os cinco sistemas analisados de países sabidamente desenvolvidos (Itália, Portugal, Espanha, EUA e Inglaterra), os quais admitem que o réu seja ouvido no início da instrução.

Não se afigura razoável, diante do aumento incessante nos processos criminais distribuídos (37% em doze anos na Justiça Estadual de São Paulo, face a um aumento de 11,6% na população), ter que se realizar toda a instrução criminal para ao final ver o acusado confessar.

Diante desta situação, em que a necessidade de garantir o exercício do direito à ampla defesa acaba por entrar em aparente conflito com o interesse público por julgamentos mais rápidos e com menores custos, devem ser buscados meios de abreviar a instrução criminal, como já é feito no sistema dos juizados especiais criminais com a composição civil, a transação penal e com a aplicação do benefício da suspensão condicional do processo (*sursis* processual).

Observa-se também que a lei brasileira vem admitindo determinadas formas de confissão realizadas até mesmo antes do oferecimento da denúncia, como a delação e colaboração premiada, prevendo benefícios àqueles que colaborarem com a justiça criminal como a redução da pena, a substituição por penas alternativas e o perdão judicial.

Assim, propõe-se que o interrogatório volte a ser realizado no início da instrução, considerando a confissão como atenuante. O réu poderá ser ouvido novamente ao final da instrução, desde que a pedido dele ou da defesa, sendo que eventual confissão não teria o efeito de atenuante, podendo ser levada em conta como circunstância judicial.

Propõe-se, ainda, a adoção de um sistema semelhante ao *patteggiamento* do direito italiano e ao *plea bargaining* anglo-saxônico, apenas para os casos de réus primários ou cujas condenações tenham sido julgadas extintas há mais de cinco anos e crimes cometidos sem violência ou grave ameaça.

Neste sistema proposto, ouvidos o réu e seu defensor e admitida a prática da infração penal nos termos da denúncia oferecida, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de penas restritivas de direitos ou multa.

Ao juiz não caberia apenas homologar o acordo, e sim verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo ele recusá-lo ou propor modificações, de maneira semelhante ao já previsto no artigo 4º, §§ 6º a 8º da Lei nº 12.850/2013 (organização criminosa). Dessa forma, os poderes do Ministério Público seriam fiscalizados e limitados.

REFERÊNCIAS

ALTAVILLA, Enrico. *Psicologia Judiciária, volume I: O processo psicológico e a verdade judicial*. Trad. Fernando de Miranda. 2. ed. portuguesa. (4. ed. italiana). Coimbra: Almedina, 2003. 486 p.

ALTAVILLA, Enrico. *Psicologia Judiciária, volume II: Personagens do Processo Penal*. Trad. Fernando de Miranda. 2. ed. portuguesa (4. ed. italiana). Coimbra: Almedina, 2003. 706 p.

AMARO, Mohamed. *Código Penal na expressão dos tribunais*. São Paulo: Saraiva, 2007.

ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. *Da prova no Processo Penal*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. 336 p.

BARROS, Marco Antonio de. *A busca da verdade no Processo Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. p. 164-171.

BITTAR, Eduardo C.B. *Metodologia da pesquisa jurídica*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 261 p.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: parte geral, volume 1*. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 583-584.

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal : parte geral : volume 1*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 404-405.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2002. 360 p.

CROCE, Delton; CROCE JÚNIOR, Delton. *Manual de Medicina Legal*. 6. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009. 831 p.

COSTA JR., Paulo José da; COSTA, Fernando José da. *Curso de Direito Penal*. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 260-261.

DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto; DELMANTO JUNIOR, Roberto; DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. *Código Penal comentado: acompanhado de comentários, jurisprudência, súmulas em matéria penal e legislação complementar*. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 303-305.

ESTEFAN, André. *Direito Penal, volume I*. São Paulo: Saraiva, 2010. 490 p.

ESPINOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal brasileiro anotado, volume III*. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1955. p. 7-52.

FARIA, Bento de. *Código Penal Brasileiro, volume II: parte geral*. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho Editora, 1942.

FARIAS JÚNIOR, João. *Manual de Criminologia*. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2008. 576 p.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo Penal constitucional*. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. p. 292-294.

FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião de; MORAES, Mauricio Zanoide (coordenadores). *Provas no Processo Penal: estudo comparado*. 1. ed.. São Paulo: Saraiva, 2011. 436 p.

IORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. *Psicologia Jurídica*. São Paulo: Atlas, 2009. 422 p.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal: parte geral*. 17. ed. rev. por Fernando Fragoso. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 437-438.

FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 629 p.

FRANCO, Alberto Silva (Coord.); STOCO, Rui (Coord.). *Código Penal e sua interpretação: doutrina e jurisprudência*. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 377.

FRANCO, Alberto Silva (Coord.); STOCO, Rui (Coord.). *Código de Processo Penal e sua interpretação jurisprudencial*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 1876-1898.

GARCIA, Basileu. *Instituições de Direito Penal, volume I, tomo II*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 122-123.

GOMES, Luiz Flávio. *Princípio da não auto-incriminação: significado, conteúdo, base jurídica e âmbito de incidência*. Disponível em: <<http://www.lfg.com.br>>. Acesso em: 09 set. 2014.

HUSS, Matthew T. *Psicologia forense: pesquisa, prática clínica e aplicações*. Porto Alegre: Artmed, 2011. 432 p.

JANUÁRIO, Daniel. *Do princípio nemo tenetur se detegere no processo penal brasileiro*. Dissertação de mestrado. Umuarama: Universidade Paranaense - UNIPAR, 2008.

MALATESTA, Nicola Framarino dei. *A lógica das provas em matéria criminal*. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. 1. ed. Campinas: Russel Editores, 2009. 592 p.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de metodologia da pesquisa no Direito*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 344 p.

MIRABETE, Júlio Fabrini. *Código Penal Interpretado*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 372-377.

MIRABETE, Júlio Fabrini; FABRINI, Renato N. *Manual de Direito Penal, volume I: parte geral*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008. p. 314-318.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Curso completo de Processo Penal*. 10. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 194-202.

NORONHA, E. Magalhães. *Curso de Direito Processual Penal*. 24. ed. atual. por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 107-114.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal comentado*. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 400-439.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal: parte geral : parte especial*. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. p. 482-483.

NUCCI, Guilherme de Souza. *O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. 279 p.

PALOMBA, Guido Arturo. *Tratado de psiquiatria forense, civil e penal*. São Paulo: Ateneu, 2003. 886 p.

PLETSCH, Natalie Ribeiro. *Formação da prova no jogo processual penal: o atuar dos sujeitos e a construção da sentença*. São Paulo: IBCCRIM, 2007. p. 85-94.

ROSSETTO, Enio Luiz. *A confissão no Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2001. 283 p.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 10. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2000. 1297 p.

SILVA, César Dario Mariano da. *Manual de Direito Penal, volume 1: parte geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 222-225.

SANTOS, Marcos Renan Palácio de M. C. dos. *Princípio nemo tenetur se detegere e os limites a um suposto direito de mentir*. Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Ceará. Fortaleza, ano 2, n.1. jan/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.pgj.ce.gov.br/esmp/publicacoes/ed12010/artigos/3Prncipiopionemotenetur.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.

SPITZCOVSKY, Celso. *O direito constitucional ao silêncio e suas implicações*. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 824, 5 out. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7361>>. Acesso em: 09 set. 2014.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Código de Processo Penal comentado, volumes 1 e 2*. 14. ed. rev. e de acordo com a Lei n. 12.403/2011. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 631-662.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*, volume 3. 34. ed. rev. e de acordo com a Lei n. 12.403/2011. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 295-325.

TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 6. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. 751 p.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 362-377.

VIDAL, Hélvio Simões. *Curso avançado de Processo Penal*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011. p. 180-185.

APÊNDICE I - CD-ROM COM AS SENTENÇAS ANALISADAS

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
773/99	estelionato	2	26/06/2001	sem confissão	-	-	absolvido
				simples	interesse próprio / preso local do crime	reincidente	pena mínima
1876/94	estelionato	1	13/02/2002	sem confissão	-	maus antecedentes	-
727/97	estelionato	1	23/04/2002	sem confissão	-	primário	-
1293/99	estelionato	1	07/05/2002	sem confissão	-	primário	-
39/02	estelionato	1	27/08/2002	sem confissão	-	primário	-
1629/99	estelionato	1	09/06/2003	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
314/97	estelionato	1	03/08/2005	sem confissão	-	primário	-
109/00	estelionato	1	09/08/2005	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
224/96-B	estelionato	1	06/09/2005	sem confissão	-	primário	-
251/99	estelionato	1	02/12/2005	sem confissão	-	primário	-
122/03-A	estelionato	1	21/12/2005	sem confissão	-	primário	-
158/01	estelionato	1	21/12/2005	sem confissão	-	primário	-
102/04	estelionato	1	25/08/2006	simples	interesse próprio / arrendimento	primário	pena mínima
162/04	estelionato	1	27/10/2006	simples	interesse próprio	maus antecedentes	pena atenuada
134/02	estelionato	1	13/12/2006	sem confissão	-	primário	-
73/03	estelionato	2	05/02/2007	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
145/04	estelionato	1	08/02/2007	sem confissão	-	primário	-
30/00	estelionato	1	28/05/2007	sem confissão	-	primário	-
81/03	estelionato	1	04/06/2007	simples	interesse próprio / arrendimento	maus antec. e reinc.	pena atenuada

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
70/04	estelionato	1	13/08/2007	sem confissão	-	primário	-
56/04	estelionato	2	17/08/2007	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
451/04	estelionato	1	17/03/2008	sem confissão	-	primário	-
453/04	estelionato	1	17/03/2008	sem confissão	-	primário	-
25/05	estelionato	1	11/04/2008	sem confissão	-	primário	-
1583/08	estelionato	1	19/05/2010	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
764/10	estelionato	1	06/04/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1208/07A	estelionato	1	19/04/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
668/10	estelionato	1	21/09/2011	simples	interesse próprio / arrendimento	primário	pena atenuada
968/10	estelionato	1	21/09/2011	qual.sent.impróprio (est. necessidade)	interesse próprio	primário	afastamento tipo / sem influência
1066/10	estelionato	1	21/09/2011	sem confissão	-	reincidente	-
64/10	estelionato	2	22/09/2011	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
390/10	estelionato	1	16/11/2011	sem confissão	-	primário	-
934/11	estelionato	1	01/12/2011	sem confissão	-	reincidente	-
732/09	estelionato	1	28/03/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1772/09	estelionato	1	24/04/2012	simples	interesse próprio	primário	pena atenuada
362/05	estelionato	1	03/05/2012	sem confissão	-	primário	-
1856/10	estelionato	1	17/05/2012	sem confissão	-	primário	-
868/09	estelionato	2	27/06/2012	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				simples	interesse próprio / interesse de terceiro	reincidente	afastamento motiv / pena atenuada
1058/12	estelionato	1	30/10/2012	sem confissão	-	primário	-
580/99	furto	3	30/07/2001	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1490/98	furto	1	14/08/2001	sem confissão	-	primário	-
1500/99	furto	1	03/09/2001	sem confissão	-	primário	-
902/01	furto	1	30/10/2001	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
998/01	furto	2	07/02/2002	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
133/00	furto	1	22/03/2002	sem confissão	-	primário	-
1637/01	furto	1	27/03/2002	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
22/02	furto	1	04/04/2002	sem confissão	-	primário	-
1999/01	furto	1	05/04/2002	sem confissão	-	maus antecedentes	-
1715/01	furto	1	12/04/2002	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1791/99	furto	3	22/04/2002	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antecedentes	-
1744/96	furto	2	30/04/2002	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antecedentes	-
1524/97	furto	1	13/05/2002	sem confissão	-	primário	-
1823/01	furto	1	13/05/2002	sem confissão	-	primário	-
2129/01	furto	1	28/05/2002	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
422/02	furto	2	05/07/2002	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
				sem confissão	-	primário	-
1971/01	furto	2	11/07/2002	sem confissão	-	maus antecedentes	-
				sem confissão	-	maus antecedentes	-
2515/01	furto	1	25/07/2002	sem confissão	-	reincidente	-
869/01	furto	1	09/09/2002	simples	interesse próprio	maus antecedentes	pena atenuada
258/02	furto	1	26/12/2002	sem confissão	-	primário	-
2182/00	furto	1	26/02/2003	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
967/01	furto	1	27/03/2003	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
927/96	furto	1	28/03/2003	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
1395/98	furto	1	09/04/2003	qual.sent.impróprio (est. necessidade)	interesse próprio	primário	afastamento tipo / pena mínima
2236/01	furto	1	14/04/2003	sem confissão	-	primário	-
2936/02	furto	1	02/05/2003	sem confissão	-	reincidente	-
727/01	furto	2	09/05/2003	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
819/98	furto	1	23/05/2003	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
2993/02	furto	1	28/05/2003	sem confissão	-	primário	-
433/99	furto	1	03/06/2003	sem confissão	-	primário	-
1158/99	furto	1	31/07/2003	sem confissão	-	primário	-
1168/99	furto	2	05/08/2003	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
112/03	furto	1	13/08/2003	qual.sent.impróprio (est. necessidade)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / pena atenuada
563/02	furto	1	16/09/2003	sem confissão	-	primário	-
398/02	furto	2	30/09/2003	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
40/03	furto	1	03/10/2003	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
635/01	furto	3	17/10/2003	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
90/03	furto	1	19/12/2003	simples	interesse próprio / interesse de terceiro	primário	afastamento motiv / pena mínima
				sem confissão	-	primário	-
225/02	furto	2	24/03/2004	simples	interesse próprio	reincidente	pena atenuada
				sem confissão	-	reincidente	-
84/2004	furto	4	27/08/2004	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	reincidente	-
				qual.sent.impróprio (est. necessidade)	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / afastamento motiv / pena mínima
				qual.sent.impróprio (est. necessidade)	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / afastamento motiv / pena mínima
252/02	furto	1	17/11/2004	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
148/03	furto	1	28/03/2005	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
25/02	furto	1	08/06/2005	sem confissão	-	primário	-
91/04	furto	2	23/09/2005	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
343/04	furto	1	13/10/2005	sem confissão	-	maus antecedentes	-
185/03	furto	1	27/10/2005	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
463/04	furto	1	27/10/2005	sem confissão	-	reincidente	-
145/05	furto	1	16/11/2005	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
184/03	furto	1	02/12/2005	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
130/05	furto	1	17/01/2006	sem confissão	-	primário	-
447/04	furto	3	31/01/2006	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
				sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
262/04	furto	1	06/02/2006	sem confissão	-	primário	-
26/05	furto	1	06/02/2006	simples	interesse próprio	maus antec. e reinc.	pena atenuada
270/05	furto	1	10/02/2006	simples	interesse próprio	maus antec. e reinc.	pena atenuada
265/02	furto	2	17/02/2006	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
210/03	furto	1	11/04/2006	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
107/05	furto	1	20/04/2006	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
61/05	furto	1	20/04/2006	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
285/04	furto	1	05/05/2006	sem confissão	-	primário	-
231/02	furto	1	12/05/2006	sem confissão	-	maus antecedentes	-
26/02-A	furto	1	24/05/2006	sem confissão	-	maus antecedentes	-
137/02	furto	1	26/05/2006	simples	interesse próprio	primário	pena atenuada
404/04	furto	1	30/05/2006	sem confissão	-	primário	-
274/05	furto	1	23/06/2006	sem confissão	-	primário	-
93/05	furto	1	10/08/2006	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
92/05	furto	3	10/10/2006	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antecedentes	-
				sem confissão	-	maus antecedentes	-
409/04	furto	1	11/12/2006	sem confissão	-	maus antecedentes	-
14/06	furto	1	08/02/2007	sem confissão	-	primário	-
103/06	furto	1	05/03/2007	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
94/05	furto	1	30/03/2007	simples	interesse próprio	maus antec. e reinc.	pena atenuada
152/06	furto	1	16/05/2007	sem confissão	-	primário	-
52/07	furto	1	30/07/2007	sem confissão	-	maus antecedentes	-
101/05	furto	1	26/11/2007	simples	interesse próprio	maus antec. e reinc.	pena atenuada
161/05	furto	3	06/12/2007	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
118/07	furto	1	23/02/2008	simples	interesse próprio / preso local do crime	primário	pena mínima

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
170/06	furto	1	29/02/2008	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
288/07	furto	1	14/03/2008	sem confissão	-	primário	-
75/07	furto	1	31/03/2008	simples	interesse próprio / preso local do crime	primário	pena atenuada
155/07	furto	1	17/04/2008	sem confissão	-	primário	-
50/09	furto	2	17/08/2009	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
752/08	furto	1	01/09/2009	sem confissão	-	reincidente	-
1133/09	furto	1	16/09/2009	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
755/09	furto	1	16/11/2009	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1215/08	furto	1	19/11/2009	sem confissão	-	primário	-
626/09	furto	1	28/12/2009	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1870/09	furto	1	07/04/2010	sem confissão	-	primário	-
1521/09	furto	1	08/04/2010	sem confissão	-	reincidente	-
1037/09	furto	1	20/07/2010	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
43/10	furto	1	20/07/2010	silêncio	-	primário	-
1142/10	furto	1	06/12/2010	simples	interesse próprio / preso local do crime	reincidente	pena atenuada
1114/10	furto	3	06/12/2010	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento motiv / pena mínima
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
660/10	furto	1	29/03/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
40/11	furto	1	06/04/2011	sem confissão	-	primário	-
1416/10	furto	1	07/04/2011	simples	interesse próprio / preso local do crime	primário	pena atenuada
1910/10	furto	1	12/04/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1736/10	furto	1	13/04/2011	sem confissão	-	primário	-
1908/10	furto	1	13/04/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
762/10	furto	1	19/04/2011	sem confissão	-	primário	-
490/10	furto	1	20/04/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1337/09	furto	2	02/05/2011	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso local do crime	primário	afastamento motiv / pena atenuada
				sem confissão	-	primário	-
1269/09	furto	2	09/05/2011	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento motiv / pena mínima
				sem confissão	-	primário	-
1659/09	furto	1	10/05/2011	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
1545/10	furto	1	11/05/2011	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
65/11	furto	1	18/05/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
1736/10	furto	1	16/09/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1298/10	furto	1	29/09/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	pena atenuada
	(2 crimes)			sem confissão	-	maus antecedentes	-
856/08	furto	2	14/10/2011	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento motiv / pena atenuada
				sem confissão	-	primário	-
1320/10	furto	1	18/10/2011	simples	interesse próprio / preso local do crime	maus antecedentes	pena atenuada
560/11	furto	1	20/10/2011	simples	interesse próprio / preso local do crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1630/10	furto	2	24/10/2011	simples	interesse próprio / preso local do crime	primário	pena atenuada
				simples	interesse próprio / preso local do crime	primário	pena atenuada
558/11	furto	1	26/10/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
444/11	furto	1	10/11/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1096/11	furto	1	11/11/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1300/08	furto	1	17/11/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
924/11	furto	1	18/11/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
648/11	furto	1	18/11/2011	qual.sent.impróprio (est. necessidade)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	afastamento tipo / pena atenuada
1550/11	furto	1	22/11/2011	sem confissão	-	reincidente	-
952/11	furto	2	24/11/2011	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
1152/11	furto	1	12/12/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena atenuada
996/11	furto	1	15/12/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
610/11	furto	1	19/12/2011	simples	interesse próprio	primário	pena atenuada
1326/11	furto	1	03/02/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1294/11	furto	1	03/02/2012	sem confissão	-	primário	-
954/11	furto	1	03/02/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1338/11	furto	1	06/02/2012	sem confissão	-	primário	-
1222/11	furto	1	07/02/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
1766/10	furto	1	08/02/2012	sem confissão	-	primário	-
1592/09	furto	1	15/02/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	pena atenuada
402/10	furto	2	16/02/2012	qual.sent.impróprio (est. necessidade)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / pena atenuada

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				qual.sent.impróprio (est. necessidade)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / pena atenuada
74/2008	furto	3	24/02/2012	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
				sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
1680/08	furto	1	29/02/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
62/10	furto	1	29/02/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena atenuada
1348/10	furto	1	01/03/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1800/11	furto	2	12/03/2012	qual.sent.impróprio (est. necessidade)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	afastamento tipo / pena atenuada
				qual.sent.impróprio (est. necessidade)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / pena atenuada
1176/10	furto	1	15/03/2012	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
				sem confissão	-	primário	-
902/09	furto	1	16/03/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1716/11	furto	4	19/03/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
1472/09	furto	1	29/03/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena atenuada

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
1602/11	furto	2	02/04/2012	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1502/11	furto	1	26/04/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1170/08	furto	2	15/05/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1876/09	furto	3	15/05/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1376/11	furto	1	22/05/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	pena atenuada
1780/11	furto	1	22/05/2012	silêncio	-	maus antec. e reinc.	-
34/12	furto	2	22/05/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
1870/11	furto	1	28/05/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1249/11	furto	2	29/05/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena mínima
1414/11	furto	3	29/05/2012	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	aceitação motiv / pena atenuada
				silêncio	-	-	absolvido
				silêncio	-	-	absolvido
1498/10	furto	1	31/05/2012	sem confissão	-	reincidente	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
588/10	furto	1	01/06/2012	sem confissão	-	primário	-
1474/11	furto	1	04/06/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
442/08	furto	1	05/06/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1572/11	furto	1	12/06/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1742/11	furto	1	12/06/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1725/11	furto	2	12/06/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena atenuada
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1402/10	furto	1	13/06/2012	sem confissão	-	primário	-
178/12	furto	1	26/06/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
536/11	furto	1	27/06/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1114/10	furto	1	09/08/2012	sem confissão	-	maus antecedentes	-
1238/09	furto	1	10/08/2012	sem confissão	-	primário	-
68/12	furto	1	14/08/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
66/12	furto	1	27/08/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1440/10	furto	1	05/09/2012	qual.sent.impróprio (coação irresistível)	interesse próprio	primário	afastamento tipo / sem influência

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
162/12	furto	2	10/09/2012	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento motiv / pena atenuada
				sem confissão	-	primário	-
698/12	furto	1	12/09/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
400/11	furto	4	17/09/2012	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime / arrendimento	primário	afastamento motiv / pena atenuada
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
494/12	furto	1	24/09/2012	sem confissão	-	reincidente	-
416/11	furto	2	03/10/2012	sem confissão	-	maus antecedentes	-
				sem confissão	-	primário	-
1024/12	furto	1	09/10/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1866/09	furto	1	10/10/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
2018/10	furto	1	18/10/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
398/12	furto	1	23/10/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
946/12	furto	2	30/10/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena atenuada

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
22/09	furto	1	07/11/2012	sem confissão	-	primário	-
92/12	furto	2	09/11/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1460/10	furto	1	05/12/2012	sem confissão	-	primário	-
886/12	furto	1	17/12/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
96/12	furto	1	19/12/2012	sem confissão	-	primário	-
770/12	furto	1	19/12/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1405/00	porte de arma	1	14/08/2001	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
	(2 crimes)			sem confissão	-	primário	-
887/01	porte de arma	1	27/08/2001	sem confissão	-	reincidente	-
1435/00	porte de arma	1	11/03/2002	sem confissão	-	primário	-
1761/01	porte de arma	2	11/04/2002	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	reincidente	-
333/98	porte de arma	1	10/05/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1876/01	porte de arma	1	17/06/2002	sem confissão	-	reincidente	-
1527/01	porte de arma	1	18/07/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
2290/01	porte de arma	3	01/10/2002	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
746/00	porte de arma	1	02/12/2002	sem confissão	-	primário	-
428/01	porte de arma	1	04/12/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena mínima
873/00-A	porte de arma	1	16/12/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
605/00	porte de arma	1	26/12/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1964/01	porte de arma	1	26/12/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
241/02	porte de arma	1	26/12/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
2531/01	porte de arma	1	21/03/2003	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
913/00	porte de arma	1	21/03/2003	sem confissão	-	maus antecedentes	-
1214/00	porte de arma	1	07/04/2003	sem confissão	-	primário	-
481/99	porte de arma	1	12/05/2003	sem confissão	-	maus antecedentes	-
260/02	porte de arma	1	02/09/2003	sem confissão	-	maus antecedentes	-
35/03	porte de arma	1	22/09/2003	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	pena atenuada

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
23/03	porte de arma	1	04/05/2004	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
142/03	porte de arma	1	18/02/2005	qual.sent.impróprio (não funcionava)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / pena mínima
138/07	porte de arma	1	10/07/2008	sem confissão	-	primário	-
1651/09	porte de arma	1	20/05/2010	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena atenuada
608/09	porte de arma	1	14/03/2011	sem confissão	-	primário	-
1716/09	porte de arma	1	23/03/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena atenuada
1479/10	porte de arma	2	10/05/2011	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
474/10	porte de arma	1	23/08/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
472/10	porte de arma	1	14/09/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	pena atenuada
12/09	porte de arma	1	17/11/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
738/10	porte de arma	1	21/11/2011	sem confissão	-	reincidente	-
1582/11	porte de arma	2	27/01/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
1745/11	porte de arma	1	05/03/2012	sem confissão	-	primário	-
654/11	porte de arma	1	08/03/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
1136/11	porte de arma	1	12/03/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1172/08	porte de arma	1	23/04/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1552/10	porte de arma	1	15/05/2012	sem confissão	-	primário	-
872/10	porte de arma	1	30/08/2012	sem confissão	-	primário	-
512/12	porte de arma	1	25/09/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
964/12	porte de arma	1	15/10/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	afastamento tipo / pena atenuada
1672/11	porte de arma	1	19/12/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1955/99	receptação	1	31/05/2001	sem confissão	-	primário	-
26/01	receptação	1	05/06/2001	sem confissão	-	maus antecedentes	-
463/01	receptação	1	07/06/2001	sem confissão	-	reincidente	-
672/01	receptação	1	02/08/2001	sem confissão	-	primário	-
800/98	receptação	1	03/08/2001	sem confissão	-	reincidente	-
120/01	receptação	4	03/10/2001	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
965/01	receptação	2	19/04/2002	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antecedentes	-
1347/01	receptação	1	06/05/2002	sem confissão	-	primário	-
490/01	receptação	2	27/05/2002	sem confissão	-	primário	absolvido

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				sem confissão	-	primário	-
2257/01A	receptação	1	22/11/2002	sem confissão	-	primário	-
1218/98	receptação	1	13/12/2002	sem confissão	-	maus antecedentes	-
675/00	receptação	1	26/12/2002	sem confissão	-	primário	-
1499/99	receptação	1	26/12/2002	sem confissão	-	primário	-
1554/02	receptação	1	18/02/2003	sem confissão	-	primário	-
1179/96	receptação	1	20/03/2003	sem confissão	-	maus antecedentes	-
989/98	receptação	1	26/03/2003	sem confissão	-	primário	-
529/02	receptação	1	08/04/2003	sem confissão	-	primário	-
2116/01	receptação	1	08/04/2003	sem confissão	-	primário	-
1476/02	receptação	1	26/05/2003	sem confissão	-	reincidente	-
731/02	receptação	2	13/10/2003	sem confissão	-	maus antecedentes	-
			31/05/2001	sem confissão	-	primário	-
301/01	receptação	1	17/10/2003	sem confissão	-	primário	-
158/02	receptação	1	17/06/2005	sem confissão	-	primário	-
228/02	receptação	1	26/09/2005	sem confissão	-	primário	-
123/03	receptação	1	13/03/2006	sem confissão	-	primário	-
464/04	receptação	1	03/10/2006	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
35/02	receptação	1	07/03/2007	sem confissão	-	maus antecedentes	-
254/02	receptação	1	09/04/2007	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
194/05-A	receptação	1	24/09/2007	sem confissão	-	primário	-
198/05	receptação	2	03/12/2007	sem confissão	-	absolvido	-
				sem confissão	-	primário	-
292/08	receptação	2	26/08/2009	sem confissão	-	maus antecedentes	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				sem confissão	-	maus antecedentes	-
1308/09	receptação	1	15/03/2011	sem confissão	-	reincidente	-
106/11	receptação	1	28/03/2011	sem confissão	-	primário	-
402/07	receptação	1	29/03/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1396/09	receptação	1	30/03/2011	sem confissão	-	primário	-
1660/10	receptação	1	04/04/2011	sem confissão	-	reincidente	-
1852/10	receptação	1	29/08/2011	sem confissão	-	maus antecedentes	-
202/09	receptação	1	30/08/2011	silêncio	-	primário	-
548/11	receptação	1	12/09/2011	sem confissão	-	maus antecedentes	-
50/08	receptação	1	28/09/2011	sem confissão	-	primário	-
584/11	receptação	1	05/10/2011	sem confissão	-	maus antecedentes	-
726/11	receptação	1	11/10/2011	sem confissão	-	primário	-
894/11	receptação	1	21/10/2011	sem confissão	-	reincidente	-
46/11	receptação	1	09/12/2011	sem confissão	-	primário	-
776/11	receptação	1	19/12/2011	sem confissão	-	reincidente	-
986/11	receptação	1	13/02/2012	sem confissão	-	reincidente	-
1408/09	receptação	1	15/02/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
80/08	receptação	1	28/02/2012	sem confissão	-	primário	-
574/07	receptação	1	09/03/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena atenuada
1854/10	receptação	1	20/03/2012	sem confissão	-	primário	-
1342/11	receptação	1	02/04/2012	sem confissão	-	reincidente	-
1504/11	receptação	2	26/04/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
1710/10	receptação	1	03/05/2012	sem confissão	-	primário	-
458/07	receptação	1	16/05/2012	sem confissão	-	primário	-
348/08	receptação	1	17/05/2012	sem confissão	-	primário	-
124/09	receptação	1	13/06/2012	sem confissão	-	primário	-
94/12	receptação	1	02/07/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena atenuada
1574/11	receptação	2	03/07/2012	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
706/12	receptação	1	14/08/2012	sem confissão	-	maus antecedentes	-
748/10	receptação	1	23/08/2012	sem confissão	-	primário	-
574/12	receptação	1	18/09/2012	sem confissão	-	reincidente	-
62/11	receptação	1	04/10/2012	sem confissão	-	maus antecedentes	-
122/12	receptação	1	10/10/2012	sem confissão	-	primário	-
660/07	receptação	1	30/11/2012	sem confissão	-	primário	-
288/12	receptação	1	06/12/2012	sem confissão	-	maus antecedentes	-
1142/12	receptação	1	17/12/2012	sem confissão	-	reincidente	-
467/00	roubo	1	02/05/2001	sem confissão	-	primário	-
388/01	roubo	1	16/05/2001	sem confissão	-	primário	-
1611/99	roubo	1	25/05/2001	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
2077/00	roubo	2	29/05/2001	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1951/00	roubo	3	04/06/2001	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antecedentes	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				simples	interesse próprio / preso local do crime	maus antecedentes	pena atenuada
2163/00	roubo	2	05/06/2001	qual.sent.próprio (receptação)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				qual.sent.próprio (receptação)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
498/99	roubo	2	18/06/2001	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
657/01	roubo	1	19/06/2001	sem confissão	-	maus antecedentes	-
1757/00	roubo	3	21/06/2001	sem confissão	-	primário	-
				qual.sent.próprio (porte de arma)	interesse próprio / preso local do crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				sem confissão	-	primário	-
542/00	roubo	1	24/07/2001	sem confissão	-	primário	-
85/01	roubo	1	27/07/2001	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / afastamento motiv / sem influência
				sem confissão	-	primário	-
1115/00	roubo	1	08/08/2001	sem confissão	-	primário	-
1841/00	roubo	1	17/08/2001	sem confissão	-	maus antecedentes	-
765/01	roubo	1	28/08/2001	sem confissão	-	primário	-
1260/01	roubo	1	09/10/2001	qual.sent.próprio (receptação)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
851/01	roubo	2	18/10/2001	qual.sent.próprio (porte de arma) sem confissão	interesse próprio / preso local do crime -	primário primário	afastamento tipo / sem influência -
1215/01	roubo	3	26/10/2001	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento motiv / pena mínima
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1154/01	roubo	1	10/12/2001	sem confissão	-	primário	-
321/01	roubo	3	18/01/2002	sem confissão	-	primário	-
				qual.sent.próprio (porte de arma)	interesse próprio / preso local do crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				qual.sent.próprio (porte de arma)	interesse próprio / preso local do crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
447/01	roubo	2	21/01/2002	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
493/01	roubo	2	22/01/2002	qual.sent.próprio (receptação) sem confissão	interesse próprio / preso c/ objeto crime -	primário primário	afastamento tipo / sem influência -
				qual.sent.próprio (porte de arma)	interesse próprio	primário	afastamento tipo / sem influência
1124/00	roubo	1	25/02/2002	sem confissão	-	primário	-
1924/01	roubo	1	04/03/2002	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
2042/00	roubo	2	14/03/2002	qual.sent.próprio (porte de arma)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				qual.sent.próprio (porte de arma)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
2047/01	roubo	2	19/03/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
2474/01	roubo	1	27/03/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1567/01	roubo	1	18/04/2002	sem confissão	-	maus antecedentes	-
2285/01	roubo	1	18/04/2002	sem confissão	-	maus antecedentes	-
1119/99	roubo	1	22/04/2002	sem confissão	-	maus antecedentes	-
2430/01	roubo	1	24/04/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
2363/01	roubo	1	07/05/2002	sem confissão	-	primário	-
2315/01	roubo	2	13/05/2002	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1372/01	roubo	2	22/05/2002	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
2167/01	roubo	2	24/06/2002	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1796/01	roubo	1	24/06/2002	sem confissão	-	primário	-
226/02	roubo	3	25/06/2002	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
2073/01	roubo	1	02/07/2002	sem confissão	-	maus antecedentes	-
72/02	roubo	1	05/07/2002	sem confissão	-	primário	-
2529/01	roubo	2	11/07/2002	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
201/98	roubo	1	15/07/2002	sem confissão	-	primário	-
49/02	roubo	2	26/07/2002	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
				sem confissão	-	primário	-
510/01	roubo	2	02/08/2002	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
65/02	roubo	2	15/08/2002	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento motiv / pena mínima
				sem confissão	-	primário	-
116/02	roubo	1	21/08/2002	sem confissão	-	primário	-
1739/01	roubo	1	11/09/2002	sem confissão	-	maus antecedentes	-
679/02	roubo	1	13/09/2002	sem confissão	-	primário	-
2463/01	roubo	1	25/09/2002	sem confissão	-	primário	-
434/02	roubo	1	08/10/2002	sem confissão	-	primário	-
1757/02	roubo	1	28/11/2002	sem confissão	-	primário	-
1712/99	roubo	1	02/12/2002	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
959/02	roubo	2	06/12/2002	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	reincidente	-
1169/02	roubo	1	16/12/2002	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
234/02	roubo	1	16/12/2002	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
2111/01	roubo	1	26/12/2002	sem confissão	-	maus antecedentes	-
2715/02	roubo	1	08/05/2003	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
2770/02	roubo	2	30/05/2003	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
2583/02	roubo	3	30/05/2003	qual.sent.próprio (receptação)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				qual.sent.próprio (receptação)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				qual.sent.próprio (receptação)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
106/03	roubo	1	02/06/2003	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1008/03	roubo	1	05/08/2003	qual.sent.impróprio (coação irresistível)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / pena mínima
3007/02	roubo	1	13/08/2003	sem confissão	-	primário	-
2329/02	roubo	2	14/08/2003	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	reincidente	-
399/02	roubo	3	12/09/2003	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
205/02	roubo	1	18/09/2003	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
722/02	roubo	1	23/09/2003	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
143/00	roubo	2	23/09/2003	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	reincidente	-
143/03	roubo	3	08/10/2003	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
224/03	roubo	3	13/10/2003	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
14/03	roubo	2	11/02/2004	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
16/01	roubo	1	17/06/2005	sem confissão	-	primário	-
391/04	roubo	1	16/12/2005	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
283/04	roubo	2	24/01/2006	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
286/05	roubo	1	23/03/2006	sem confissão	-	primário	-
154/05	roubo	1	30/05/2006	sem confissão	-	primário	-
26/04	roubo	3	14/09/2006	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
159/06	roubo	4	21/02/2006	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento motiv / pena mínima
				simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento motiv / pena mínima
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
231/06	roubo	1	02/03/2007	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
95/06	roubo	1	22/05/2007	sem confissão	-	primário	-
328/08	roubo	1	10/07/2008	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1232/08	roubo	1	17/08/2009	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
552/09	roubo	2	18/08/2009	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
02/09	roubo	1	20/08/2009	sem confissão	-	primário	-
328/09	roubo	1	20/08/2009	sem confissão	-	primário	-
1250/08	roubo	1	21/08/2009	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
528/09	roubo	1	24/08/2009	simples	interesse próprio / preso local do crime	primário	pena mínima
704/08	roubo	2	25/08/2009	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
				sem confissão	-	reincidente	-
384/09	roubo	2	27/08/2009	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
522/09	roubo	1	03/09/2009	sem confissão	-	primário	-
600/09	roubo	1	10/09/2009	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
674/09	roubo	2	10/09/2009	qual.sent.próprio (porte de arma)	interesse próprio	primário	afastamento tipo / sem influência
				sem confissão	-	primário	-
384/09	roubo	2	10/12/2009	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
1708/09	roubo	1	04/01/2010	sem confissão	-	primário	-
1723/09	roubo	1	05/01/2010	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1785/09	roubo	1	05/01/2010	sem confissão	-	primário	-
1556/09	roubo	2	06/01/2010	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1530/09	roubo	1	22/02/2010	sem confissão	-	primário	-
1145/09	roubo	1	15/03/2010	sem confissão	-	primário	-
610/09	roubo	1	19/03/2010	sem confissão	-	primário	-
1147/09	roubo	1	19/03/2010	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
1456/09	roubo	1	07/04/2010	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime / arrendimento	primário	pena mínima
507/10	roubo	1	20/07/2010	sem confissão	-	primário	-
825/10	roubo	1	20/07/2010	simples	interesse próprio / preso local do crime	primário	pena mínima
713/10	roubo	2	21/07/2010	silêncio	-	primário	-
				silêncio	-	maus antec. e reinc.	-
659/10	roubo	1	22/07/2010	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime / arrendimento	primário	pena mínima
1243/10	roubo	2	02/12/2010	sem confissão	-	primário	-
				silêncio	-	primário	-
1078/10	roubo	1	06/12/2010	sem confissão	-	primário	-
940/10	roubo	2	09/12/2010	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
1115/10	roubo	2	13/12/2010	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio	primário	pena mínima
1053/10	roubo	1	14/12/2010	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1243/10	roubo	1	28/01/2011	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1261/10	roubo	1	31/01/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
1427/10	roubo	1	31/01/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1079/10	roubo	1	31/01/2011	sem confissão	-	primário	-
1544/09	roubo	1	14/03/2011	simples	interesse próprio	primário	pena mínima
1942/10	roubo	1	12/04/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1858/10	roubo	2	21/03/2011	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso local do crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso local do crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
1868/10	roubo	1	22/03/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
988/10	roubo	1	23/03/2011	sem confissão	-	primário	-
194/10	roubo	1	28/03/2011	sem confissão	-	primário	-
1710/10	roubo	1	04/04/2011	qual.sent.próprio (receptação)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1942/10	roubo	1	12/04/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1688/10	roubo	1	19/04/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
1974/10	roubo	1	20/04/2011	sem confissão	-	primário	-
1671/10	roubo	4	04/05/2011	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
1785/10	roubo	1	10/05/2011	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
1831/10	roubo	1	13/05/2011	sem confissão	-	primário	-
1881/10	roubo	1	17/05/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1022/10	roubo	1	24/08/2011	qual.sent.próprio (porte de arma)	interesse próprio	primário	afastamento tipo / sem influência
				sem confissão	-	primário	-
734/09	roubo	1	01/09/2011	sem confissão	-	maus antecedentes	-
812/09	roubo	1	01/09/2011	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
486/11	roubo	2	01/09/2011	simples	interesse próprio / preso local do crime	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio / preso local do crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
482/11	roubo	1	05/09/2011	sem confissão	-	primário	-
476/11	roubo	1	06/09/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
496/11	roubo	1	06/09/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
1940/10	roubo	1	06/09/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1976/10	roubo	2	06/09/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
264/04	roubo	1	12/09/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1262/10	roubo	2	15/09/2011	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / afastamento motiv / sem influência
				sem confissão	-	primário	-
266/11	roubo	1	28/09/2011	simples	interesse próprio / preso local do crime / arrendimento	reincidente	pena atenuada
1410/10	roubo	1	04/10/2011	sem confissão	-	primário	-
1496/10	roubo	2	05/10/2011	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso local do crime	reincidente	afastamento motiv / pena atenuada
				silêncio	-	reincidente	-
780/09-A	roubo	1	06/10/2011	sem confissão	-	reincidente	-
552/11	roubo	1	06/10/2011	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
102/11	roubo	1	06/10/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
158/11	roubo	1	06/10/2011	sem confissão	-	primário	-
744/11	roubo	1	13/10/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
294/11	roubo	1	13/10/2011	sem confissão	-	primário	-
1834/10	roubo	2	21/10/2011	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
756/10	roubo	2	26/10/2011	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				sem confissão	-	maus antecedentes	-
710/11	roubo	1	04/11/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
582/11	roubo	1	07/11/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
972/11	roubo	1	07/11/2011	sem confissão	-	primário	-
434/11	roubo	1	10/11/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
790/11	roubo	4	11/11/2011	sem confissão	-	primário	-
				simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento motiv / pena mínima
				sem confissão	-	primário	-
				simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento motiv / pena mínima
586/08	roubo	1	16/11/2011	sem confissão	-	primário	-
528/11	roubo	1	24/11/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	pena atenuada
1024/10	roubo	1	28/11/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
964/10	roubo	1	29/11/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
44/10	roubo	1	29/11/2011	sem confissão	-	primário	-
786/11	roubo	3	05/12/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
594/11	roubo	1	07/12/2011	silêncio	-	maus antecedentes	-
918/11	roubo	1	12/12/2011	sem confissão	-	reincidente	-
900/11	roubo	1	13/12/2011	sem confissão	-	primário	-
1848/08	roubo	1	13/12/2011	sem confissão	-	primário	-
1006/11	roubo	1	14/12/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
442/11	roubo	2	15/12/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
				simples	interesse próprio / arrendimento	primário	pena mínima
588/11	roubo	1	19/12/2011	sem confissão	-	reincidente	-
658/11	roubo	2	19/12/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
183/11	roubo	1	23/01/2012	qual.sent.impróprio (coação irresistível)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
303/11	roubo	2	23/01/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
587/11	roubo	1	23/01/2012	simples	interesse próprio / preso local do crime	reincidente	pena atenuada
1337/11	roubo	1	26/01/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
596/11	roubo	1	30/01/2012	sem confissão	-	reincidente	-
855/11	roubo	1	31/01/2012	sem confissão	-	reincidente	-
1026/10	roubo	3	01/02/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso local do crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso local do crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso local do crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1080/11	roubo	2	03/02/2012	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	maus antecedentes	-
1408/11	roubo	1	06/02/2012	sem confissão	-	primário	-
1486/11	roubo	1	07/02/2012	qual.sent.impróprio (coação irresistível)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / pena mínima
942/11	roubo	1	13/02/2012	sem confissão	-	reincidente	-
1282/11	roubo	1	13/02/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
1749/11	roubo	1	27/02/2012	sem confissão	-	primário	-
1624/09	roubo	1	27/02/2012	sem confissão	-	maus antecedentes	-
1316/11	roubo	2	02/03/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1482/11	roubo	5	05/03/2012	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	reincidente	-
1232/11	roubo	1	06/03/2012	sem confissão	-	primário	-
1354/11	roubo	1	12/03/2012	sem confissão	-	reincidente	-
1318/10	roubo	2	14/03/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1340/11	roubo	1	15/03/2012	silêncio	-	maus antec. e reinc.	-
1140/11	roubo	1	21/03/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
1352/11	roubo	1	02/04/2012	sem confissão	-	reincidente	-
1576/11	roubo	1	03/04/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1866/11	roubo	2	09/04/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1586/11	roubo	1	16/04/2012	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
478/09	roubo	1	20/04/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
418/08	roubo	1	20/04/2012	sem confissão	-	maus antecedentes	-
1620/11	roubo	1	25/04/2012	simples	interesse próprio / preso local do crime	primário	pena mínima
1298/11	roubo	1	26/04/2012	sem confissão	-	primário	-
1559/11	roubo	1	02/05/2012	sem confissão	-	primário	-
1476/11	roubo	3	07/05/2012	simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento motiv / pena atenuada
				sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1242/11	roubo	1	08/05/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
578/11	roubo	1	09/05/2012	sem confissão	-	primário	-
1424/08	roubo	2	10/05/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1740/11	roubo	1	14/05/2012	qual.sent.próprio (vias de fato)	interesse próprio / preso local do crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1737/11	roubo	2	14/05/2012	sem confissão	-	reincidente	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
112/12	roubo	3	28/05/2012	sem confissão	-	reincidente	-
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime / arrendimento	primário	pena mínima

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime / arrendimento	primário	pena mínima
1604/11	roubo	1	29/05/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1830/11	roubo	1	04/06/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
90/12	roubo	1	04/06/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
1320/11	roubo	1	11/06/2012	sem confissão	-	maus antecedentes	-
1384/11	roubo	1	12/06/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
264/12	roubo	1	12/06/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
920/09	roubo	1	14/06/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
1846/11	roubo	1	18/06/2012	sem confissão	-	maus antecedentes	-
1546/11	roubo	1	18/06/2012	sem confissão	-	maus antecedentes	-
78/12	roubo	1	18/06/2012	sem confissão	-	primário	-
312/12	roubo	1	19/06/2012	simples	interesse próprio / preso local do crime	reincidente	pena atenuada
1864/11	roubo	1	19/06/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
240/12	roubo	2	20/06/2012	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				sem confissão	-	primário	-
568/09	roubo	2	20/06/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
230/12	roubo	1	25/06/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
252/12	roubo	1	26/06/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
60/12	roubo	1	03/07/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	pena atenuada
	(2 crimes)			sem confissão	-	maus antecedentes	-
446/12	roubo	1	07/08/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
440/12	roubo	2	07/08/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
290/12	roubo	1	07/08/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
148/12	roubo	1	13/08/2012	sem confissão	-	reincidente	-
30/08	roubo	1	23/08/2012	sem confissão	-	primário	-
262/12	roubo	1	27/08/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
430/12	roubo	1	28/08/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
1190/11	roubo	1	29/08/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
876/12	roubo	1	03/09/2012	sem confissão	-	reincidente	-
02/12	roubo	2	04/09/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
438/12	roubo	1	04/09/2012	sem confissão	-	reincidente	-
	(réu mudou de idéia durante o interrogatório)			simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	pena atenuada
296/12	roubo	1	12/09/2012	sem confissão	-	primário	-
836/12	roubo	1	18/09/2012	sem confissão	-	reincidente	-
996/12	roubo	1	18/09/2012	sem confissão	-	primário	-
724/12	roubo	1	18/09/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
844/12	roubo	2	20/09/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
804/10	roubo	2	26/09/2012	simples	interesse próprio	maus antec. e reinc.	pena atenuada
				sem confissão	-	primário	absolvido
322/12	roubo	1	02/10/2012	sem confissão	-	reincidente	-
1588/11	roubo	2	10/10/2012	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
				sem confissão	-	primário	-
622/12	roubo	2	17/10/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
				simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
278/12	roubo	1	23/10/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
1062/12	roubo	3	26/10/2012	sem confissão	-	primário	-
				simples	interesse próprio / preso local do crime	reincidente	pena atenuada
				simples	interesse próprio / preso local do crime	maus antec. e reinc.	pena atenuada
308/12	roubo	2	31/10/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1180/12	roubo	1	05/11/2012	sem confissão	-	reincidente	-
532/12	roubo	1	26/11/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
690/12	roubo	1	27/11/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
910/12	roubo	1	27/11/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
146/12	roubo	1	29/11/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio	primário	afastamento tipo / sem influência
160/12	roubo	1	03/12/2012	sem confissão	-	reincidente	-
620/12	roubo	1	03/12/2012	sem confissão	-	primário	-
670/12	roubo	1	14/12/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
954/12	roubo	1	14/12/2012	qual.sent.próprio (furto)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
974/12	roubo	2	14/12/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
774/12	roubo	1	17/12/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
870/12	roubo	1	17/12/2012	sem confissão	-	reincidente	-
1806/11	roubo	2	19/12/2012	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	reincidente	-
507/97	tráfico de drogas	1	11/07/2001	sem confissão	-	primário	-
110/00	tráfico de drogas	1	24/08/2001	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	aceitação tipo / desclassificação / pena mínima
2057/01	tráfico de drogas	1	15/02/2002	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
261/01	tráfico de drogas	1	12/04/2002	sem confissão	-	primário	-
1491/01	tráfico de drogas	1	26/04/2002	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1841/01	tráfico de drogas	1	24/09/2002	sem confissão	-	primário	-
21/02	tráfico de drogas	1	01/10/2002	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
719/02	tráfico de drogas	1	08/10/2002	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	aceitação tipo / desclassificação / pena mínima
402/02	tráfico de drogas	1	13/12/2002	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
255/02	tráfico de drogas	1	19/12/2002	sem confissão	-	primário	-
111/03	tráfico de drogas	1	07/05/2003	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
78/03	tráfico de drogas	1	29/07/2003	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime (revista prisional)	primário	pena mínima
1267/02	tráfico de drogas	1	30/07/2003	sem confissão	-	reincidente	-
03/02	tráfico de drogas	1	13/08/2003	sem confissão	-	reincidente	desclassificação
79/03	tráfico de drogas	1	04/09/2003	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
227/03	tráfico de drogas	2	29/09/2003	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	afastamento tipo / afastamento motiv / sem influência
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
212/03	tráfico de drogas	1	28/10/2003	sem confissão	-	reincidente	-
199/03	tráfico de drogas	2	12/03/2004	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena mínima
				qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
300/04	tráfico de drogas	1	20/05/2005	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	afastamento tipo / sem influência
58/05	tráfico de drogas	1	12/09/2005	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
239/05	tráfico de drogas	1	23/03/2006	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
284/06	tráfico de drogas	1	01/03/2007	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
242/08	tráfico de drogas	1	11/07/2008	sem confissão	-	primário	-
322/08	tráfico de drogas	1	11/07/2008	sem confissão	-	reincidente	-
506/09	tráfico de drogas	1	18/08/2009	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
270/09	tráfico de drogas	1	24/08/2009	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
314/09	tráfico de drogas	1	25/08/2009	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
382/09	tráfico de drogas	1	27/08/2009	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
512/09	tráfico de drogas	1	27/08/2009	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
722/09	tráfico de drogas	1	03/09/2009	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
868/09	tráfico de drogas	1	08/09/2009	sem confissão	-	primário	-
724/09	tráfico de drogas	1	08/09/2009	sem confissão	-	primário	-
624/09	tráfico de drogas	1	10/09/2009	sem confissão	-	primário	-
442/09	tráfico de drogas	1	15/09/2009	sem confissão	-	reincidente	-
476/09	tráfico de drogas	1	15/09/2009	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
996/09	tráfico de drogas	1	25/11/2009	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1725/09	tráfico de drogas	1	07/01/2010	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
323/10	tráfico de drogas	1	19/05/2010	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1068/10	tráfico de drogas	1	09/12/2010	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime (revista prisional)	primário	pena mínima
1318/10	tráfico de drogas	1	10/12/2010	sem confissão	-	primário	-
1433/10	tráfico de drogas	2	15/12/2010	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
1524/10	tráfico de drogas	1	20/01/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime (revista prisional)	primário	pena mínima
1297/10	tráfico de drogas	1	28/01/2011	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
26/11	tráfico de drogas	1	31/03/2011	sem confissão	-	primário	-
1358/10	tráfico de drogas	1	31/03/2011	sem confissão	-	primário	-
732/10	tráfico de drogas	1	04/04/2011	sem confissão	-	primário	-
15/11	tráfico de drogas	2	09/05/2011	sem confissão	-	primário	-
				sem confissão	-	primário	-
77/11	tráfico de drogas	1	20/05/2011	sem confissão	-	maus antecedentes	-
201/11	tráfico de drogas	1	13/06/2011	sem confissão	-	primário	-
478/11	tráfico de drogas	1	05/09/2011	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
564/11	tráfico de drogas	1	13/09/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime (revista prisional)	maus antecedentes	pena atenuada
1242/10	tráfico de drogas	1	14/09/2011	sem confissão	-	primário	-
1802/10	tráfico de drogas	1	28/09/2011	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1088/10	tráfico de drogas	1	30/09/2011	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
1426/10	tráfico de drogas	1	04/10/2011	sem confissão	-	primário	-
196/11	tráfico de drogas	1	10/10/2011	sem confissão	-	primário	-
708/11	tráfico de drogas	1	11/10/2011	sem confissão	-	primário	-
1798/02	tráfico de drogas	1	17/10/2011	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	aceitação tipo / desclassificação / pena mínima
1566/08	tráfico de drogas	1	19/10/2011	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
940/11	tráfico de drogas	1	03/11/2011	sem confissão	-	primário	-
1098/11	tráfico de drogas	1	11/11/2011	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	pena atenuada
1426/08	tráfico de drogas	1	21/11/2011	sem confissão	-	primário	-
980/11	tráfico de drogas	1	05/12/2011	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
1046/11	tráfico de drogas	1	05/12/2011	sem confissão	-	maus antecedentes	-
550/11	tráfico de drogas	1	14/12/2011	sem confissão	-	reincidente	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
716/11	tráfico de drogas	1	19/12/2011	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
984/11	tráfico de drogas	1	23/01/2012	sem confissão	-	primário	-
1177/11	tráfico de drogas	1	26/01/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1224/11	tráfico de drogas	2	27/01/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
				sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
690/11	tráfico de drogas	1	27/01/2012	sem confissão	-	primário	-
656/11	tráfico de drogas	1	07/02/2012	simples	interesse próprio / preso c/ objeto crime (droga no estômago)	primário	pena mínima
1134/11	tráfico de drogas	1	07/02/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
888/11	tráfico de drogas	1	17/02/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
				simples	interesse próprio / interesse de terceiro / preso c/ objeto crime	primário	afastamento motiv / pena atenuada
1724/11	tráfico de drogas	1	19/03/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1266/11	tráfico de drogas	1	26/03/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
352/10	tráfico de drogas	1	28/03/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
1422/11	tráfico de drogas	1	02/04/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antecedentes	afastamento tipo / sem influência
1914/10	tráfico de drogas	1	04/04/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
1052/11	tráfico de drogas	1	13/04/2012	sem confissão	-	primário	-
44/12	tráfico de drogas	1	26/04/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
24/09	tráfico de drogas	1	27/04/2012	sem confissão	-	primário	-
1838/11	tráfico de drogas	1	08/05/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1748/11	tráfico de drogas	1	14/05/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
82/12	tráfico de drogas	1	21/05/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1709/11	tráfico de drogas	1	22/05/2012	sem confissão	-	primário	-
1564/11	tráfico de drogas	1	28/05/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
1680/11	tráfico de drogas	1	31/05/2012	sem confissão	-	primário	-
228/12	tráfico de drogas	1	04/06/2012	sem confissão	-	primário	-
1128/11	tráfico de drogas	1	11/06/2012	sem confissão	-	reincidente	-
254/12	tráfico de drogas	1	11/06/2012	sem confissão	-	primário	-
1852/11	tráfico de drogas	1	21/06/2012	sem confissão	-	primário	-
10/12	tráfico de drogas	1	22/06/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
330/12	tráfico de drogas	1	22/06/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1790/11	tráfico de drogas	1	26/06/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1792/11	tráfico de drogas	1	02/07/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
256/12	tráfico de drogas	1	06/08/2012	sem confissão	-	maus antec. e reinc.	-
400/12	tráfico de drogas	1	07/08/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
216/12	tráfico de drogas	1	14/08/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
454/12	tráfico de drogas	1	21/08/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1018/12	tráfico de drogas	1	10/09/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
1698/08	tráfico de drogas	1	17/09/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
794/12	tráfico de drogas	1	20/09/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
544/12	tráfico de drogas	1	17/10/2012	sem confissão	-	primário	-
682/12	tráfico de drogas	1	17/10/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
468/12	tráfico de drogas	1	23/10/2012	sem confissão	-	primário	-

APÊNDICE II - SENTENÇAS ANALISADAS

Nº do processo	Tipo de crime	Número de réus	Data da sentença	Tipo de confissão	Motivos da confissão	Réu primário / reincidente / com maus antecedentes	Influência na aplicação da pena
746/12	tráfico de drogas	1	26/10/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
370/08	tráfico de drogas	1	26/10/2012	sem confissão	-	primário	-
1044/12	tráfico de drogas	1	26/10/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	maus antec. e reinc.	afastamento tipo / sem influência
800/12	tráfico de drogas	1	05/11/2012	sem confissão	-	primário	-
782/12	tráfico de drogas	1	05/11/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	reincidente	afastamento tipo / sem influência
918/12	tráfico de drogas	1	06/12/2012	sem confissão	-	primário	-
720/12	tráfico de drogas	1	11/12/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência
850/12	tráfico de drogas	1	14/12/2012	sem confissão	-	reincidente	-
884/12	tráfico de drogas	1	18/12/2012	qual.sent.próprio (porte uso próprio)	interesse próprio / preso c/ objeto crime	primário	afastamento tipo / sem influência